



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



LEONARDO DA COSTA OLIVEIRA

O BLOG NO ENSINO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS:
materiais didáticos em questão.

ANANINDEUA - PA

2022

LEONARDO DA COSTA OLIVEIRA

O BLOG NO ENSINO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS:

materiais didáticos em questão.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/ Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/ *Campus* de Ananindeua, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eliana Ramos Ferreira.

ANANINDEUA – PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

O48b Oliveira, Leonardo da Costa.
O blog no ensino de Estudos Amazônicos : materiais didáticos em
questão. / Leonardo da Costa Oliveira. — 2022.
134 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Eliana Ramos Ferreira Dissertação
(Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em
Ensino de História, Ananindeua, 2022.

1. blog. 2. materiais didáticos. 3. estudos amazônicos. 4. ensino
de história e internet. I. Título.

CDD 370.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE

LEONARDO DA COSTA OLIVEIRA

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pela orientadora Profa. Dra. Eliana Ramos Ferreira e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Ariel Feldman, Prof. Dr. Davison Hugo RochaAlves e Profa. Dra. Maria Roseane Correa Pinto Lima, reuniu-se no dia 30 de setembro de 2022, às 15:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando **LEONARDO DA COSTA OLIVEIRA** intitulada: O BLOG NO ENSINO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS: materiais didáticos em questão. Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi **APROVADA** com distinção, conceito EXCELENTE pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso, tendo ainda sido indicada para publicação.

(Assinado digitalmente em 11/10/2022 01:54)

ELIANA RAMOS FERREIRA
Orientadora
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
NPI (11.26)
Matrícula: ###530#7

(Assinado digitalmente em 14/10/2022 10:16)

ARIEL FELDMAN
Membro Externo da Banca / PPGEDUC / Cametá / UFPA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CCAME (11.19)
Matrícula: ###088#6

DAVISON HUGO ROCHA ALVES
Membro Externo da Banca / Fac. Educação
/ UNIFESSPA

(Assinado digitalmente em 14/10/2022 11:00)

MARIA ROSEANE CORREA PINTO LIMA
Membro Interno da Banca / PPEGH / UFPA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CBRAG (11.11)
Matrícula: ###187#1

À Evanildo Pereira de Oliveira, meu pai, por me ensinar que humildade e bom senso são valores fundamentais para a vida.

À Maria Léa Acioli da Costa, minha mãe, por dedicar a sua vida ao bem-estar de nossa família.

AGRADECIMENTOS

Em condições normais, fazer uma dissertação de mestrado não é algo simples. Com o surgimento do vírus Sars-Cov-2 e a pandemia de Covid-19, o processo ficou mais complexo. A humanidade teve que enfrentar novos desafios. *Lockdown*, pesquisas para novas vacinas, hospitais sem leitos para os doentes, e, infelizmente, muitas pessoas queridas morrendo. No Brasil, esse cenário foi ainda mais agravado pela ingerência do governo federal e pelas desigualdades sociais, que em tempos pandêmicos foram potencializadas.

A educação também foi afetada pelos efeitos da pandemia. A suspensão das aulas presenciais, o surgimento do ensino remoto, as adequações físicas das escolas brasileiras à nova realidade imposta pelo vírus, transformou a vida de toda comunidade, principalmente, de professores e alunos.

Assim, ter realizado a pesquisa no cenário descrito acima, foi realmente algo desafiador. E não teria sido possível se não fosse o apoio de algumas instituições e a generosidade de algumas pessoas, que neste momento faço questão de demonstrar tornando pública a minha gratidão e o meu carinho.

Agradeço, em primeiro lugar à Deus, por me conceder saúde física e mental para seguir em frente, mesmo em tempos difíceis de pandemia de Covid-19.

Agradeço à coordenação e aos professores do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), pólo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Ananindeua, por possibilitarem uma capacitação acadêmica que respeite a realidade do fazer pedagógico do professor e da professora da Educação Básica.

Também queria agradecer à professora Eliana Ramos Ferreira, orientadora dessa dissertação, pela paciência e gentileza que conduzia nossos encontros. Sonhar ainda vale à pena, professora!

Meu agradecimento também a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento desta pesquisa. Que esta agência governamental continue acreditando na importância da educação e no fomento da pesquisa para o desenvolvimento da ciência nesse país.

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua por ter me concedido licença aprimoramento para a conclusão do curso de Mestrado. Que esta secretaria possa compreender cada vez mais que, investir na capacitação acadêmica de seus professores e professoras, significa qualificar a própria educação do município.

Agradeço à direção e aos professores da EMEF João Paulo II que gentilmente aceitaram participar da pesquisa. Dialogando com vocês, percebi a preocupação em ofertarem um ensino público de qualidade, mesmo em situações em que o próprio Estado se omite, como é o caso do acesso aos materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos, no município de Ananindeua.

Agradeço ao professor Geraldo Magella de Menezes Neto, não só pela entrevista para a pesquisa, mas também pelas indicações de possíveis caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço aos colegas da turma de 2020 do ProfHistória, UFPA, Campus Ananindeua, que apesar do convívio presencial ter sido reduzido, em virtude da pandemia, mas conseguimos desenvolver laços de amizade. Minha gratidão aos colegas Roberto e Fernanda, pacientes leitores de meus escritos, a vocês, o meu muito obrigado.

“Retomando uma metáfora que foi muito utilizada nos últimos anos, variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim modificar sua forma e sua trama”.

(REVEL, 2010, p. 438)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como finalidade analisar quais são as formas de acesso de professores da EMEF João Paulo II aos materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos mediante a ausência de um livro didático que atenda as especificidades da disciplina escolar em questão. Também fez parte da inquietação do trabalho a peculiaridade da disciplina no seu desenho curricular, bem como a sua característica interdisciplinar. Verificou-se a pertinência dos materiais didáticos utilizados pelos professores nas aulas de Estudos Amazônicos, bem como as suas estratégias de produção dos mesmos. E como proposta de mediação para as inquietações que motivaram o presente trabalho, a pesquisa apresenta como produto didático o blog, aqui utilizado como um recurso pedagógico. Considerando a internet um espaço feito de circuitos informacionais navegáveis e um mundo virtual de comunicação que se expande indefinidamente, tanto docentes quanto discentes da Educação Básica, que sejam conectados à Rede Mundial de Computadores, podem ter uma oportunidade de acessar materiais didáticos referentes ao componente curricular Estudos Amazônicos. Para cumprir os objetivos propostos desta dissertação, optou-se pela perspectiva metodológica do estudo de caso em abordagem qualitativa que utiliza como instrumento de coleta de dados questionário fechado, entrevistas e análise documental.

Palavras-chave: blog; materiais didáticos; estudos amazônicos; ensino de história e internet.

ABSTRACT

This master's thesis aims to analyze the access forms of EMEF João Paulo II teachers to the teaching materials of the curricular component Amazon studies through the absence of a textbook that meets the specificities of the school discipline in question. Also part of the restlessness of the work was the peculiarity of the discipline in its curricular design, as well as its interdisciplinary characteristic. It was verified the relevance of the teaching materials used by the teachers in the classes of Amazonian Studies, as well as their strategies of production of them. And as a proposal for mediation for the concerns that motivated the present work, the research presents as a didactic product the blog, here used as a pedagogical resource. Considering the Internet a space made of navigable information circuits and a virtual world of communication that expands indefinitely, both teachers and students of Basic Education, who are connected to the World Computer Network, can have an opportunity to access teaching materials related to the curricular component Amazonian Studies. To realize the proposed objectives of this dissertation, was chosen from the methodological perspective of the case study in a qualitative approach that uses as an instrument for data collection closed questionnaire, interviews and documentary analysis.

Keywords: blog; teaching materials; Amazonian studies; teaching history and the Internet.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Edição da revista Manchete comemorando os 150 da Independência citando mais uma vez a construção da Transamazônica.....	19
Figura 2 - Capa do livro Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais, da SEDUC/IDESP.....	25
Figura 3 - Página da apostila do Professor A	69
Figura 4 - Página da apostila do Professor A	69
Figura 5 - Capa do livro Estudos Amazônicos: Formação da sociedade amazônica, 2º volume	73
Figura 6 - Capa do livro Pontos de História da Amazônia, Volume I.....	79
Figura 7 - Capa do livro Pontos de História da Amazônia, Volume II	80
Figura 8 - Imagem da página inicial do blog “Estudos Amazônicos no espaço escolar”	93
Figura 9 - Imagem da postagem 1	94
Figura 10 - Comentários da postagem 1	96
Figura 11 - Imagem da postagem “A obra de arte de Theodoro Braga”	97
Figura 12 - Imagem da página 1 da apostila “Extrativismo na Amazônia”	100
Figura 13 - Imagem da página 2 da apostila “Extrativismo na Amazônia”	101
Figura 14 - Imagem dos comentários da postagem 3	102
Figura 15 - Imagem de comentários da postagem 3.....	103
Figura 16 - Imagem de comentários da postagem 3.....	104
Figura 17 - Imagem da página 1 da apostila “Agricultura na Amazônia”	105
Figura 18 - Imagem da página 2 da apostila “Agricultura na Amazônia”	106
Figura 19 - Post: Trabalhando com a letra da música “índios”	107
Figura 20 - Imagem da apostila “Extrativismo na Amazônia – Atividade II”	108
Figura 21 - Comentários da postagem 5	109
Figura 22 - “As Relações Socioespaciais nos Seringais”	110
Figura 23 - “As Relações Socioespaciais nos Seringais”	111
Figura 24 - “As Relações Socioespaciais nos Seringais”	111
Figura 25 - Comentários sobre a postagem 6	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico da 1º postagem.....	95
Gráfico 2 - Gráfico da 2º postagem.....	98
Gráfico 3 - Gráfico da 3ª postagem	102
Gráfico 4 - Gráfico da 4º postagem.....	106
Gráfico 5 - Gráfico da 5º postagem.....	109
Gráfico 6 - Gráfico da 6º postagem.....	113

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
CAPÍTULO 1. A DISCIPLINA ESTUDOS AMAZÔNICOS NO ESTADO DO PARÁ E NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA	15
1.1. O Contexto Histórico da Educação no Brasil e no Pará.	15
1.2. Estudos Amazônicos: uma disciplina “do regional”	20
1.3. O surgimento da disciplina Estudos Amazônicos	23
1.4. Currículo e Interdisciplinaridade em Estudos Amazônicos	32
CAPÍTULO 2. MATERIAL DIDÁTICO DA DISCIPLINA ESTUDOS AMAZÔNICOS E APROPRIAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA JOÃO PAULO II	46
2.1. Definições de material didático	47
2.2. Professores de Estudos Amazônicos: trajetórias e desafios no ensino da disciplina .	55
2.3. Os materiais didáticos utilizados nas aulas de Estudos Amazônicos	68
CAPÍTULO 3. BLOG DE ESTUDOS AMAZÔNICOS	82
3.1. A internet, o ensino de história e a disciplina Estudos Amazônicos	82
3.2. Das redes sociais, a potência do blog	86
3.3. O perfil do blog	88
3.4. Blog Estudos Amazônicos no espaço escolar: entre postagens e desafios	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
FONTES UTILIZADAS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
APÊNDICE A	125
APÊNDICE B	126
APÊNDICE C	127
APÊNDICE D	129
APÊNDICE E	131
APÊNDICE F	132

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O componente curricular Estudos Amazônicos foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Pará no ano de 1997, a partir da resolução n° 630/97, em substituição a disciplina Estudos Paraenses. Porém, a nova disciplina só integrou a grade curricular a partir do ano de 1999. Desde então, Estudos Amazônicos passou a fazer parte da realidade escolar não só do estado, mas de vários municípios paraenses, a exemplo de Ananindeua¹. Entretanto, essa expansão pelas redes de ensino, não foi acompanhada pela produção e acesso à materiais didáticos do componente curricular em questão.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como propósito principal analisar como os professores tem acesso aos materiais didáticos nas aulas de Estudos Amazônicos na EMEF João Paulo II², anos finais do Ensino fundamental. Assim, foram selecionados os três professores efetivos³ da escola que já haviam lecionado Estudos Amazônicos.

O “professor A” tem 32 anos de idade e no ano letivo de 2020 possuía uma carga horária de 20 horas da disciplina Estudos Amazônicos. Sua formação acadêmica ocorreu pela UFPA (Universidade Federal do Pará), no curso de graduação em História. Também possui pós-graduação a nível de especialização em Metodologia do Ensino de História.

O “professor B” construiu sua formação inicial no curso de História, pela ESMAC (Escola Superior Madre Celeste), possui Especialização em História Social da Amazônia, e no momento de realização desta pesquisa, trabalhava com uma carga horária de 130 horas da disciplina Estudos Amazônicos. Entre os docentes que colaboraram para este estudo, é o que tinha maior carga horária alocada para este componente curricular. É professor da Educação Básica há 15 anos.

O “professor C”, que possui graduação em Geografia pela UFPA e exerce a carreira do magistério há 15 anos. No ano letivo de 2020, trabalhava com uma carga horária de 40 horas da disciplina Estudos Amazônicos. O “professor C” também apresentava em sua formação acadêmica um curso de especialização em Relações Étnico-Raciais e o título de Mestre em Geografia pela mesma instituição que se graduou.

¹ O município de Ananindeua faz parte da região metropolitana de Belém, distante da capital paraense 17 km.

² A escola João Paulo II pertence à Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, localizada no conjunto Cidade Nova 6.

³ Professores efetivos são aqueles que se tornam funcionários públicos mediante aprovação em concurso público. Optou-se por eles, pois, no momento de realização da pesquisa, Ananindeua vivia uma troca de administração municipal, que gerou impacto no quadro de funcionários da escola. Docentes da gestão anterior estavam sendo desligados da Rede enquanto que os professores da gestão atual ainda estavam em processo de contratação. Suas identidades serão mantidas anônimas a pedido dos próprios docentes.

A pesquisa se desenvolveu com o predomínio metodológico do estudo de caso em abordagem qualitativa. “É caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2008, p. 57). Ainda segundo Gil, o estudo de caso pode ser aplicado para obtenção das seguintes finalidades:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2008, p. 58).

Foram utilizadas como fontes para a produção desta dissertação os materiais didáticos, os questionários e as entrevistas dos professores da escola João Paulo II. Algumas legislações da educação nacional, como, por exemplo, a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei 9.795, que trata da Educação Ambiental, e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Também foram analisadas as legislações estaduais que amparam a disciplina em debate, como a resolução 630/97 do Conselho Estadual de Educação do Pará, e o ofício circular nº 018/98, da Secretaria de Estado de Educação. A nível municipal, o organizador curricular de Ananindeua do ano de 2020. Além, é claro, das bibliografias teóricas e metodológicas sobre a temática em questão.

Assim, essa dissertação foi construída em três capítulos. O capítulo 1 denominado “A disciplina Estudos Amazônicos no estado do Pará e no município de Ananindeua” faz o passo a passo da trajetória histórica do componente curricular Estudos Amazônicos desde sua criação até a sua implementação na grade curricular do estado e de Ananindeua. Relacionando o contexto nacional da educação e do ensino de História aos debates internos das questões sociais do Pará e da Amazônia, buscou-se entender as motivações que levaram à criação de uma disciplina que tratasse do regional. Os principais conceitos discutidos são: disciplina escolar, de Bittencourt (2011) e Chervel (1990); região, de Albuquerque Júnior (2008); currículo, de Silva (2019) e Goodson (2007); interdisciplinaridade, de Fazenda (2015).

O capítulo 2 “Material didático da disciplina Estudos Amazônicos e apropriação docente na escola João Paulo II” tem como finalidade analisar os materiais didáticos utilizados por professores e professoras nas aulas do componente curricular Estudos Amazônicos. Para isso, entrevistas e questionários foram produzidos com docentes da escola com o propósito de observar quais saberes são mobilizados por eles e quais materiais didáticos estão presentes em suas aulas de Estudos Amazônicos. Nesta etapa do trabalho, o conceito fundamental é o de apropriação, de Chartier (1991). Também é debatida a ideia de materiais didáticos, de

Bittencourt (2011). E de saberes docentes com Freire (2021), Tardif e Raymond (2000), Tardif, Lessard e Lahaye (1991).

O capítulo 3 apresenta o produto da dissertação, o blog “Estudos Amazônicos no espaço escolar”. Tendo o blog como elemento principal de análise, buscou-se refletir sobre o impacto da internet e das mídias sociais no ensino de História e Estudos Amazônicos. Para isto, foram trabalhados: Carvalho (2014), Silva (2015), Almeida (2016). Ampliou-se o debate sobre o conceito e o perfil pedagógico do blog com Gomes (2005), Gomes e Lopes (2007), Oliveira e Mucelin (2017), Saraiva (2020), Silva (2012), Zimmer e Piconez (2016). Por último, demonstrou-se como as postagens do “Estudos Amazônicos no espaço escolar” foram recebidas entre professores e professoras, e alunos e alunas, a partir de números de visualizações e comentários fornecidos pela própria plataforma que fornece o serviço do blog.

Dessa forma, a pesquisa buscou seu objetivo principal de conhecer quais são as formas de acesso de professores da EMEF João Paulo II aos materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos. Aprofundar a análise observando como os professores se apropriam desses materiais, proporcionou uma riqueza de informações não apenas sobre a disciplina em si, mas sobre o trabalho do professor e da professora que a leciona.

CAPÍTULO 1. A DISCIPLINA ESTUDOS AMAZÔNICOS NO ESTADO DO PARÁ E NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA.

O presente capítulo tem como objetivo principal tratar da trajetória histórica do surgimento da disciplina Estudos Amazônicos, bem como suas características enquanto componente curricular que trata da região Amazônica em suas diversas facetas: histórica, geográfica e sociológica. Destacando não apenas as legislações oficiais que legitimam este componente curricular, mas, também, a atuação docente no processo de reivindicação de uma Disciplina Escolar que abordasse temas relacionados à região Amazônica.

1.1. O Contexto Histórico da Educação no Brasil e no Pará.

Neste tópico, busca-se compreender o contexto histórico que a educação brasileira atravessava na virada do século XX para o século XXI, e como isso interferia no ensino de História no Brasil. As políticas neoliberais avançavam intensamente a ponto de as políticas públicas voltadas para a educação sofrerem interferência direta de instituições internacionais como Banco Mundial, UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Isso trouxe consequências significativas para a educação:

Uma grande ingerência externa controlando o cotidiano escolar das salas de aula. [...] A reforma também objetiva a venda de serviços, isto é, o aconselhamento sobre as ‘melhores experiências educacionais’ já em desenvolvimento. Os países serão considerados clientes e a educação passará a ser vendida como uma mercadoria, a ser escolhida pelos consumidores segundo as suas possibilidades e necessidades (CABRAL NETO; CASTRO, 2005, p. 11).

Nesse sentido, o processo educativo deixaria de se preocupar apenas em desenvolver o cidadão ideal para atuar na sociedade, mas também teria como foco formar o cidadão preparado para ser inserido no mercado de trabalho. As qualidades profissionais passaram a ser tão ou mais valorizadas do que as qualidades humanas. O profissional passou a ser visto à frente da pessoa.

No Brasil, documentos como a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacional) foram produzidos nessa perspectiva neoliberal e conservadora. Não à toa, tais documentos privilegiaram cada vez mais uma História

global e uma lógica de mercado (BITTENCOURT, 2011). À História Regional e Local restou a Parte Diversificada do Currículo, conforme aponta o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Os currículos de educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Utilizando-se da legislação acima foi que a disciplina Estudos Amazônicos se tornou legalmente possível. De imediato, o componente curricular em questão trouxe para dentro do ambiente escolar debates sobre temas bastantes contemporâneos, que naquele momento chamavam a atenção do planeta. Utilizando uma expressão de Alves (2016), era uma disciplina que trazia em seu currículo tanto a relação “passado e presente”, como também a “urgência do presente”.

Em meio ao avanço das pautas neoliberais para a educação, surge a Educação Ambiental, que passaria a fazer parte da agenda de discussão dos principais chefes de Estados do mundo. A importância de se criar uma consciência voltada para a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento de formas de explorações sustentáveis, a preocupação com o desmatamento, foram pautas importantes na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro.

A Educação Ambiental no Brasil se tornou presente no processo de ensino-aprendizagem das escolas a partir de legislações como a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, ao afirmar no seu artigo 2º que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Há, portanto, um movimento das autoridades políticas brasileiras, de se alinharem com um discurso global de preservação e uso sustentável do meio ambiente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram aprovados no ano de 1997, com objetivos de fornecer ferramentas teóricas e metodológicas para o desenvolvimento do projeto educativo da escola, auxiliar o professor e a professora na construção de seu planejamento de ensino e na seleção de materiais pedagógicos utilizados em sala de aula. Os PCNs tinham na sua composição os chamados temas transversais, que expressavam ideias direcionadas ao fortalecimento de valores democráticos e de promoção da cidadania. Através do tema

transversal meio ambiente, os PCNs consolidaram a presença da Educação Ambiental no espaço escolar:

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos (BRASIL, 1998, p. 187).

Ainda sobre os PCNs, o tema ambiental exigiria constantes atualizações tanto no processo de formação do professor quanto nas aquisições de informações. Segundo o documento, este aprofundamento sobre o tema era necessário por três motivos principais:

- Para tê-lo disponível ao abordar assuntos gerais ou específicos de cada disciplina, vendo-os não só do modo analítico tradicional, parte por parte, mas nas inter-relações com outras áreas, compondo um todo mais amplo (BRASIL, 1998, p. 188).
- Para ter maior facilidade em identificar e discutir os aspectos éticos (valores e atitudes envolvidos) e apreciar os estéticos (percepção e reconhecimento do que agrada à visão, à audição, ao paladar, ao tato; de harmonias, simetrias e outros) presentes nos objetos ou paisagens observadas, nas formas de expressão cultural etc (BRASIL, 1998, p. 189).
- Para obter novas informações sobre a dimensão local do ambiente, já que há transformações constantes seja qual for a dimensão ou amplitude. Isso pode ser de extrema valia, se, associado a informações de outras localidades, puder compor informações mais globais sobre a região (BRASIL, 1998, p. 189).

Pode-se verificar nos PCNs, a partir dos três motivos acima expostos, uma orientação para que os professores e professoras repensem suas práticas através de pesquisas para obtenção de informações sobre o tema meio ambiente, mas que isso ocorra a partir da problematização de suas próprias vivências e práticas, destacando o protagonismo docente nesse processo. É claro que, de nada adianta uma postura ativa do professor frente ao conhecimento, se isso não for acompanhado de melhorias nas condições de trabalho como um todo, incluindo a oferta de materiais didáticos.

A escola, como espaço de promoção do meio ambiente, também é bastante presente nos PCNs. O diálogo entre os agentes que formam a comunidade escolar é fundamental para o desenvolvimento do tema:

É desejável a comunidade escolar refletir conjuntamente sobre o trabalho com o tema Meio Ambiente, sobre os objetivos que se pretende atingir e sobre as formas de se conseguir isso, esclarecendo o papel de cada um nessa tarefa. O convívio escolar é decisivo na aprendizagem de valores sociais e o ambiente escolar é o espaço de atuação mais imediato para os alunos. Assim é preciso salientar a sua importância nesse trabalho (BRASIL, 1998, p. 191).

Os PCNs deixam claro que trabalhar meio ambiente na educação não é responsabilidade exclusiva do professor e da professora, mas de toda a comunidade escolar. Isso inclui todos os trabalhadores da educação e mais alunos e seus familiares. Assim, a Educação Ambiental foi se fortalecendo no cenário brasileiro, e logo chegaria à Amazônia, tendo na disciplina Estudos Amazônicos, um espaço privilegiado de discussão na escola.

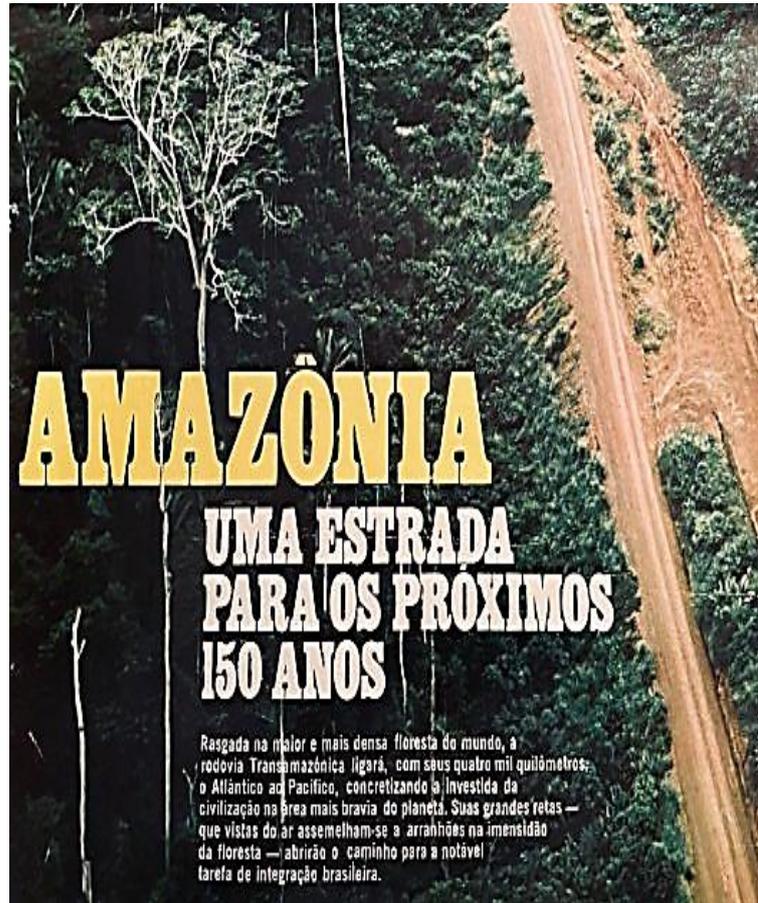
No Pará, o debate ambiental também encontrava seu espaço na sociedade. A presença da floresta amazônica em parte do território paraense acentuava as discussões sobre a necessidade de preservação do meio ambiente a nível regional. A política de ocupação da Amazônia promovida pelos Governos Militares nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a instalação dos chamados grandes projetos para Amazônia, a integração da região ao restante do Brasil através de rodovias, todos esses fatores contribuíram para a transformação da realidade Amazônica, o que afetava, certamente, o modo como as pessoas se relacionavam entre si e com a natureza:

O discurso criado sobre a região amazônica desde os anos 1960 era que esta era um “espaço vazio”, que precisava ser “ocupado” segundo a concepção dos governos militares, portanto, esta região configurava-se como uma fronteira aberta que foi alvo de disputas, migrações, ocupações ao longo dos anos 1960, 1970 e 1980. Construiu-se nesta região uma nova cultura política que tinha na agricultura, pecuária, atividade madeireira e no latifúndio as bases de uma nova sociedade regional (ALVES, 2016, p. 27).

A consequência das passagens dos governos militares pela Amazônia foi o surgimento de uma dinâmica social caracterizada pelo forte laço de dependência de atividades ligadas ao campo e a exploração de minérios. Mas dessa vez, tais atividades estariam inseridas em relações capitalistas internacionais, o que geraria para a Amazônia uma realidade social bastante específica, com vários problemas a serem enfrentados. O estímulo à migração para a região bem como a abertura de rodovias para integrar a Amazônia ao restante do país também foram marcas deixadas pelos governos militares.

A figura 1 (próxima página), destacando a construção da Rodovia Transamazônica, com seus quatro mil quilômetros, integrando a Amazônia ao restante do país, demonstrava o desejo dos governos militares de facilitar a chegada de mercadorias e pessoas à região, acabando com o vazio demográfico que eles tanto criticavam e apontavam como obstáculo ao desenvolvimento da Amazônia. É claro, que tal discurso, ignorava, deliberadamente, a existência de famílias de agricultores, ribeirinhos, indígenas, castanheiros, que ali viviam, pois, na visão dos governos militares, tais povos não exerciam papéis importantes na lógica capitalista na qual a Amazônia estava sendo inserida.

Figura 1 - Edição da revista Manchete comemorando os 150 da Independência citando mais uma vez a construção da Transamazônica



Fonte: Reprodução/Acervo Eduardo Cardim

A disciplina Estudos Amazônicos, então, também é pensada para ser esse espaço de discussão desses problemas mais contemporâneos relacionados a pautas de ocupação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais da região Amazônica. Trazer esse debate para dentro da escola era importante e a disciplina proporcionaria isso:

[...] no momento em que a disciplina Estudos Amazônicos está em vigência no Pará, há um mesmo movimento no Ministério da Educação (MEC) seja por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ou pela legislação da educação ambiental que reforça a importância dessa temática no espaço escolar. Consideramos que não se pode falar em Amazônia sem nos referirmos a sua natureza, aos aspectos peculiares de sua formação e a forma como o homem se apropriou dos recursos da natureza (ALVES, 2016, p.32).

A disciplina Estudos Amazônicos possui, portanto, alguns fatores históricos importantes, que sem dúvida, influenciaram o momento da criação da disciplina bem como a sua presença no espaço escolar: O avanço do Neoliberalismo sobre a educação, as consequências do processo de ocupação da Amazônia durante os governos militares e o

fortalecimento da Educação Ambiental eram fatores bastantes discutidos no momento da criação da disciplina na Educação Básica, bem como impuseram uma série de desafios para a atividade docente e para a produção de materiais didáticos.

1.2. Estudos Amazônicos: uma disciplina “do regional”

Alguns podem estar se perguntando: Não seria mais simples falar que Estudos Amazônicos é uma disciplina regional? Por que colocar o “do regional”? Não é a mesma coisa? E utilizando-se do referencial teórico de Albuquerque Júnior (2008), responde-se que não! Não é a mesma coisa. Para o autor, o historiador e a historiadora que está analisando a região deve manter uma postura de estranhamento, por mais íntimo ou íntima que seja daquele espaço. O mesmo pode-se afirmar do professor e da professora de Estudos Amazônicos que ensina História Regional em sala de aula. O autor ainda destaca que:

O historiador do regional é aquele que trata do que lhe é mais próximo, do que lhe é mais caro, do que lhe é mais visto e sentido como sendo seu, para deles se afastar, conseguindo estranhá-los, torná-los estrangeiros, tratá-los como algo estranho, nunca visto, nunca conhecido (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.64).

Estudar a realidade da região amazônica, como o próprio nome da disciplina sugere, amplia a análise de seus aspectos históricos, geográficos e sociológicos fazendo com que a compreensão do conceito de região se torne fundamental para a docência da disciplina na Educação Básica. Definir região em tempos globais é uma tarefa complicada, justamente pela dificuldade de estabelecer critérios marcadores do espaço regional.

A década de 1970 foi um marco para os estudos sobre região, pois: “rompendo com a perspectiva meramente descritiva da paisagem para buscar o entendimento da organização diferenciada, complexa e multifacetada do espaço” (CAIMI, 2010, p. 62). Nesse sentido, a ideia de região passa a ter seu significado ampliado, de paisagem natural estática, para algo mais dinâmico e socialmente construído.

Percebe-se que o conceito de região possui grande relevância para o entendimento da origem da disciplina no Estado do Pará. Com o ensino de História voltado cada vez mais para as demandas globais e influenciado pelas políticas neoliberais na virada do século XX para o século XXI, a História Regional foi perdendo espaço nos currículos prescritivos e na atuação docente em sala de aula.

Assim, Estudos Amazônicos proporcionaria um espaço para a História Regional, que até então, naquele momento, era bastante reduzido, mesmo não sendo uma disciplina exclusivamente de História. Daí a importância de uma reflexão sobre qual conceito de região professores e professoras estariam levando para as aulas de Estudos Amazônicos. Dessa forma:

A região, para realmente existir, para não ser um mero recorte político-administrativo, uma demarcação abstrata feita pelo Estado, que ninguém reconhece ou em nome do qual ninguém fala ou age, tem que existir para e nas subjetividades de quem a reconhece, a vivencia e de quem a pratica ou em nome dela discursa (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 60).

Destaca-se da fala do autor que a condição de existência da região são as subjetividades de quem nela vive. A disciplina de Estudos Amazônicos, portanto, deve apresentar a ideia de região não como algo que existiria independentemente de qualquer coisa, mas que se constrói e se transforma a partir da relação entre ser humano/ser humano e ser humano/natureza.

Ainda discutindo o conceito de região, é válido mencionar que a disciplina Estudos Amazônicos substitui Estudos Paraenses, ou seja, temos aí uma mudança importante, que sugere a ampliação dos objetos de estudos, que antes era restrito ao Estado do Pará, mas que, a partir de 1999, passaria a ser de toda região amazônica. No documento da SEDUC-Pa, que trata das orientações para a implantação e estruturação do modelo curricular para o ensino fundamental a partir do ano de 1999, a única informação que se tem sobre a substituição de uma disciplina pela outra é que Estudos Amazônicos seria mais abrangente na prescrição de conteúdos estudados, o que convenhamos, é uma explicação bastante simplista e demonstra até mesmo certa indefinição no modo como a disciplina seria trabalhada na Educação Básica.

Se já era complicado encontrar materiais que tratassem do Estado do Pará, imagina agora ter que dar conta da região amazônica. A medida que os municípios foram introduzindo Estudos Amazônicos em seus currículos, esse problema foi sentido de maneira mais impactante. Por exemplo, a Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, apresenta como objeto de conhecimento do 7º ano, as fundações das cidades de São Luís, Belém, Manaus e Macapá. Como a Rede do município não oferece material didático nem da realidade do Estado do Pará, agora, imagina a dificuldade em encontrar materiais que deem conta das realidades de outros estados. Mais um desafio que professores e professoras assumem ao aceitarem a docência do componente curricular em questão.

Outro ponto importante a se discutir nesse tópico é analisar Estudos Amazônicos enquanto Disciplina Escolar. Nesse sentido, alguns nomes importantes são trazidos para esta discussão, como Yves Chevallard e André Chervel. Para o primeiro, existe uma hierarquia entre

o conhecimento acadêmico e o saber escolar, visto como uma forma de conhecimento vulgarizado. Nesse caso, o professor e a professora são vistos apenas como simples facilitadores, que levarão a informação com um grau menor de complexidade ao aluno. Esse tornar o conhecimento estudado menos complexo seria a transposição didática.

Já para Chervel (1990), da qual a forma de pensar, este trabalho se apropria, a disciplina escolar seria uma entidade específica e autônoma, que mantém estreitas ligações com as relações de poder no interior da escola. Nessa perspectiva, a Disciplina Escolar faz parte de uma cultura escolar, que produz um saber próprio, nem maior, nem menor, do que o saber acadêmico, onde o professor não é visto como mero reprodutor de conhecimento científico, mas um sujeito capaz de produzir um saber tão relevante quanto o produzido nas universidades. Segundo Chervel:

Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado, até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar, a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990, p. 184)

O fato da disciplina Estudos Amazônicos não possuir uma ciência de referência específica para ela nas universidades, embora existam cursos de História, Geografia e Sociologia, faz dela um caso excepcional, pois a torna uma disciplina fortemente influenciada pela cultura escolar, muito mais que as outras, como aponta Alves:

[...] a escola é vista como uma instituição histórico-social, que obedece a construções particulares e específicas das quais participam vários agentes – tanto internos quanto externos a ela – que a partir das pressões sociais sofrem modificações e compõem um “lugar social” de produção de saberes próprios. A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ surge com essa finalidade, de ser um saber exclusivamente, voltado para a escola (ALVES, 2016, p. 26).

Para Bittencourt (2011), uma Disciplina Escolar é constituída por três elementos: finalidade, conteúdo e método. A finalidade está em constante mudança uma vez que depende da composição da comunidade escolar que busca atender. “Dessa forma, as finalidades de uma disciplina tendem sempre as mudanças, de modo que atendam diferentes públicos escolares e respondam às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade” (2º parágrafo, pág. 42). Já o conteúdo de uma Disciplina Escolar é resultante de uma variedade de fatores como objetivos educacionais e institucionais, desenvolvimento cognitivo do educando, e tempo pedagógico, só para mencionar os principais. O último fator destacado pela autora é o

método que, por sua vez, está diretamente relacionado a forma de avaliação adotada por professores e professoras na verificação da aprendizagem dos alunos. Esse processo avaliativo pode ser em formato diverso, isso vai depender de qual conceito o professor ou a professora terão da disciplina escolar.

Além da finalidade, do conteúdo e do método, uma Disciplina Escolar, para consolidar sua identidade no espaço escolar, para ser capaz de ser produtora de conhecimento, precisa da participação docente efetiva. Dessa forma:

O papel do professor na constituição das disciplinas merece destaque. Sua ação nessa direção tem sido muito analisada, sendo ele o sujeito principal dos estudos sobre o currículo real, ou seja, o que efetivamente acontece nas escolas e se pratica nas salas de aula. O professor é quem transforma o saber a ser ensinado em saber apreendido, ação fundamental no processo de produção de conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído, e a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico, ou a de um “reprodutor” de um saber produzido externamente (BITTENCOURT, 2011, p. 50).

Quando Bittencourt (2011), destaca o papel do professor para a constituição de uma Disciplina Escolar, entende-se porque Estudos Amazônicos ainda não conseguiu forjar sua identidade enquanto Disciplina Escolar. A indefinição do perfil docente para disciplina é um dos fatores que contribui para isso. Na rede estadual é um perfil, nos municípios, outros perfis, o que faz com que o componente curricular Estudos Amazônicos necessite de mais reflexões sobre o campo de pesquisa de seu ensino nos anos finais do Ensino Fundamental.

Desse modo, neste tópico, buscou-se discutir a ideia de Disciplina Escolar, bem como as transformações ocorridas no conceito de região e como isso influenciou no ensino da disciplina Estudos Amazônicos. Nesse sentido, é importante ter a consciência de que, antes de serem professores de Estudos Amazônicos, é necessário se comportar como historiador e historiadora de uma disciplina escolar, que possui uma metodologia de pesquisa própria.

1.3. O surgimento da disciplina Estudos Amazônicos

A expressão “Disciplina Escolar” só ganha o sentido de matéria de ensino após o fim da Segunda Guerra Mundial, antes disso a expressão era usada como forma de combater qualquer tipo de comportamento que prejudicasse o bom funcionamento no espaço escolar (CHERVEL, 1990). Neste momento, será abordado os principais fatos históricos que

contribuíram para a criação da disciplina Estudos Amazônicos no Estado do Pará bem como sua introdução no currículo de Ananindeua, nos anos finais do Ensino Fundamental.

Estudos recentes, como (ALVES, 2016), (BARROS, 2016), (MENEZES NETO, 2020), apontam para o final da década de 1980, como sendo um momento importante para o nascimento de uma ideia de se criar uma disciplina que apresentasse a História a partir de uma perspectiva regional amazônica⁴. Em 1989, a SEDUC-PA (Secretaria de Educação do Estado do Pará), atendendo às demandas de professores e professoras da Rede sobre a falta de material didático para tratar sobre a Amazônia no ambiente escolar, e preocupada com o desconhecimento do público estudantil sobre as questões sociais que envolviam a região amazônica, publicou um livro com o título de “Estudos e Problemas amazônicos: História Social e Econômica e Temas Especiais”, voltado para os docentes de Ensino Médio, com o objetivo de introduzir temas da Amazônia em disciplinas como História, Geografia e Sociologia. Esse livro contou com o apoio da Professora Violeta Refkalefsky Loureiro, à época diretora geral do IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará), que assim justificou a ideia do livro:

[...] me espantava com o fato de os alunos até da universidade, eles sabiam muita pouca coisa a respeito da Amazônia, tanto no que diz respeito à História e, principalmente, no que diz respeito à questão ambiental. E, na época, se discutia muito a questão dos grandes projetos e os alunos não sabiam coisa nenhuma sobre esses grandes projetos que estavam se instalando aqui e nem mesmo sobre os projetos menores, assim de agropecuária, etc (LOUREIRO apud BARROS, 2016, p. 95).

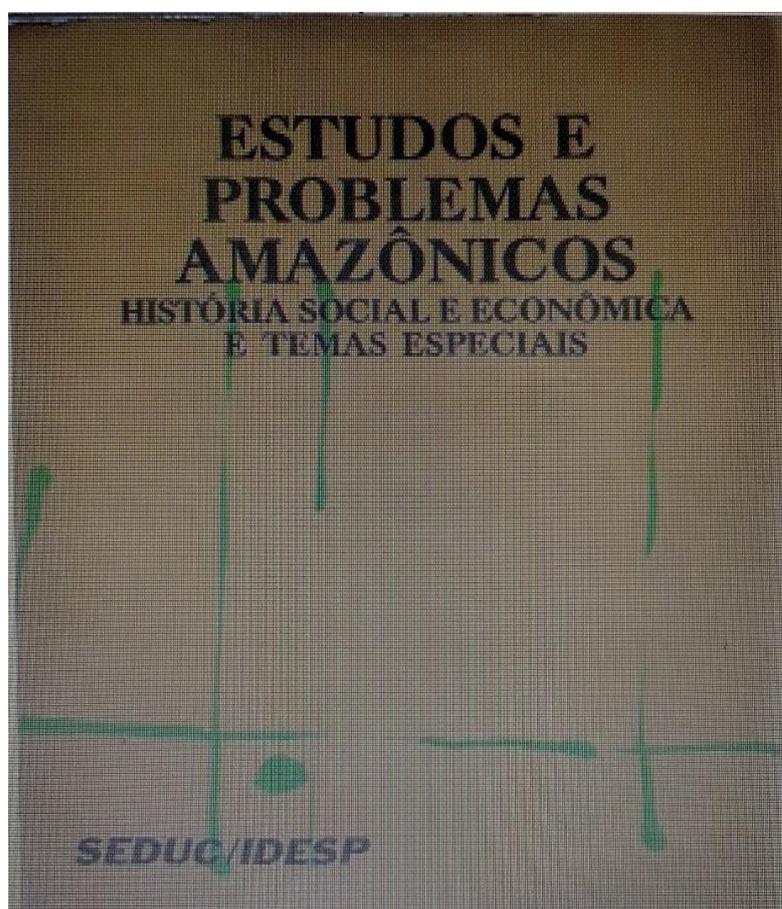
O que chama a atenção na fala da Professora Violeta Refkalefsky Loureiro é a sua reação de espanto ao notar que havia um desconhecimento da classe estudantil sobre os processos que estavam ocorrendo na Amazônia. Destacam-se duas importantes questões muito debatidas ali na virada do século XX para o XXI, tanto na esfera mundial quanto à nível nacional: a política econômica dos militares e a questão ambiental.

A primeira questão refere-se aos grandes projetos, onde foram estabelecidas várias estratégias de ocupação e exploração da Amazônia, através da concessão de vários subsídios fiscais, para que grandes empresas se estabelecessem na região, buscando a integração da Amazônia à lógica capitalista, alterando profundamente as relações sociais no espaço amazônico, conforme vimos no início desse capítulo.

⁴ A partir da década de 1980, a Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) introduziu três disciplinas buscando regionalizar o currículo: “Questões Regionais”, “História do Pará”, e “Literatura Paraense”. Na Rede de Ensino do estado, a SEDUC ofertava a disciplina Estudos Paraenses. Entretanto, os quatro componentes curriculares propunham uma abordagem cultural e histórica mais de amplitude estadual do que amazônica.

Já a segunda questão tem a ver com o meio ambiente. No final da década de 1980, início dos anos 90, a discussão sobre a preservação do meio ambiente se tornou uma pauta global, mais do que nunca, era necessário despertar essa consciência na sociedade. A professora, então, percebeu a importância de levar para dentro das escolas, os debates sobre a Amazônia contemporânea, em seus aspectos diversos: meio ambiente, cultura, sociedade, espaço etc. A obra lançada pela SEDUC seria um meio de levar as duas questões acima levantadas para dentro das salas de aulas, para o interior das escolas públicas do estado do Pará. Nesse sentido, o lançamento do livro representou um avanço.

Figura 2 - Capa do livro Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais, da SEDUC/IDESP



Fonte: Menezes Neto (2020, p. 159)

Ainda sobre o livro “Estudos e Problemas amazônicos: História Social e Econômica e Temas Especiais”, Menezes Neto faz uma importante observação sobre a utilização da obra pelos professores do Ensino Médio, na época 2º grau:

Em nossa visão, apesar da importância da obra, por reunir pesquisadores de diversas áreas e de discutir questões que naquela época ainda eram novidades na Educação Básica, como as questões ambientais, e uma valorização da história e cultura do negro e do índio a partir de pesquisas renovadas, não se trata de um livro didático. Não é um didático pela linguagem utilizada ser de textos acadêmicos, como os publicados em revistas científicas. Não há um diálogo com a realidade da educação básica, nem explicitação de objetivos pedagógicos nos capítulos. Uma crítica que podemos fazer também é que, apesar da secretária Therezinha Gueiros dizer que houve uma discussão com os professores da SEDUC para realização do livro, percebemos que ele foi produzido “de cima”, ou seja, a partir da universidade e de pesquisadores, pois nenhum autor era professor da educação básica. Reproduz-se a ideia do ensino básico como simples receptor das pesquisas acadêmicas” (MENEZES NETO, 2020, p. 161).

Dois pontos importantes destacam-se na fala acima: o primeiro é de que o livro não possuía uma linguagem adequada para a Educação Básica. E o segundo ponto é a ausência da participação dos professores e professoras da Rede Estadual de Educação na elaboração da obra, tornando o processo impositivo. Menezes Neto (2020), questiona também a utilização deste livro em sala de aula pelos professores e professoras da Rede Estadual de Educação, inclusive discutindo sua orientação como livro didático.

Quando se está diante de uma pesquisa de Disciplina Escolar, é importante analisar tanto as informações dos textos oficiais como também é fundamental ouvir as vozes da realidade pedagógica, ou seja, de quem transforma as orientações em ações e práticas dentro de sala de aula. Nesse sentido, o processo de investigação do uso da obra em questão, deveria passar não só pelos agentes que participam da produção do livro, mas também dos docentes responsáveis pelo ensino da disciplina escolar.

No ano de 1997, a professora Violeta Refkalefsky Loureiro, já como membro do CEE (Conselho Estadual de Educação) e Diretora de Ensino da SEDUC, cria a disciplina de Estudos Amazônicos:

[...] a essa altura eu estava no Conselho Estadual de Educação como conselheira, e em 1996, saiu a Lei de Diretrizes e bases a LDB a lei nº 9.394, criava novas matrizes curriculares que é vigente até hoje, a área comum nacional e a parte diversificada, na parte diversificada a orientação é que fizessem estudos regionais ou outros estudos que quisessem captar essa diversidade cultural e natural do Brasil que é um país continental, essa é a ideia, então a coisa vinha a combinar, uma situação dramática que vinha ocorrendo e ao mesmo tempo uma oportunidade de se estudar um pouco sobre a Amazônia, porque havia um desconhecimento sobre a Amazônia, não só entre universitários, mas principalmente entre alunos do fundamental e médio, então a solução que eu vi foi a criação de uma disciplina que seria Estudos Amazônicos, e foi muito bem aceita a proposta do conselho e os conselheiros votaram a favor e a disciplina foi aprovada (LOUREIRO Apud ALVES, 2016, p. 43).

Destacam-se dois pontos da fala da Professora Violeta Loureiro. O primeiro é que a disciplina pertenceria a parte Diversificada do currículo. A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases

da Educacional Nacional), através de seu artigo 26 afirma que a Parte Diversificada deve tratar das “Características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia, e dos educandos”. (BRASIL, 1996). É importante notar como os aspectos regionais se configuram mediante o avanço das ideias neoliberais para a Educação. O que se observa é uma redução significativa de temas regionais nos anos finais do Ensino Fundamental (BITTENCOURT, 2011). Nesse sentido, Estudos Amazônicos garantiria a presença dos temas regionais na escola. O segundo ponto importante se refere a fala da professora sobre o desconhecimento do público discente sobre a realidade Amazônica. A disciplina criada, portanto, também teria como objetivo suprir essa carência.

Porém, só dois anos depois de sua criação, é que a nova disciplina passou a compor a matriz curricular do Estado do Pará. O Ofício Circular nº 018/98-DEN, de 10 de dezembro de 1998, que trata da nova matriz curricular do Estado, justifica a inclusão de Estudos Amazônicos: “Pela imperiosa necessidade da escola contribuir para a formação de uma consciência nos cidadãos sobre a Amazônia como uma questão nacional e ser a Amazônia o maior e mais rico sistema natural do Planeta Terra”. Dessa forma, a partir do ano de 1999, Estudos Amazônicos entraria para a nova matriz curricular do Estado do Pará.

Ainda segundo o ofício, a disciplina poderia ser ministrada por docentes licenciados em três áreas de conhecimento: História, Geografia e Sociologia, o que sinalizaria para uma disciplina de natureza específica, de característica interdisciplinar. Essa peculiaridade geraria uma série de desafios não só para o ensino da disciplina em si, mas também para a produção, circulação e uso de material didático por parte de professores e professoras de Estudos Amazônicos, como se discutirá no capítulo 2 dessa dissertação.

Sobre o envolvimento e o empenho da professora Violeta Loureiro na criação da disciplina Estudos Amazônicos, é importante destacar o bom relacionamento dela na esfera política:

E assim, esse protagonismo dela, se deu também porque ela, naquele momento, estava ocupando posições chaves ali no governo estadual. Né, então, depois do governo Hélio Gueiros, depois no governo Almir Gabriel, né, ela sempre assumiu uma posição ali na secretaria de educação (MENEZES NETO, 2021).

Não que isso diminua o esforço da professora Violeta Loureiro no processo de criação da disciplina Estudos Amazônicos, mas sem dúvida que, o fato dela ser bem relacionada na esfera política, possibilitou-lhe canais de diálogos mais bem acessíveis do que poderia ter uma pessoa que não tivesse essa circulação nos meios de poder.

Se por um lado, a professora Loureiro foi fundamental para a criação de Estudos Amazônicos, pela sua atuação nos espaços oficiais de discussão no Estado, por outro lado, o protagonismo de professores e professoras apontando para a necessidade de ter um espaço que tratasse dos problemas regionais dentro da escola, bem como a organização de um material didático adequado, que conseguisse provocar uma discussão da História Regional na sala de aula, também contribuiu de forma significativa para o surgimento da disciplina. Alves afirma sobre a criação de Estudos Amazônicos:

Veio atender a demanda dos professores, pois, sentiam falta dessa História regionalizada na escola. Neste sentido, “lutaram” para ter a disciplina Estudos Amazônicos, até para ter carga horária na rede estadual, pois, não podiam trabalhar temas referente a Amazônia na disciplina História devido ter uma carga horária ínfima, eles viram sua demanda ser atendida com a criação desta disciplina. Portanto, a criação da disciplina Estudos Amazônicos seria uma afirmação da História regional na escola, uma forma de demarcar o seu lugar (ALVES, 2016, p. 48).

Menezes Neto, em entrevista concedida para esta pesquisa, também destaca a participação dos docentes na criação de Estudos Amazônicos através de encontros promovidos pela Secretaria Municipal de Belém (SEMEC) e pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA). Para ele, tão importante quanto destacar o papel da professora Violeta Loureiro, é ressaltar a atuação dos professores da Educação Básica na criação da disciplina:

O fator importante das pesquisas que irão vim, seria justamente isso, ressaltar a importância dela, mas também não colocá-la como a única responsável, né. Os responsáveis pela criação da disciplina é o conjunto de fatores, como disse antes, todos esses movimentos aí de contestação, a questão do Pós-Ditadura Militar, mas sobretudo, por demandas dos professores que estão lá em sala de aula no dia-a-dia (MENEZES NETO, 2021).

Menezes Neto (2020), chama atenção para a necessidade de o historiador questionar os discursos oficiais. No caso da disciplina Estudos Amazônicos, isso significaria observar na outra ponta do processo, no caso, os docentes. Para ele, “os professores da Educação Básica se posicionaram e mostraram as suas demandas, principalmente da necessidade de livros didáticos voltados para a realidade regional” (2020, p. 145). É importante demarcar a luta docente pela criação de uma disciplina que tratasse dos aspectos regionais no espaço escolar.

Sobre a importância do papel de professores na criação ou efetivação de uma disciplina escolar nos currículos, Bittencourt afirmou:

Quando acompanhamos a história da educação escolar, percebemos que, no percurso de definição das disciplinas ou matérias que se estabelecem nos currículos escolares, os professores vão-se profissionalizando, passando de leigos a “especialistas”. Os cursos de formação os credenciam como profissionais, e no trabalho das instituições,

por meio de concursos e outros trâmites democráticos, criam-se grupos de especialistas de determinadas matérias. Os profissionais tendem a organizar-se em associações representativas que participam direta ou indiretamente da constituição e da permanência ou não das disciplinas nos currículos (BITTENCOURT, 2011, p. 51).

No caso da disciplina escolar Estudos Amazônicos, tanto Alves (2016), como Menezes Neto (2020), destacaram a importância da participação de docentes da Rede Estadual de Educação do Pará na criação do componente curricular em questão. Suas demandas por materiais didáticos que tratassem das realidades históricas, geográficas e culturais da Amazônia foram o estopim para a criação da disciplina.

Do momento em que Estudos Amazônicos passou a fazer parte do currículo da SEDUC-PA até os dias de hoje, vinte dois anos se passaram, e essas demandas por materiais didáticos continuam. Ainda que exista uma significativa produção sobre a Amazônia nas universidades, e mesmo que também a produção editorial voltada para a disciplina Estudos Amazônicos na Educação Básica tenha aumentado, entretanto, professores e professoras continuam aguardando a possibilidade de terem acesso aos materiais didáticos do componente curricular em questão de maneira mais prática e efetiva.

Nesse caso, é importante que os materiais didáticos de Estudos Amazônicos sejam produzidos por professores e professoras que estejam envolvidos diretamente no ensino da disciplina em sala de aula, pois são eles que sentem efetivamente as dificuldades de lecionar um componente curricular fortemente influenciado por uma cultura escolar, por sua historicidade e por sua característica interdisciplinar. Por isso, esta pesquisa apresenta como parte propositiva justamente a construção de um blog de Estudos Amazônicos enquanto recurso didático, cuja finalidade principal é de possibilitar o acesso à materiais didáticos do componente curricular em questão, tanto a docentes, quanto a discentes.

Na rede municipal de Ensino de Ananindeua, o componente curricular de Estudos Amazônicos está assim apresentado: “O objetivo não é construir um cidadão patriótico no sentido de defensor irracional de sua região, e sim de um cidadão crítico, capaz de construir uma relação social melhor com o espaço em que está inserido” (ANANINDEUA, 2020). Nesse município, os professores que podem ministrar Estudos Amazônicos são os que possuem formação inicial em História ou Geografia. Porém, as dificuldades de produção, circulação e uso de material didático para a disciplina permanecem.

O ano de 2019 foi importante para a disciplina Estudos Amazônicos na Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, pois, além de ocorrer a sua expansão para 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, inicia-se um processo de reformulação do currículo da disciplina a partir

de dois fatores: a equidade dos conhecimentos das áreas da Geografia e da História em relação a região amazônica e a necessidade de valorização da realidade discente, seu lugar de moradia, e as relações que ele constrói com a sua comunidade (ORGANIZADOR CURRICULAR DE ANANINDEUA, 2020).

É interessante notar nesse processo de reformulação do currículo de Estudos Amazônicos, essa preocupação com a distribuição equiparada de conteúdos entre as áreas de conhecimento de História e Geografia. Isso se reflete nas competências específicas da disciplina: das oito competências, quatro são voltadas para Geografia, e quatro são voltadas para História, conforme pode-se notar na tabela abaixo:

Tabela 1 - sobre as competências específicas para o componente curricular Estudos Amazônicos

Competências Específicas de Estudos Amazônicos Para Ensino Fundamental
1 – Utilizar os conhecimentos geográficos para atender a integração sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
2 – Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3 – Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais para a resolução dos problemas que envolvam informações geográficas.
4 – Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
5 – Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles.
6 – Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço.
7 – Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação organizações coletivas da sociedade civil.
8 – Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da Democracia.

Fonte: Organizador Curricular de Ananindeua, 2020, s/p.

Talvez a preocupação com a busca da equidade das duas áreas possa ter relação com o processo de constituição de uma Disciplina Escolar:

As finalidades das disciplinas escolares fazem parte de uma teia complexa na qual a escola desempenha o papel de fornecedora de conteúdos de instrução, que obedecem a objetivos educacionais definidos mais amplos. Dessa forma, as finalidades de uma disciplina tendem sempre as mudanças, de modo que atendam diferentes públicos escolares e respondam às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade (BITTENCOURT, 2011, p. 42).

No caso da Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, essa busca de igualdade de conteúdos de História e Geografia na disciplina Estudos Amazônicos pode ser explicada a partir da pressão exercida por professores e professoras dessas duas áreas para legitimarem esse componente curricular como suas áreas de atuação.

Ao destacar até aqui a trajetória da disciplina Estudos Amazônicos no Estado do Pará e na cidade de Ananindeua, é importante lembrar o que Chervel disse sobre o papel de um historiador das disciplinas:

A distinção entre finalidades reais e finalidades de objetivo é uma necessidade imperiosa para o historiador das disciplinas. Ele deve aprender a distingui-las, mesmo que os textos oficiais tenham tendência a misturar umas e outras. Deve sobretudo tomar consciência de que uma estipulação oficial, num decreto ou numa circular, visa mais frequentemente, mesmo se ela é expressada em termos positivos, corrigir um Estado de coisas, modificar ou suprimir certas práticas, do que sancionar oficialmente uma realidade...” (CHERVEL, 1990, p. 190).

Nesse sentido, tão importante quanto estudar os documentos oficiais, que norteiam as finalidades e objetivos de Estudos Amazônicos no Estado do Pará e no município de Ananindeua, é analisar a realidade pedagógica em que se dá a prática docente da disciplina, que será tratada no capítulo 2 dessa dissertação. O trabalho de um historiador das disciplinas “Deve ser conduzido simultaneamente sobre os dois planos, e utilizar uma dupla documentação, a dos objetivos fixados e a da realidade pedagógica” (CHERVEL, 1990, p. 191). Na prática, isto remete a um grande desafio, que é o de pesquisar se a práxis docente de Estudos Amazônicos está em conformidade com o currículo prescrito do município de Ananindeua.

Zavala (2015), também chama atenção para importância de se pesquisar a prática docente. Segundo a autora, o professor e a professora só é capaz de refletir sobre suas práticas de ensino a partir de uma consciência histórica desenvolvida. Para isso, devem ser capazes de compreender o significado de suas ações em sala de aula. É importante que professores e

professoras se reconheçam como produtores de conhecimento, ou seja, como um professor-pesquisador e como uma professora-pesquisadora.

Por fim, o historiador de disciplina escolar deve possuir a habilidade de ver a disciplina para além de algo pronto e acabado, como parece que ela se encontra na escola. Pelo contrário:

A realidade de nossos sistemas educacionais não coloca os docentes, a não ser excepcionalmente, em contato direto com o problema das relações entre finalidades e ensinos. A função maior da “formação dos mestres” é a de lhes entregar as disciplinas inteiramente elaboradas, perfeitamente acabadas, as quais funcionarão sem incidentes e sem surpresas por menos que eles respeitem o seu “modo de usar”. (CHERVEL, 1990, p. 191).

Nesse aspecto, a pesquisadora ou o pesquisador da disciplina escolar deve estar atento para o contexto histórico de criação da disciplina, as suas finalidades na estrutura curricular, os objetos de conhecimentos listados nos documentos oficiais, mas também os que surgem no dia a dia da sala de aula. Além dos conteúdos e das finalidades, é muito importante que se atente para os resultados reais alcançados com o ensino da disciplina (CHERVEL, 1990). No caso da disciplina Estudos Amazônicos, o domínio desse processo pelo professor e pela professora, refletiria positivamente no seu ensino e por consequência no seu material didático.

1.4. Currículo e Interdisciplinaridade em Estudos Amazônicos

Sem dúvida que, ao lado do material didático, currículo e interdisciplinaridade são os maiores desafios para o ensino da disciplina Estudos Amazônicos nos anos finais do Ensino Fundamental. Desde já, afirma-se que os três componentes se relacionam e interferem diretamente na prática do professor em sala de aula. Os efeitos desses fatores na prática docente serão tratados no segundo capítulo desta dissertação. Neste momento, nos interessa debater currículo e interdisciplinaridade demonstrando teoricamente como estes elementos estão apresentados no componente Estudos Amazônicos.

Geralmente, o conceito de currículo vem sendo utilizado por uma ambivalência de sentidos. Ora assume a forma de um objeto material, ora assume sentido de experiência pessoal, como pode-se perceber a seguir:

Quando substantivado, a noção de currículo percurso tende a ser associada à relação de matérias/disciplinas com seu corpo de conhecimento organizado numa sequência lógica e temporal que se materializa na ideia de um “plano de estudos” elaborado no âmbito de cada disciplina, curso ou série. O currículo tende a ser definido, assim,

como a listagem de conteúdos legitimados como objeto de ensino ou como a programação de um curso ou de matéria a ser examinada. Quando entendido como verbo – o “ato de percorrer -, esse termo abre possibilidades para a incorporação das experiências, diferenças, desejos, demandas e interesses individuais e coletivos do sujeito – discente e docente – que percorre e age nesse percurso (FREITAS, 2019, p. 72).

Não há dúvida de que, a ideia de currículo que prevalece nas escolas, é aquela de um documento onde se encontram os conteúdos a serem lecionados ao longo do ano letivo. É a primeira cobrança dos chamados técnicos pedagógicos para com o professor e a professora. Mudar esta realidade ainda é algo distante, embora cada vez mais, novas teorias sobre o currículo sejam debatidas na área da Educação.

O currículo é um documento de identidade, nesse sentido: “o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo” (SILVA, 2019, p. 15). Para cada tipo de conhecimento ofertado, forma-se um tipo de pessoa. Quando a disciplina Estudos Amazônicos foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, a pergunta era o que deveria ser ensinado na disciplina. Sobre o currículo inicial de Estudos Amazônicos, a professora Violeta Loureiro afirma:

Eu formulei um programa que inseria itens de história da Amazônia, mas pegando basicamente o século XX, só de borracha para cá. E era uma disciplina de poucas horas de aula por semana, então não dá para você colocar um bocado de itens no programa e não conseguir aprofundar nada, então pegando mais o século XX, mas basicamente só o período da borracha para mostrar as raízes da desigualdade social na Amazônia e depois eu peguei o que? Já basicamente é 60 para cá, quer dizer da Belém-Brasília para cá (LOUREIRO apud BARROS, 2016, p. 97)

Observando a fala da Professora Violeta Loureiro, nota-se que a disciplina Estudos Amazônicos selecionou para seu currículo prescritivo, temas contemporâneos, o que fez Alves (2016) dizer que era uma disciplina que tinha a “urgência do presente”. Aliás, o mesmo autor, ao analisar o ensino de Estudos Amazônicos anos depois do surgimento do componente curricular disse:

Ou seja, existem múltiplas identidades sobre a Amazônia e sobre o que se entende de Estudos Amazônicos. Fruto desse desencontro que há entre a prática dos professores e a ausência de currículo da SEDUC. Diante disso, existe, se nos anos 90 a SEDUC tentou criar essa identidade e não conseguiu, agora, ela ficou mais complexa ainda. Por que? Porque as prefeituras elas acabam assumindo esse protagonismo no Estado do Pará. Ou seja, a SEDUC ela acaba saindo de cena. Ela sai de cena com as produções e ela sai de cena com a questão do currículo (ALVES apud BARROS, 2016, p. 113).

Para Alves (2016), a tentativa da Seduc de promover uma identidade Amazônica nesse primeiro currículo de fins da década de 90 fracassou, e com isso as prefeituras acabaram assumindo a responsabilidade de construção de um documento curricular. É claro que cada município priorizou a sua realidade, o que gerou uma variedade de currículos e uma diversidade de perfis profissionais para lecionar a disciplina. Essa indefinição de uma matriz curricular por parte da Seduc provocaria, para Alves (2016), uma falta de identidade para a disciplina.

Concorda-se parcialmente com essa afirmação, pois em um Estado com dimensões continentais, como é o caso do Pará, e com a diversidade cultural que apresenta as regiões que fazem parte dele, é natural que exista autonomia curricular para que cada um desses municípios possa selecionar o que estudar de suas localidades. Além do mais, mesmo em municípios com o currículo prescritivo definido, como é o caso de Ananindeua, nota-se que a disciplina Estudos Amazônicos permanece com a sua identidade indefinida, com professores que lecionam no mesmo ano, trabalhando conteúdos bastante diferentes e, na maioria das vezes, privilegiando a sua área de formação inicial.

Voltando para o currículo inicial de Estudos Amazônicos organizado pela professora Violeta Loureiro, foi lançado um projeto denominado “Estante da Amazônia” cujo principal objetivo era fornecer aos professores da rede estadual livros didáticos que pudessem servir de apoio à nova disciplina. Os livros eram: “História do Pará: das primeiras populações à cabanagem”; “História do Pará: do período da borracha aos dias atuais”; Ambos sob autoria de Gerard Prost. E “Amazônia: meio ambiente”; e “Amazônia: história e análises de problemas (do período da borracha aos dias atuais)”, ambos de autoria da professora Violeta Refkalefsky Loureiro.

Sobre a coleção “Estante da Amazônia”, Alves destaca a importância da História do tempo presente para a disciplina Estudos Amazônicos e a necessidade dos professores e das professoras que atuam com esse componente curricular de compreenderem isso:

Este aspecto pode ser analisado no currículo para ser ministrado na disciplina ‘Estudos Amazônicos’, quando esta elege como centro da discussão uma análise dos problemas amazônicos, desde o período da borracha até os dias atuais como uma das propostas de ensino no Estado do Pará, percebemos que é a urgência do presente a ideia central desta proposta. Compreendemos que a história é um dos componentes de estudo dentro da disciplina ‘Estudos Amazônicos’, que de forma interdisciplinar dialoga com a Geografia e com a Sociologia. Os professores/autores destes manuais didáticos ao elegerem posições diferenciadas a este campo de estudo sobre o tempo e as sociedades, acabam elaborando leituras do passado selecionando conteúdos significativos sobre a Amazônia, que julgam necessário aprender na escola (ALVES, 2016, p. 30).

Para Alves (2016), compreender o contexto histórico da criação da disciplina Estudos Amazônicos é o principal caminho para o aprimoramento do seu ensino hoje. Para ele, não faz sentido a disciplina buscar dar conta da História da região Amazônica desde o período pré-colonial, uma vez que “a disciplina Estudos Amazônicos não tem essa finalidade. Ela é fruto de um contexto específico que tem duas características: a urgência do presente, e a relação passado-presente” (ALVES apud BARROS, 2016, p. 114). Esta reflexão do autor faz bastante sentido, principalmente, se levar em consideração a trajetória do surgimento da disciplina, como já foi apontado nesse trabalho. Além do mais, os municípios que elaboraram seus currículos de Estudos Amazônicos, sem essa preocupação de respeitar o contexto histórico da disciplina, acabaram transformando-a em História Regional e Geografia Regional.

O fato da disciplina Estudos Amazônicos ter um perfil docente que varia de município para município também contribui para a construção de currículos bastante diferentes entre as redes de ensino municipais e a rede de ensino estadual. Nesse sentido:

Em relação à qualificação exigida ao professor habilitado para ministrar a disciplina “Estudos Amazônicos”, verificamos que ao incluírem a referida disciplina em seus currículos, as secretarias municipais não observaram a mesma conduta adotada pela secretaria estadual, adotando, assim, procedimentos diferenciados. Desta maneira, não houve uma postura uniforme entre as próprias secretarias municipais de educação, como também não houve destas com a secretaria estadual [...] (MOURÃO; AIROZA; SANTANA, 2013, p. 2).

Os autores acima destacam a necessidade de se definir um perfil docente para a disciplina. Enquanto os municípios e o Estado não entrarem em um acordo entre quem possa lecionar Estudos Amazônicos nos anos finais do Ensino Fundamental, esse componente curricular continuará apresentando uma variedade muito grande de conteúdo a ser ensinado e bastante diversificado, dependendo da rede municipal em que está sendo ofertado. Sem um currículo definido, professores de História e Geografia continuarão transformando a disciplina Estudos Amazônicos em extensão da sua área de formação inicial.

Barros e Lancha (2016), que estudaram a realidade do município de Marabá, alertam para a importância de se identificar o perfil do professor e da professora que ministram Estudos Amazônicos, bem como o que fundamentam as suas ações, para que se possa entender melhor os objetivos e as dificuldades do ensino desse componente curricular em sala de aula. De acordo com suas análises, os autores pontuaram que grande parte dos professores e professoras desconsideram a natureza interdisciplinar de Estudos Amazônicos, o que contribui para a permanência de uma disciplina “conteudista”, além de terem percebido que muitos docentes

ministram Estudos Amazônicos apenas para evitarem perda de carga horária e reduções salariais.

Sobre o perfil docente para lecionar Estudos Amazônicos em Marabá, Barros e Lancha observaram o predomínio de professores de História e Geografia:

Com a preferência dos professores de História e Geografia, observa-se uma polarização da disciplina Estudos Amazônicos, acarretando a complementação daquilo que não foi possível ser trabalhado como matéria em História e Geografia, distanciando-se da real proposta da parte diversificada que almeja estabelecer uma conexão com os aspectos regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia, dos educandos (BARROS; LANCHIA, 2016, p. 82)

Essa bipolarização de Estudos Amazônicos entre História e Geografia acabou tendo consequências no aspecto interdisciplinar deste componente curricular que trata do regional, como se verá mais adiante neste trabalho. De fato, esta indefinição do perfil docente é um dos problemas que mais influenciam no ensino desta nova disciplina escolar.

Trazendo para a realidade do município de Ananindeua, o currículo de Estudos Amazônicos passou por um processo de reestruturação com base na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), do ano de 2019, passando a apresentar unidades temáticas, objeto de conhecimento e habilidades a serem desenvolvidas. É importante salientar que na época, a professora e Diretora Marluce Gatinho, promoveu alguns encontros entre docentes, para a reformulação deste currículo, que poeticamente foi descrito da seguinte maneira:

Nas rodas de diálogos vozes gritavam o que antes parecia silenciado, ouvidos escutavam o que nunca tinham ouvido e olhares olhavam o que antes não tiveram a delicadeza de observar. Aos poucos saboreávamos o que antes parecia estar apenas ao alcance de nosso olfato (ORGANIZADOR CURRICULAR DE ANANINDEUA, 2020, s/p).

Posso falar com propriedade sobre esses encontros, pois como professor da Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, participei de alguns deles. De fato, em uma realidade em que, geralmente, esses documentos são impostos de cima para baixo, só o fato de ouvirem os professores e as professoras, que são quem enfrentam a realidade de uma sala de aula, já é um grande avanço. Entretanto, o que se viu, foram professores e professoras de Geografia e História preocupados em demarcar a disciplina Estudos Amazônicos como sendo mais um espaço de atuação para suas áreas de formações iniciais.

Dos três professores da escola envolvidos na pesquisa, o único que estava na Rede quando a Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua (SEMED) realizou este debate

sobre o currículo de Estudos Amazônicos foi o “professor B”. Esta foi a sua impressão sobre aquelas discussões:

Aqueles encontros que a gente tinha lá na SEMED coincide com o que tô te falando, é tratada como uma disciplina simplória, e como é tratado dessa forma, eles colocam qualquer pessoa lá na SEMED pra tá a frente dela, pra tá criando rodas de discussões com a gente. Infelizmente é frustrante né porque pra mim Estudos Amazônicos tem uma importância muito grande né, tanto é que tu vê que na escola eu prefiro pegar todas as aulas de Estudos Amazônicos e ai como é tratada com descaso, não tem livro didático, não se interessam em produzir algo que a gente possa trabalhar em sala de aula (PROFESSOR B, 2022).

Como podemos notar, para o “professor B”, tais discussões sobre o currículo não alcançaram grandes resultados, uma vez que os debates mais urgentes e profundos não ocorreram. Para ele, o componente curricular Estudos Amazônicos é tratado como uma disciplina “simplória” pela SEMED Ananindeua, fazendo com que tais diálogos não tivessem como foco questões realmente importantes para o ensino de Estudos Amazônicos nas escolas do município, como, por exemplo, a criação ou a adoção de materiais didáticos.

Nesse sentido, as discussões desses encontros foram pautadas basicamente na busca de equidade entre os conteúdos de História Regional e Geografia Regional e com uma preocupação enorme de alinhamento cronológico entre os conteúdos de História e Geografia com os conteúdos de Estudos Amazônicos. Assim, na Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, o componente curricular Estudos Amazônicos continua sendo apresentado apenas como a versão regionalizada da História e da Geografia, o que acaba inviabilizando a real proposta da disciplina. A seguir, apresentam-se o ano, a unidade temática e o objeto de conhecimento que deveria ser trabalhado em sala de aula.

Para o 6º ano, na unidade temática “tempo e espaço” constam os seguintes objetos de conhecimento: Localização da Amazônia no Brasil e no espaço mundial; Linguagem cartográfica como produção humana em diferentes tempos e espaços. Na unidade temática “Sociedade e Natureza” listam-se os seguintes objetos de conhecimentos: Domínio morfoclimático da Amazônia; Potencial hídrico da Amazônia; Processos históricos e sócioespaciais dos diversos atores na região. Para a unidade temática “Cultura e Identidade” estão: Narrativas tradicionais; Costumes tradicionais; Crenças e superstições. E na unidade temática “Sociedades Indígenas na Amazônia” estão os seguintes conteúdos: Povos originários da Amazônia (sambaquis, arte rupestre e cultura lítica); Povos Ceramistas: Marajoara, Tapajônico e Maracá.

Para o 7º ano, a unidade temática “Tempo e Espaço” apresenta como objeto de conhecimento: As fundações das cidades de São Luís, Belém, Manaus, Macapá, e o processo de construção histórica e geográfica do Estado do Pará; Os processos de construções históricas e geográficas do município de Ananindeua. Na unidade temática “Sociedade, Economia, e Relações de Trabalho”: Economia do açúcar, drogas do sertão e algodão; A questão da mão-de-obra indígena; O Regimento das Missões; O Diretório dos Índios. E a última unidade temática “Trabalho Compulsório na Amazônia” apresenta como objeto de conhecimento: A questão da mão-de-obra africana; Os tipos de trabalhos realizados pelos negros africanos; As formas de resistência: fugas, irmandades e quilombos.

Já no 8º ano, a unidade temática “Cultura e Identidade” apresenta como conteúdo “as formações étnico-culturais: dança, culinária, cultura e religiosidade”. A segunda unidade temática “Conflitos Políticos e Sociais na Amazônia Imperial” apresenta como objeto de conhecimento: Adesão do Pará à Independência do Brasil; O movimento da Cabanagem. E, por último, na unidade temática “Liberdade e Cidadania”, temos como conteúdo o “Processo Abolicionista na Amazônia”.

Para o 9º ano, temos na unidade temática “Sociedade, Economia, Relações de Trabalho e Meio Ambiente”, os seguintes objetos de conhecimentos: As relações socioespaciais nos seringais e nas cidades; O governo de Antônio Lemos; A crise da Borracha; A borracha no contexto da Era Vargas e da Segunda Guerra Mundial; Os problemas ambientais pós-50. Na unidade temática “Política Paraense” o único objeto de conhecimento que aparece é o “Baratismo”. Na unidade temática “Espaço e Tempo” apresentam-se os seguintes objetos de conhecimentos: Amazônia e os Projetos de Integração Nacional; Os Grandes Projetos na Amazônia.

Sabe-se que esta ideia de currículo associada a tão somente uma listagem de conteúdo não é a ideal, mas ainda é a que predomina na maioria dos estabelecimentos de ensino. No segundo capítulo dessa dissertação será analisado como os professores e professoras da escola João Paulo II interagem com esse currículo prescritivo. Eles cumprem tal currículo? É muito importante ouvir as professoras e os professores, pois são eles que colocam estes currículos em ação em sala de aula, superando os diversos obstáculos da realidade educacional brasileira, como se verá mais adiante.

Tão importante quanto o currículo da disciplina, é a sua característica interdisciplinar, “ela não é um monopólio nem dos historiadores, nem dos sociólogos, nem dos geógrafos. Mas, ela é um encontro de saberes” (ALVES Apud BARROS, 2016, p. 114). A interdisciplinaridade é fundamental para a constituição de Estudos Amazônicos enquanto disciplina escolar. Nesse

sentido, é necessário que professores e professoras da disciplina tenham consciência da importância da interdisciplinaridade para o ensino desse componente curricular. Ao refletir sobre o tema, compartilha-se da visão de Fazenda:

Se definirmos interdisciplinaridade como junção de disciplinas, cabe pensar currículo apenas na formatação de sua grade. Porém se definirmos interdisciplinaridade como atitude de ousadia e busca frente ao conhecimento, cabe pensar aspectos que envolvem a cultura do lugar onde se formam os professores, seu aspecto Humano !!!!! (FAZENDA, 2015, p. 9).

Segundo Fazenda (2015), a ideia de interdisciplinaridade surgiu na França, a partir de 1960, como uma resposta às reivindicações de estudantes universitários, que não viam capacidade de resolução dos problemas sociais a partir do trabalho isolado das disciplinas. No Brasil, a interdisciplinaridade está presente em documentos oficiais como a LDBEN e os PCNs, como nos apontam Silva e Furlanetto:

Com base na análise, dos PCNs do Ensino Fundamental pudemos observar que a interdisciplinaridade assume um caráter relacional no contexto dos documentos. Ela é considerada capaz de promover relações entre áreas de conhecimento, disciplinas e entre os conteúdos das disciplinas, alunos, professores e realidade social. A interdisciplinaridade pode concretizar-se nos ambientes educacionais com base em Projetos Interdisciplinares e na organização de conteúdos a partir de eixos temáticos (SILVA e FURLANETTO, 2011, s/p).

Compreender a interdisciplinaridade para além da “junção de disciplinas” é o grande desafio, uma vez que a estrutura do currículo escolar tradicional está voltada para o trabalho solitário de cada componente curricular. “Na interdisciplinaridade escolar as noções, finalidades, habilidades e técnicas visam favorecer, sobretudo, o processo de aprendizagem respeitando os saberes dos alunos e sua integração” (FAZENDA, 2015, p. 12).

Para Bittencourt (2011, p. 256), “a interdisciplinaridade exige do docente um aprofundamento de seu campo específico de conhecimento, da sua disciplina escolar, e ao mesmo tempo desencadeia um trabalho metodológico conjunto”. A autora aponta que uma das estratégias para praticar a interdisciplinaridade é através dos temas transversais. Ela destaca o meio ambiente e o estudo do meio como temas transversais com grande potencial para promover a interdisciplinaridade nas escolas, o que para o nosso entendimento, convergem para a proposta de ensino que a disciplina Estudos Amazônicos se propôs a inserir no ambiente escolar, desde quando passou a fazer parte do currículo da SEDUC-PA. Sobre o tema transversal Meio Ambiente, a autora afirma:

Para haver interdisciplinaridade, é importante partir de alguns princípios fundamentais que devem permear e estruturar as disciplinas envolvidas em trabalhos que se baseiam na concepção de conhecimento escolar integrado. Para a educação ambiental, um dos princípios articuladores é o de a natureza ser dinâmica e não poder ser entendida como estática, sendo necessário percebê-la em seu movimento. Outro princípio, aparentemente óbvio, mas pouco explícito, é o que estabelece o homem como parte integrante da natureza (BITTENCOURT, 2011, p. 268).

Alves (2016), assim como Bittencourt (2011), também vê no Meio Ambiente como um forte meio de se trabalhar a interdisciplinaridade. Sobre a relação Meio Ambiente e a disciplina Estudos Amazônicos o autor diz: “Ela é uma disciplina interdisciplinar e eu acho que a grande sacada da interdisciplinaridade dentro dos Estudos Amazônicos é o meio ambiente, não tem como fugir disso. O meio ambiente, ele é o, vamos dizer, a palavra chave para a disciplina” (ALVES apud BARROS, 2016, p. 120). Como já falado anteriormente neste trabalho, a disciplina Estudos Amazônicos surge em um momento que o tema Meio Ambiente passa a ser uma preocupação global. No Brasil, essa discussão teve seu auge na ECO 92. E no Pará, os impactos ambientais dos grandes projetos na floresta Amazônica passavam a ser motivos de debates na mídia e na educação. Então a disciplina tinha uma relação bastante estreita com a preservação dos recursos naturais.

Outro tema transversal com potencial para propiciar a interdisciplinaridade no ambiente escolar é o estudo do meio uma vez que, ao aproximar a realidade social do educando à relação de ensino-aprendizagem, torna o processo educativo mais prazeroso e agregador. Dessa forma:

Do ponto de vista do desenvolvimento intelectual, o estudo do meio favorece a aquisição de uma série de capacidades, destacando-se a observação e o domínio de organizar e analisar registros orais e visuais. Outra conquista importante é a criação e efetivação de um trabalho em equipe, coletivo. Trata-se de oportunidade especial de construção de relações diferenciadas entre todos os participantes (BITTENCOURT, 2011, p. 276).

O Município de Ananindeua, por exemplo, inicia sua proposta de reformulação curricular para Estudos Amazônicos priorizando o estudo do meio, uma vez que há no documento “[...] a necessidade de buscar o aluno através da sua realidade, de seu local de convivência, do lugar onde exerce suas relações para entender o todo, com métodos atuais e próximos daquilo que ele conhece para dar autonomia a este sujeito [...]” (ORGANIZADOR CURRICULAR DE ANANINDEUA, 2020, s/p), ou seja, a estratégia de trazer para o ensino de Estudos Amazônicos a realidade social e a vivência do aluno e da aluna, pode gerar diversas possibilidades para introduzir a interdisciplinaridade na ação pedagógica do docente.

Goodson (2007, p. 248), nos fala sobre os conceitos de currículo narrativo e aprendizagem narrativa: “Um tipo de aprendizagem que se desenvolve na elaboração e na manutenção continuada de uma narrativa de vida ou de identidade. Entre os motivos que emergem na aprendizagem narrativa estão o trajeto, a busca e o sonho”. Um ensino de Estudos Amazônicos que contextualize a realidade social de seu educando, que valorize o saber trazido pelo discente a partir de suas experiências sociais, que dialogue com o espaço de vida do aluno, é fundamental para que a disciplina tenha significado na vida prática do discente.

O mesmo autor ainda afirma que “Em resumo, precisamos mudar de um currículo prescritivo para um currículo como identidade narrativa; de uma aprendizagem cognitiva prescrita para uma aprendizagem narrativa de gerenciamento de vida” (GOODSON, 2007, p. 242). Para que essa transição possa ocorrer, é necessária uma mudança de postura dos professores e das professoras frente aos currículos impostos pelos sistemas formais. A elaboração de um currículo de Estudos Amazônicos, seja lá em qual município for, precisa levar em conta que esta disciplina não é uma extensão da História e nem da Geografia, caso contrário, estará correndo o risco de descaracterizar a função dessa disciplina na escola.

Teixeira Júnior (2016), também faz reflexões sobre interdisciplinaridade no ensino de Estudos Amazônicos, ele contribui chamando atenção para a prática interdisciplinar e plural que o ensino de Estudos Amazônicos exige, bem como a maneira que a História Regional se faz presente nessa disciplina. Dessa forma, afirma o autor:

Acredita-se que, apenas com e através de diálogos plurais, interdisciplinares com diferentes áreas do conhecimento seja possível a superação de parte dos desafios postos para os que trabalham com essa área do conhecimento, e nesse aspecto, a universidade tem um papel seminal, uma vez que pode promover debates, e cursos de extensão que possam ajudar na construção ou reconstrução de aspectos dessa importante disciplina regional (TEIXEIRA JÚNIOR, 2016, p. 9).

Segundo o autor, o papel da produção acadêmica é muito importante para que Estudos Amazônicos possa ser ministrado a partir de uma perspectiva interdisciplinar. A inexistência de um curso de formação continuada específico para Estudos Amazônicos compromete não só a qualificação docente, como também interfere no tema do material didático adequado para a disciplina pois, sem uma formação acadêmica específica, o docente e a docente produzirá e fará uso inadequado desse material em sala de aula.

É necessário que o professor e a professora tenham a consciência que a disciplina Estudos Amazônicos só terá uma identidade se ela for removida de um trabalho pedagógico isolado:

Deve romper com a prática atualmente desenvolvida no ensino da disciplina Estudos Amazônicos, na qual ainda uma visão compartimentada da realidade amazônica. Deve provocar o diálogo entre os próprios professores da disciplina – geógrafos, historiadores e sociólogos -, e desses com todas as outras áreas do conhecimento e, assim, compartilhando de uma perspectiva mais ampla da realidade amazônica que a sua própria, também contribui no processo de formação continuada desses professores. Deve aglutinar várias temáticas relevantes ao bom entendimento da realidade amazônica e contribuir para a formação de jovens cidadãos conscientes e aptos a exercitar sua capacidade de influenciar na construção de uma Amazônia brasileira sustentável (MOURÃO; AIROZA; SANTANA, 2013, p. 5).

Nesse sentido, o grande desafio a ser superado é romper com o ensino de Estudos Amazônicos de forma compartimentada e evitar que os professores e as professoras ensinem “somente aquilo que foi aprendido durante sua formação inicial, sem percorrer caminhos interdisciplinares” (BARROS, 2016, p. 42). A interdisciplinaridade no ensino de Estudos Amazônicos é fundamental para que este componente curricular cumpra seu papel na escola, que é o de discutir a realidade amazônica em seus diversos aspectos.

Na EMEF João Paulo II, lugar do desenvolvimento da pesquisa, os três professores entrevistados responderam positivamente ao modo de trabalho interdisciplinar para o componente curricular Estudos Amazônicos. Segundo o “professor A”:

Costumo priorizar conteúdos comuns ao ensino de Geografia nos primeiros semestres do 6º ano (Mapas, natureza) e 7º ano (Aspectos físicos e meio ambiente). No 9º ano relaciono a Geografia nas transformações sócio-espaciais. Também relaciono com artes ao tratar da Cultura da Amazônia. As aulas interdisciplinares ocorrem principalmente no 9º ano ao ministrar aulas cujos temas são Belle Époque, Grandes projetos. Porém a área do conhecimento mais utilizada é História, minha área de formação (Professor A, 2021).

A compreensão de interdisciplinaridade apontada na fala do “Professor A” é a de trabalhar conteúdos de outras áreas de conhecimento, como por exemplo, Artes e Geografia. Entretanto, esses conteúdos de outras disciplinas seriam abordados por ele mesmo, não mencionando em nenhum momento a participação do docente da outra área cujo o conteúdo está sendo ministrado.

Ainda sobre o aspecto interdisciplinar de Estudos Amazônicos, o “professor B” afirma:

Na verdade, não separo Estudos Amazônicos de História, pra mim ambas disciplinas são de conteúdo histórico, embora em Estudos Amazônicos tenha uma parte de Geografia e que é de extrema importância, seria interessante o profissional da Geografia ficar com Estudos Amazônicos no sexto e no sétimo ano e o profissional de História ficar com a disciplina no oitavo e no nono ano (PROFESSOR B, 2021).

Observa-se na resposta do “professor B” um aspecto bastante interessante. Ele não faz uma diferenciação entre História, sua área de formação inicial, e Estudos Amazônicos. Entretanto, ele identifica dentro da proposta curricular da disciplina Estudos Amazônicos, uma clara divisão de conteúdos de História e Geografia, a ponto de propor que o professor de Geografia trabalhe com Estudos Amazônicos no 6º e 7º anos do Ensino Fundamental e o professor de História leccione Estudos Amazônicos no 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

O que decidiria o perfil docente para lecionar a disciplina Estudos Amazônicos, portanto, seria a afinidade entre a formação inicial do professor e a lista de conteúdos presentes no documento curricular. Por exemplo, provavelmente as formações acadêmicas de graduação dos professores e das professoras de Estudos Amazônicos influenciem na mobilização desse material didático, ou seja, é provável que, professores e professoras de Geografia e de História, escolham o que utilizar e ensinar em suas aulas de Estudos Amazônicos, elementos próximos às suas áreas de formações iniciais.

Percebe-se então o predomínio do que Fazenda (2015) chamou de “Junção de disciplinas”. Não há um planejamento coletivo dos professores e professoras para a organização de uma aula interdisciplinar de Estudos Amazônicos, como a ementa da disciplina exige, mas um esforço de professores em contemplar conteúdos para além de sua área. O que acaba resultando no predomínio de conteúdos da área de formação inicial de cada docente. Se for professor e professora de História, será um ensino de Estudos Amazônicos com aspectos de História Regional. Se for professor e professora de Geografia, será um ensino de Estudos Amazônicos com características de Geografia Regional.

A dificuldade encontrada para inserir a interdisciplinaridade no componente curricular Estudos Amazônicos não pode ser atribuída exclusivamente ao trabalho docente. Fatores como a estrutura curricular do município, composta por disciplinas isoladas; a falta de tempo para construções de planejamentos coletivos devido excesso de carga horária que o professor e a professora têm que acumular para a obtenção de uma condição salarial razoável; e a própria falta de cursos de formações continuadas específicos para o ensino de Estudos Amazônicos, se destacam como principais obstáculos para a interdisciplinaridade no componente curricular em questão.

Nota-se que o ensino da disciplina Estudos Amazônicos é influenciado por uma série de fatores, dentre os quais destacamos o currículo e seu perfil profissional, bem como a questão central da interdisciplinaridade. Tais fatores não agem isoladamente, pelo contrário, eles estão o tempo todo em constante interação:

Entendemos que a ausência de consenso sobre a qualificação acadêmico-profissional do professor, do conteúdo a ser ministrado e a inexistência de materiais didáticos, são questões que se entrelaçam e constituem uma problemática a ser resolvida. Ou seja, não há conteúdo programático consensual, pois não há consenso sobre o perfil acadêmico-profissional. Não havendo um conteúdo programático consensual para a rede pública de ensino, não há uma referência programática a ser seguida na produção e publicação de livros didáticos. Não havendo conteúdo programático consensual e livros didáticos disponíveis, os professores de Estudos Amazônicos constroem uma programação própria (MOURÃO; AIROZA; SANTANA, 2013, p. 4).

Os autores acima citados destacam a qualificação acadêmico-profissional, o conteúdo a ser ministrado e o material didático como questões básicas a serem definidas para que de fato se promova um processo pedagógico compatível com a finalidade da disciplina Estudos Amazônicos nas escolas de Educação Básica do Pará. A complexidade do problema é grande, pois qualquer solução que se busque, passa por uma análise em conjunto dos fatores levantados. A não resolução desses problemas gera a falta de identidade da disciplina Estudos Amazônicos nos anos finais do Ensino Fundamental não apenas na Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, como também em todo o Estado do Pará.

Aliás, ainda sobre a identidade do componente curricular Estudos Amazônicos e seu perfil docente, Alves analisou os editais de concursos públicos, entre os anos de 2009 e 2016, ocorridos no estado do Pará, que tinham cargos para professores de Estudos Amazônicos, e chamaram atenção do autor os casos das cidades de Ulianópolis e Nova Timboteua. No concurso de Ulianópolis, edital 002 de 2015 organizado pela FADESP⁵, o perfil profissional para o cargo de professor de Estudos Amazônicos estava descrito como professor licenciado em Geografia com habilitação em Estudos Amazônicos. Alves fez a seguinte observação sobre o edital:

Percebemos que existe uma contradição neste edital, pois, a disciplina Estudos Amazônicos não é uma exclusividade da área de conhecimento da Geografia, ainda que dialogue com este campo. A disciplina é considerada em sua essência interdisciplinar e não existe no estado do Pará um curso que habilite o professor a ser apto em Estudos Amazônicos, o referido edital quebra essa lógica (2018, p. 191).

Já o concurso municipal de Nova Timboteua, também organizado pela FADESP, o edital n° 01 de 2015, tinha como pré-requisito para ocupar a vaga de professor de Estudos Amazônicos, o candidato que tivesse a formação em Licenciatura em Estudos Amazônicos. Se

⁵Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa. Dentre outras atribuições, a Fundação atua na coordenação de concursos públicos federais, estaduais e municipais.

o edital fosse respeitado integralmente, jamais teria professor apto a lecionar Estudos Amazônicos neste município uma vez que:

Percebemos que existe uma incoerência neste edital de concurso, haja vista que não existe uma graduação em Estudos Amazônicos, segundo a normativa lançada pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), em 1999, ela é uma disciplina considerada interdisciplinar que pode ser ministrada por professores licenciados em História, Geografia ou Ciências Sociais (ALVES, 2018, p. 193).

Os dois exemplos acima destacados mostram o desconhecimento, até mesmo de empresas que elaboram concursos públicos, sobre o perfil acadêmico necessário para lecionar Estudos Amazônicos não apenas na esfera estadual, como em qualquer município. O caso de Nova Timboteua, sem dúvida, é o que chama mais atenção, pois a empresa exige como condição para exercer o cargo, uma formação que simplesmente não existe, estamos falando do curso de Licenciatura em Estudos Amazônicos.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade ocupa um lugar central nas discussões sobre a disciplina Estudos Amazônicos, pois a partir de sua compreensão, poderemos avançar para questões como currículo, materiais didáticos e perfil docente, afinal de contas, todos esses elementos estão relacionados. Por isso, é importante que mais pesquisas sobre este componente curricular sejam produzidas, pois quanto mais informações forem obtidas, maiores serão as possibilidades de resoluções desses problemas.

CAPÍTULO 2. MATERIAL DIDÁTICO DA DISCIPLINA ESTUDOS AMAZÔNICOS E APROPRIAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA JOÃO PAULO II

Este capítulo tem como objetivo principal analisar os materiais didáticos da disciplina Estudos Amazônicos utilizados por professores e professoras da escola João Paulo II. Nesse sentido, o uso que o professor e a professora fazem desse material didático, se torna tão importante quanto os conteúdos e abordagens de ensino contidos nele.

Assim, o capítulo conta com o aporte teórico-metodológico da História Cultural. Destaque para o conceito de apropriação: “[...] a apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem [...]” (CHARTIER, 1991, p. 180). Investigar como ocorreu o processo de interatividade entre o docente e o material didático foi fundamental para a realização da pesquisa.

Além do mais, o capítulo realizou reflexões importantes acerca dos saberes docentes, entendidos como uma forma de conhecimento plural “[...] formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional, dos saberes das disciplinas, dos currículos e da experiência [...]” (TARDIF; LESSARD; LAHAYE, 1991, p. 218). Dessa forma, buscou-se entender como o professor e a professora de Estudos Amazônicos mobilizam seus diversos saberes no processo de interação com o material didático e para o ensino do componente curricular em questão.

Nessa perspectiva, mesmo que de forma pontual, foi utilizada a metodologia da história oral na análise das entrevistas realizadas com professores ao longo da pesquisa. Nesse sentido:

A História oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma (PORTELLI, 1997, p. 15).

Por isso, os professores e as professoras são protagonistas nesse capítulo. Suas contribuições colaboraram para uma reflexão mais profunda sobre a relação entre docentes de Estudos Amazônicos e seus materiais didáticos. Os compartilhamentos de suas realidades, de suas angústias e de seus desafios, enriqueceram demasiadamente a escrita dessa dissertação, e foram importantes para desconstruir aquela imagem de professores passivos, meros realizadores da transposição didática. Pelo contrário, percebe-se o quanto eles e elas são

autônomos e produtores de conhecimentos específicos, que refletem as relações de poder existente no interior do espaço escolar. Tais saberes mobilizados são tão importantes quanto os produzidos nas universidades.

2.1. Definições de material didático

A disciplina Estudos Amazônicos, desde a sua criação, apresentou muitas dificuldades na disponibilidade de materiais didáticos tanto para docentes quanto para discentes. A perspectiva interdisciplinar dos conteúdos e o fato de não contar com a distribuição regular de livros didáticos na Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, faz de Estudos Amazônicos um componente curricular cujo material didático apresenta desafios não só quanto a sua produção, mas também apropriação, circulação e uso por parte de docentes e discentes.

Nesse sentido, a primeira instigação diz respeito a definição de material didático. No presente trabalho, partilha-se da apreciação que “Os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem” (BITTENCOURT, 2011, p. 295). Podem ser classificados em suportes informativos e documentos. Os primeiros são desenvolvidos dentro da indústria cultural para atender propositalmente as especificidades da escola. Já os documentos são produzidos sem uma finalidade didática, voltados para um público mais amplo (BITTENCOURT, 2011).

Assim, nesse universo diversificado dos materiais didáticos, os mais citados pelos docentes envolvidos na pesquisa, como não poderia ser diferente, foram os livros didáticos. Como dito na introdução deste capítulo, tão importante quanto o conteúdo contido no livro, é o uso que se faz dele. Dessa forma:

[...] “Livro didático”, portanto, será o que decidirmos que ele for, dentro do que estabelecermos como parâmetro de uso – aquilo que se faz ou deixa de fazer, a qualidade que porta, a finalidade que cumpre, a matéria no qual é vazado, o conteúdo que veicula, a situação que o causa e a consequência que dele provém, o lugar que ocupa no mercado, no Estado, nas instituições religiosas, militares, partidárias, nos movimentos sociais, na universidade e na escola básica. É a plasticidade do uso que vai determinar, por exemplo, se dicionários, enciclopédias, impressos de figuras, de narrativas ficcionais, encartes para pinturas e colagens, objetos digitais de tipo vário vão adquirir ou não o status de “didático” (FREITAS, 2019, p. 145)

Mas quando o objeto de análise é o livro didático da disciplina Estudos Amazônicos, o olhar se torna mais singular, pois não se trata apenas de ser um livro didático, mas um livro

didático regional. Eles surgiram no Brasil a partir da 2ª metade do século XIX com o seguinte conceito:

Denominação atribuída a livros escolares de história, tradicionalmente destinados ao ensino de 4º ou 5º anos da educação básica, caracterizados por um recorte geopolítico, cuja abrangência espacial pode ser a dimensão conjunta ou individual de uma cidade, um município, um Estado ou uma região brasileira, que apresentam uma seleção de conteúdos específicos dos processos históricos e socioculturais, coletivamente reconhecidos como demarcadores de suas fronteiras identitárias, articulados com a história do Brasil, normalmente adotados como material de apoio ao professor, e aos alunos, no processo de escolarização formal [...] (CONCEIÇÃO, 2019, p. 149).

A década de 1980 seria bastante importante para a consolidação dos livros didáticos regionais no Brasil, pelo menos do ponto de vista da produção. A abertura política do país trouxe impactos para a educação e para o ensino de História. No campo mais amplo da educação, a formação de professores passou a ser ponto constante de reflexão e o livro didático, o objeto a ser pesquisado. Foi criado o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), em 1985, para avaliar pedagogicamente os manuais. Já no campo específico do ensino de História, a historiografia aumentou seu engajamento pelos recortes locais, buscando valorizar cada vez mais a realidade vivida.

A década de 1990 confirmou o processo de aumento de produção dos livros didáticos regionais iniciado na década passada. Legislações como a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, ao garantirem a obrigatoriedade da presença dos aspectos locais e regionais no currículo, estimularam os intelectuais e o mercado editorial a produzirem livros didáticos regionais. Entretanto, ainda predomina a percepção de que tal produção não é o suficiente para suprir as necessidades pedagógicas de professores e professoras.

Itamar Freitas, por exemplo, relaciona a baixa qualidade e produtividade de livros didáticos regionais à questão mercadológica. Para o autor, muitos estados brasileiros não são considerados “espaços significantes em termos mercadológicos para as editoras que trabalham com livros didáticos” (FREITAS, 2009, p. 11). Mas Freitas não aponta apenas a questão de mercado, ele também aborda a ineficiência das universidades públicas em estimular a produção de livros didáticos regionais:

[...] Seus cursos de História e Pedagogia têm demonstrado pouco interesse na produção de livro didático regional. O profissional multidisciplinar, que dá conta da produção do livro, ainda é raro nessas instituições e as iniciativas de boa qualidade, transitando a Linguística, História, Design, e Pedagogia, ainda são raríssimas, quando não migram imediatamente dos centros acadêmicos para as grandes editoras (FREITAS, 2009, p. 11)

Trazendo este debate do papel das universidades, não apenas para a produção de livros didáticos regionais, mas para a próprio fomento do componente curricular Estudos Amazônicos no estado do Pará, e isto inclui a formação de professores, é ponto comum a todos os professores que participaram da pesquisa, a necessidade de o Ensino Superior oferecer cursos de formação continuada que prepare os docentes e as docentes a lecionarem a disciplina escolar em questão. Veja o que os professores disseram a respeito da contribuição das universidades para o ensino de Estudos Amazônicos na Educação Básica:

Eu vejo, pelo menos até o ano que cursei, né, ela voltada apenas para a pesquisa, nada para a didática, por isso que a gente acaba sentido essa carência, na hora de lecionar Estudos Amazônicos. Em um dos estágios probatórios, acho que também poderia acontecer de, dos quatro né, que eu fiz, pelo menos um deveria ser feito com professor que ministrasse a disciplina Estudos Amazônicos, que os alunos pudessem estagiar (PROFESSOR A, 2022).

As pesquisas em Amazônia aqui na nossa região, na própria UFPA, são muito poucas. Acho que tem que ter mais pesquisadores em História da Amazônia, tem que ter mais mestrados em História da Amazônia, doutorado em História da Amazônia, e aí a gente vai melhorar essa situação aí, né. Acho que, por exemplo, o mestrado em ensino de História, que tá propondo essa questão de Estudos Amazônicos, é bom, já é um começo. Cada vez mais graduados em História fazer seu mestrado, seu doutorado em História da Amazônia, a gente pode suprir essa necessidade aí, aqui na base, né, cara, no Ensino Fundamental II, no Ensino Médio, é isso aí (PROFESSOR B, 2022).

Sobre os depoimentos acima, destacam-se dois pontos importantes: o primeiro é a crítica que o professor A faz à sua formação acadêmica na UFPA, ao afirmar que ela teria sido voltada a pesquisa e não ao ensino. E nesse contexto, as disciplinas destinadas a tratar do regional, também tiveram a mesma finalidade. Esta é uma crítica antiga de alunos que passaram pelo curso de História da UFPA, enquanto este permaneceu Bacharelado e Licenciatura concomitante. O professor A ainda sugere, como uma maneira do futuro docente sair com uma formação mais capacitada a lecionar Estudos Amazônicos, que uma das práticas de ensino do curso, ocorra com um professor ou uma professora que ministre esta disciplina na Educação Básica. Embora não resolvesse o problema completamente, mas já seria uma ação inicial interessante.

Outro ponto fundamental, está presente na fala do professor B, é a necessidade da oferta de cursos de formação continuada voltados para o ensino do componente curricular Estudos Amazônicos. Sabemos da existência de programas de mestrados e doutorados voltados para a História da Amazônia, entretanto, cursos destinados a trabalhar tais conhecimentos produzidos na área do ensino, isso é menos frequente. A capacitação acadêmica de docentes de

Estudos Amazônicos terá efeitos positivos não apenas nas ações pedagógicas em sala de aula, mas também na elaboração de materiais didáticos da disciplina, incluindo os livros didáticos.

Voltando ao debate sobre livros didáticos, se Freitas (2009) relaciona a baixa produtividade de livros didáticos regionais à questão de mercado e à falta de interesse das universidades públicas, Menezes Neto vê a questão com um olhar diferente:

[...] Tal discurso está ligado a estratégia de venda das editoras, que, ao se posicionarem no mercado editorial, reforçando estarem “preenchendo a lacuna do regional”, pretendem atrair mais compradores e leitores, com uma propaganda de “novidade”, na disputa de mercado de livros. No caso dos autores, trata-se também de chamar atenção para a importância de suas obras, de valorizar o seu trabalho de divulgação de uma História Regional para o público escolar, contribuindo para a formação de cidadãos que conheçam e defendam a sua região, a Amazônia e o Pará (MENEZES NETO, 2020, p. 20).

Assim, o livro didático, sendo ele, regional ou não, é um objeto complexo, com uma certa variedade de fatores a serem analisados. “O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado” (BITTENCOURT, 2008, p. 71). Isto significa que, o conteúdo contido no livro e a forma na qual ele é apresentado, não traduz diretamente a intenção do autor.

Na mesma direção, Chartier (2011), também destaca a influência direta do universo tipográfico na produção de livros:

Mas essas primeiras instruções são cruzadas com outras, trazidas pelas próprias formas tipográficas: a disposição e a divisão do texto, sua tipografia, sua ilustração. Esses procedimentos de produção de livros não pertencem à escrita, mas à impressão, não são decididas pelo autor, mas pelo editor-livreiro e podem sugerir leituras diferentes de um mesmo texto [...]” (CHARTIER, 2011, p. 97).

Como podemos verificar, o livro didático, enquanto mercadoria, é influenciado por uma variedade de fatores que não estão necessariamente ligados apenas ao ato da escrita. Além disso, ao livro didático é associada uma série de outras funções: depositário de conteúdos escolares, instrumento pedagógico, e veículo portador de uma ideologia (BITTENCOURT, 2008). Entretanto, mais importante do que as múltiplas facetas do livro didático, é a maneira como ele é utilizado:

[...] os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo. As práticas de leitura do livro didático não são idênticas e não obedecem necessariamente

às regras impostas por autores e editores ou por instituições governamentais. Assim, mesmo considerando que o livro escolar se caracteriza pelo texto impositivo e diretivo acompanhado de exercícios prescritivos, existem e existiram formas diversas de uso nas quais a atuação do professor é fundamental (BITTENCOURT, 2008, p. 73).

Assim, foi através das diversas formas de consumo do livro didático de Estudos Amazônicos que buscou-se desenvolver uma análise sobre os materiais didáticos mobilizados pelos docentes na escola João Paulo II. Em meio a este processo, não se pode deixar de destacar a importância do papel do professor e da professora na escolha da melhor estratégia de uso para o livro didático, pois:

As narrativas contidas nos livros didáticos não são portadoras de verdades absolutas e inquestionáveis, são socialmente produzidas, datadas, engendram as disputas de sua produção, escolha e aceitação. Ao ler, o sujeito/professor, que é sempre protagonista nessa relação com o livro didático, apropria-se desse objeto e o coloca a serviço de uma proposta de ensino/aprendizagem. Dessa forma, o aluno também deve ser compreendido como um sujeito/ leitor e deve ser estimulado no seu protagonismo, tanto na sua relação de leitura com o livro quanto com o mundo (ALEM, 2019, p. 33).

Ao destacar o protagonismo de professores e alunos na relação com o livro didático, praticamente derruba-se com aquela ideia de que o manual didático, por si só, é portador de uma determinada ideologia, ou pode funcionar como depósito de um saber próprio. Até o professor e a professora que seguem fielmente as orientações do livro nunca deixam de ser protagonistas dessa relação.

Essa conexão entre professor e livro didático se torna ainda mais complexa no ensino da disciplina Estudos Amazônicos, anos finais do Ensino Fundamental:

Em relação ao material didático utilizado pelos professores ministrantes da disciplina Estudos Amazônicos, verificamos que não havia um livro didático específico para esta disciplina. Neste caso, restava a esses professores a utilização de capítulos inteiros ou partes de capítulos de outros livros didáticos como os de História, Geografia, e, em alguns casos, de Biologia, o que, em parte também ocasiona uma superposição de conteúdos ministrados, pois tais conteúdos já seriam ministrados pelos professores das disciplinas de História, Geografia, etc (MOURÃO; AIROZA; SANTANA, 2013, p. 3).

De acordo com os autores acima, o acesso aos livros didáticos específicos da disciplina ainda é bastante difícil. Na maioria das vezes, os professores utilizam livros de áreas próximas, como História e Geografia, para lecionarem Estudos Amazônicos. Quando o professor e a professora conseguem ter acesso aos livros de Estudos Amazônicos, através de seu esforço próprio, encontram outras dificuldades, como o custo financeiro da reprodução de cópias para os alunos. Essa questão financeira vai gerar impactos nas metodologias e estratégias de ensino

do componente curricular em questão, como será posto mais adiante. Percebe-se, então, uma situação bastante singular e contraditória envolvendo a História Regional e o ensino de Estudos Amazônicos no Estado do Pará, há livros didáticos, mas não chegam à sala de aula, como Menezes Neto apontou:

No entanto, ao mesmo tempo em que há uma produção significativa de livros didáticos regionais no Pará, reconhecemos que esses livros não chegam efetivamente aos professores e alunos em várias escolas do Estado, pois os professores também reproduzem essa ideia de que não há livros voltados para a História Regional. Nesse sentido, devemos analisar o processo de produção dos livros para entender as dificuldades e desafios enfrentados pelas editoras paraenses, além dos usos que os professores fazem destes livros, quando têm acesso a eles (MENEZES NETO, 2020, p. 20).

O fato do material didático de Estudos Amazônicos não chegar à sala de aula, faz com que o docente e a docente reformulem seus saberes, para poderem ensinar a disciplina em questão. “[...] a relação entre os saberes profissionais e a carreira comporta diferentes facetas e é uma relação fundamentalmente ligada ao tempo” (TARDIF; RAYMOND, 2000, p 232). No ensino da disciplina Estudos Amazônicos, o saber profissional do professor e da professora está em constante transformação, buscando suprir a dificuldade de acesso ao livro didático da disciplina em debate.

Pensando em uma alternativa para melhorar o acesso aos materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos, este trabalho apresentou como dimensão propositiva, a elaboração de um blog voltado para o processo de ensino-aprendizagem do componente curricular:

O blog é um diário on-line no qual seu responsável publica histórias, notícias, ideias e imagens. Se quiser, ele pode liberar a participação de colaboradores que terão acesso para também publicar no seu blog. Como diário aberto, pode ter autoria coletiva, permitindo a todos publicar ou postar seus textos e imagens, como dialógica, como registro da memória de um curso. Como diário virtual, o professor ou estudante pode disponibilizar conteúdos de aprendizagem e postar sua produção pontual. O responsável cuida da publicação do conteúdo diário e da interação com os comentários postados pelos leitores-interatores (SILVA, 2003, p. 67).

No Brasil, os blogs passaram a ser utilizados como maior frequência a partir dos anos 2000. Os temas tratados por eles são variados, desde temas bastantes subjetivos, até os mais populares, como blogs que tratam sobre futebol, por exemplo. A simplicidade e a facilidade de criação e operacionalização de um blog contribuíram para sua rápida expansão na área da educação:

Desde os primeiros anos de popularização os blogs foram utilizados para fins educacionais. Ainda no início dos anos 2000, professores, redes de ensino de educação básica, editoras, grupos de estudos e universidades do Brasil investiram em blogs como uma forma de ocupar o ciberespaço a partir de uma ferramenta de relativa fácil utilização – já que não existe conhecimentos técnicos avançados de programação – e que são gratuitos (SARAIVA, 2020, p. 255).

Até 2014, o Brasil possuía 49% de sua população conectada à internet, apesar da grande desigualdade social existente no país (CARVALHO, 2014). Sabe-se que nas duas primeiras décadas do século 21, a informática apresentou evolução jamais imaginada. Isso afetou diversas áreas da sociedade, inclusive da pesquisa, do ensino, da divulgação e da metodologia (CARVALHO, 2014).

O ensino de História e Estudos Amazônicos não passaram inerte a esta transformação tecnológica, nossos alunos e alunas também foram inseridos neste universo das redes sociais e, embora, na maioria das vezes, suas condições econômicas não permitam que eles tenham acesso a estes serviços de maneira adequada, porém, se encontram bastante ativos neste meio. Nele, eles são informados, se divertem e até desenvolvem relacionamentos. É fundamental, que os professores e as professoras legitimem este mundo virtual como seu espaço de atuação também, e consigam intermediar este complexo processo de ensino-aprendizagem, agora nas redes sociais, pois:

O uso das tecnologias no espaço escolar traz a possibilidade de divulgar o trabalho dos professores, mostrar aos alunos o mundo com inúmeras informações, já que o acesso a notícia com o uso da internet é ilimitado, possibilitando uma abordagem mais ampla e sistemática, e isso o professor de história tem que ficar atento para utilizar essa dinâmica para incrementar as discussões na sala de aula, gerando debates que enriqueçam cada vez mais suas aulas (SILVA, 2016, p. 10).

Nesse sentido, o blog é um meio para que o docente inicie sua caminhada neste ciberespaço. Através dele, poderá reduzir o problema da falta de acesso aos materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos e ainda trocar experiências singulares com seu público discente, que conhecerá certamente uma nova faceta deste educador, reformulado para atuar também no mundo das mídias sociais:

Toda mudança precisa ser consciente, fruto de um trabalho reflexivo, exigindo um amadurecimento para inovar com coerência e responsabilidade. O uso das TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) revoluciona as ações didáticas se forem bem articuladas dentro da realidade existente no âmbito escolar (SILVA, 2016, p. 10).

Os blogs, bem como outras redes sociais, a exemplo do *Facebook*, chegaram, sem dúvida, para transformar o processo de produção do conhecimento histórico e o ensino de

História. A influência dessas redes sociais, e da informática de forma geral, é tão forte sobre a pesquisa histórica, que até já se cunhou um termo, a “digital history”:

[...] nos anos seguintes, o conceito digital history começou a ser usado em outros contextos, empregados por outros pesquisadores, deixando de se referir apenas à digitalização de fontes históricas para abarcar as novas perspectivas no ensino (principalmente a distância), na elaboração de aplicativos, na construção de softwares educativos e de plataformas de divulgação da história, entre outras aplicações. Não existe ainda hoje um consenso sobre a definição de história digital [...] (CARVALHO, 2014, p. 169).

Muitos podem estar se perguntando por que não escolher uma rede social mais contemporânea e jovial, como o Instagram, o atualíssimo *Tik Tok*, ou o *You Tube*, para a construção da proposição didática da pesquisa. A resposta envolve uma complexa teia de fatores morais, técnicos, políticos e práticos, que acabam afastando tais mídias sociais dos objetivos educativos que se pretende agregar ao produto desta dissertação. A manipulação de informações de seus usuários, o excesso de propaganda (na maioria das vezes inapropriadas para menores de 18 anos), o surgimento de *links* que levam os usuários a sites indesejados, são fatores que dificultam a aplicação destes ambientes virtuais para fins pedagógicos. Inclusive, a própria dinâmica de funcionamento e manuseio destas redes dificultam o processo de intermediação docente nesses espaços virtuais:

Desse modo, o professor não tem controle sobre a ordem de prioridade do que foi visto ou sequer certeza se os alunos têm acesso efetivo a algum conteúdo. Há também a dimensão da integração entre plataformas, pois as redes sociais têm limitação quanto ao tipo de formato dos conteúdos. As mais limitadas – como o Instagram e o *Tik Tok* – não facilitam ou sequer permitem um compartilhamento fácil de hiperlinks, áudios e vídeos extensos. Mesmo redes mais abertas como Facebook e Twitter, dificultam o uso de textos mais extensos, slides, ou arquivos gif (SARAIVA, 2020, p. 256).

Assim, para fins educativos, comparando os blogs com outras redes sociais, optou-se pela primeira. “Ao criar um blog como instrumento pedagógico o professor estará democratizando o ensino e a aprendizagem, visando compartilhar textos, resumos, questões, imagens que favoreçam os alunos a articular essas informações feitas em sala de aula [...]” (SILVA, 2016, p. 11). O blog seria uma alternativa para amenizar o problema da falta de acesso aos materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos, que tanto os docentes denunciaram ao longo desta pesquisa.

Retomando o debate sobre os materiais didáticos de Estudos Amazônicos, buscamos entender porque encontrá-los dentro de sala de aula se tornou uma tarefa árdua. Vimos também que, dentro deste universo grande de materiais didáticos, o livro didático ainda é o mais

mobilizado e utilizado entre docentes e discentes, embora sua complexidade seja intensa, como mostramos neste tópico.

A seguir, as formas de apropriações e usos dos materiais didáticos de Estudos Amazônicos por docentes da escola João Paulo II, destacando o protagonismo de professores na elaboração de métodos e estratégias para a utilização do livro didático no ensino da referida disciplina.

2.2. Professores de Estudos Amazônicos: trajetórias e desafios no ensino da disciplina

No final do ano de 2020, o município de Ananindeua, através de processo eleitoral, elegeu novos vereadores e novo prefeito para a cidade, o que impactou diretamente no quadro de funcionários públicos não concursados, chamados popularmente de “contratados”. Com a troca da gestão municipal, os servidores públicos não efetivos da antiga administração não tiveram seus vínculos com a prefeitura de Ananindeua renovados.

A escola João Paulo II também sentiu este processo de perto. Muitos professores e professoras contratadas deixaram de fazer parte do quadro de funcionários, deixando muitas disciplinas sem docentes durante metade do ano letivo de 2021, provocando consequências pedagógicas graves, para um contexto já bastante prejudicado pela pandemia. Muitas turmas ficaram sem docentes, pois os novos professores e professoras só passaram a chegar a partir de agosto do mesmo ano.

Por isso, optou-se por desenvolver a pesquisa entre os professores efetivos da escola, identificados pelas letras “A”, “B”, “C”. Neste momento, vamos analisar o cotidiano de vida deles, dentro e fora da escola e os desafios de ensinar Estudos Amazônicos na Rede Municipal de Ensino de Ananindeua. Trazer à luz a realidade de vida desses docentes é importante pois:

Pormenores assim da cotidianidade do professor, portanto igualmente do aluno, a que quase sempre pouca ou nenhuma atenção se dá, têm na verdade um peso significativo na avaliação da experiência docente. O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser “educado”, vai gerando a coragem (FREIRE, 2021, p. 45).

Desse modo, analisando o dia-a-dia desses professores de Estudos Amazônicos da EMEF João Paulo II, buscou-se compreender quais tipos de saberes fazem parte do processo de interação com os materiais didáticos, e as consequências para o ensino do componente

curricular em questão. Entender esta cadeia de fatos, desde a aquisição do material até o uso dele em sala de aula, foi fundamental para a produção deste trabalho.

Para analisar as entrevistas realizadas ao longo da pesquisa foi aplicada a metodologia da história oral⁶, destacando não só o conhecimento técnico necessário para a realização de tal trabalho, mas a importância da ética nesse processo:

Pessoas, entretanto, não são papéis. Conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos (como acontece quando o diálogo é com os mortos), mas trará consequências imediatas para a existência dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais [...] (AMADO, 1997, p. 146).

Outros fatores são levados em consideração para que a história oral possa ser aplicada conforme os valores éticos, evitando danos à terceiros e ao próprio autor da pesquisa. A relação entre historiador e informante, sem dúvida, é o principal. Em vista disso, é importante perceber que, o que leva uma pessoa a participar de uma entrevista ou a responder um questionário, é mais a vontade de ter registrada a sua própria história, do que as afinidades com o pesquisador.

Respeitando os valores éticos, a história oral proporcionou uma riqueza de fontes, que permitiram ampliar as reflexões realizadas sobre o trabalho docente e sua relação com o material didático de Estudos Amazônicos, destacando que:

[...] como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. Cada um de meus entrevistados – talvez quinhentos -, e na afirmação que se segue não há nenhum clichê, representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras (PORTELLI, 1997, p. 17)

De fato, a cada professor entrevistado, uma realidade diferente, o que provoca a ampliação do campo de análise do pesquisador. Mas, ao mesmo tempo que são realidades distintas, geralmente, possuem algum ponto de semelhança e interseção, o que ajuda a compreender e a propor possíveis soluções para um problema mais macro.

A ética da interpretação também foi uma preocupação na análise das entrevistas, tendo a consciência de que no momento que tais fontes fossem publicadas, elas estariam sujeitas não apenas a interpretação do pesquisador, mas também a observação de outros grupos. Nesse sentido:

⁶ Embora esta abordagem metodológica não seja a predominante no trabalho, porém, para este momento da pesquisa, onde trabalhamos com entrevistas, acreditamos ser importante adotá-la.

[...] Tem sido de praxe, desde o início, na História Oral, reproduzir as palavras textuais das fontes, com empenho muito maior do que em outras disciplinas (nem mesmo a história documentária cita seus documentos de arquivo com o mesmo zelo com que os historiadores orais citam entrevistas). Assim, sejam quais forem as intenções que tivermos, o trabalho que realizamos adquire uma dimensão dialógica intrínseca, na qual nossas interpretações e explicações (expressamente claras) coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes e, ainda, com as interpretações que os leitores delas fazem [...] (PORTELLI, 1997, P. 27).

Assim, os docentes foram entrevistados via aplicativo WhatsApp e Google meet, contando um pouco de suas trajetórias de vida, a carreira como professor profissional, e, principalmente, os desafios enfrentados nas aulas de Estudos Amazônicos. Ouvindo os professores, buscou-se entender a especificidade deste trabalho, uma vez que:

[...] em várias outras ocupações – e é o caso do magistério -, a aprendizagem do trabalho passa por uma escolarização mais ou menos longa cuja a função é fornecer aos futuros trabalhadores conhecimentos teóricos e técnicos preparatórios para o trabalho. Mas, mesmo assim, raramente acontece que essa formação teórica não tenha que ser completada com uma formação prática, isto é, com uma experiência direta do trabalho, experiência essa de duração variável e graças à qual o trabalhador se familiariza com seu ambiente e assimila progressivamente os saberes necessários à realização de suas tarefas [...] (TARDIF; RAYMOND, 2000, p. 210).

Os autores chamam a atenção para a importância da formação prática na carreira do magistério. E quando este docente atua em sala de aula, ele não mobiliza apenas saberes referentes a sua área de formação, parte desse conhecimento vêm de suas experiências pessoais.

Nesse sentido:

[...] eles mostram que o saber-ensinar, na medida em que exige conhecimentos de vida, saberes personalizados, competências que dependem da personalidade dos atores, de seu fazer pessoal, tem suas origens na história de vida familiar e escolar dos professores de profissão. Mostram também que a relação com a escola já se encontra firmemente estruturada no professor iniciante e que as etapas ulteriores de sua socialização profissional não se dão em um terreno neutro. Indicam, finalmente, que o tempo de aprendizagem do trabalho não se limita à duração de vida profissional, mas cobre também a existência pessoal dos professores, os quais, de um certo modo, aprenderam seu ofício antes de inicia-lo [...] (TARDIF; RAYMOND, 2000, p. 223).

O professor e a professora, às vezes, sem consciência disso, no momento em que está em sala de aula, introduz valores que aprendeu bem antes da carreira do magistério. Vivências da esfera familiar, ou mesmo dos círculos de amigos, que acabam se tornando parte do conhecimento utilizado pelo docente em sala de aula. Por isso, tão importante quanto analisar a trajetória profissional, é observar as experiências de vida que levaram até aquele momento de exercer a atividade do magistério:

Nesse sentido, a prática cotidiana da docência vai exercer uma influência grande no momento do uso do livro didático. A reflexão sobre a melhor forma de utilizá-lo vai sendo formada de acordo com as condições de seu exercício profissional. Levar em conta as relações sociais e coerções as quais os professores estão submetidos são importantes para identificarmos quais as influências mais decisivas, o porquê da escolha de alguns conteúdos em detrimento de outros, a forma de realização de atividades que seguem ou são criadas a partir dos conteúdos dos livros (MENEZES NETO, 2020, p. 388).

Os professores e as professoras, além de serem conscientes e fazerem usos de todos estes arcabouços de saberes que compõe o ser docente, também precisam ser críticos de suas próprias práticas, se quiserem, de fato, se tornarem profissionais democráticos. Esta reflexão crítica só é possível de ser alcançada quando o educador e a educadora conseguem se livrar do tom autoritário, típico de quem se coloca como o único detentor ou detentora do conhecimento:

[...] Por isso, é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escreve desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador. É preciso, por outro lado, reinsistir em que a matriz do pensar ingênuo, como a do crítico, é a curiosidade mesma, característica do fenômeno vital. Neste sentido, indubitavelmente, é tão curioso o professor chamado leigo no interior de Pernambuco quanto o professor de filosofia da educação na universidade A ou B. O de que se precisa é possibilitar, que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênuo, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica (FREIRE, 2021, p. 39).

Então, atentos aos saberes docentes utilizados no dia-a-dia de um ambiente escolar, e observando como os professores se apropriam do material didático das aulas de Estudos Amazônicos, buscou-se analisar as entrevistas dos participantes e colaboradores da pesquisa.

Uma das perguntas aplicada na pesquisa fazia referência a possibilidade de o professor trabalhar apenas com a disciplina de sua formação inicial. Destaque para as seguintes respostas: “Apesar de preferir lecionar História, não exijo receber carga horária apenas desta disciplina, pois tenho planejamentos para um currículo próprio de Estudos Amazônicos que é atualizado sempre que estou com carga horária desta disciplina” (PROFESSOR A, 2021). Um outro professor, com posicionamento diferente afirma: “Sim, apenas pelo fato de diminuir a quantidade de planejamentos, planos de aula, produção de material didático específico, provas etc. Mas, fora isso, não vejo problema algum ministrar a disciplina de Estudos Amazônicos” (Professor C, 2021).

Observando as duas respostas dos professores acima pode-se notar que, embora sejam quase que opostas, entretanto, elas partem de algo comum, o trabalho extra que lecionar Estudos Amazônicos exige em decorrência da dificuldade de acesso aos materiais didáticos. Elaborar

planejamentos, currículos e materiais são tarefas que nem sempre são possíveis de serem cumpridas devido o contexto de extensa carga horária que faz parte da trajetória de docentes da Educação Básica.

Além disso, A fala do “professor A” vem ao encontro de um dos problemas da disciplina Estudos Amazônicos, já mencionado no capítulo 1 desta dissertação, que seria a falta de unidade curricular que este componente apresenta na Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, mesmo o município possuindo uma matriz curricular oficial. Sobre este conhecimento que vem do currículo:

No decorrer de suas carreiras, o(a)s professore(a)s devem também apropriar-se de saberes que podemos chamar de curricular. Esses últimos correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos, e métodos, a partir dos quais, a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais que ela definiu e selecionou como modelo de cultura erudita e de formação na cultura erudita. Esses saberes apresentam-se concretamente sob a forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, métodos) que o(a)s professore(a)s devem aprender a aplicar (TARDIF; LESSARD; LAHAYE, 1991, p. 228).

Quando o “professor A” afirma ter planejamentos para a elaboração de um currículo próprio de Estudos Amazônicos, isso nos leva a refletir sobre a real influência que estes currículos oficiais produzidos pelas secretarias de educação exercem na prática docente. Os indícios apontam que tais currículos são cumpridos parcialmente e a maneira como são utilizados dependem de fatores singulares à realidade de cada docente. Por exemplo, a existência ou não de material didático adequado, ou as condições mínimas de infraestrutura na escola, podem ser determinantes para que o professor consiga, de fato, desenvolver seu trabalho pedagógico dialogando com os currículos oficiais presentes em seu dia-a-dia.

Sobre este distanciamento existente entre o currículo oficial do município de Ananindeua e os currículos construídos pelos docentes em sala de aula, os professores fizeram as seguintes observações:

Essa discrepância que cada professor pega o material pra fazer, pra dá essa aula de Estudos Amazônicos, é justamente porque a SEMED não se coloca como a responsável pela disciplina, por exemplo, se ela tivesse adotado um livro didático pra essa disciplina, aí não teria como cada professor fazer o que quisesse da disciplina, né. Agora, a partir do momento que ela não propõe o livro didático, aí cada um busca o seu material, né, aí nessa busca do material, cada um vê aquilo que é importante pra eles. Já vi professor de Estudos Amazônicos dando aula só sobre folclore daqui da região (PROFESSOR B, 2022).

Eu acho que é pelo fato de não ter na BNCC, cada município acaba fazendo o seu próprio, né, alguns acabam seguindo o modelo do estado, mas outros não. E os professores, a maioria não tem formação voltada para Estudos Amazônicos, né, ou é História, ou Geografia, e acaba pegando só para completar a carga horária, então eles,

não focam muito no currículo, e acaba cada um ensinando o que quiser. As vezes o professor já trabalha em um município daquela forma, aí quando vai trabalhar, por exemplo, em Ananindeua, como ele não se preocupa em verificar qual é o currículo do município, ele traz a experiência do anterior e implanta em Ananindeua, sem focar, sem se guiar pelo currículo do município (PROFESSOR A, 2022).

O “professor A” cita a ausência do componente curricular Estudos Amazônicos na BNCC⁷ (Base Nacional Comum Curricular) como um dos motivos para que docentes da Rede Municipal de Ensino de Ananindeua construam cada um o seu currículo. Também segundo o professor, muitos professores e professoras transferem o que havia trabalhado em Estudos Amazônicos em outras cidades para o município de Ananindeua, sem a preocupação de ter como referência o currículo oficial da Rede na qual ele ou ela vai atuar, o que explica o fato de cada professor e professora trabalharem o conteúdo mais adequado às suas condições profissionais.

Já a fala do “professor B” demonstra uma importante relação: currículo x material didático. Para ele, a falta de unidade curricular do componente Estudos Amazônicos no município de Ananindeua é provocada pela ausência de um livro didático da disciplina adotado pela Rede. Como o professor não tem o livro didático, acaba lecionando objetos de conhecimentos de acordo com suas conveniências. Aqui, um ponto interessante, claramente o docente vê o livro didático como um ponto de apoio do que se deve trabalhar em sala de aula. É o que Choppin vai chamar de função Referencial:

Também chamada de curricular ou programática, desde que existam programa de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livro jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações (2004, p. 553).

O discurso do “professor A”, assim como do outro docente, reforça essa compreensão do livro didático como um referencial importante na busca de aproximar, o que professores e professoras trabalham nas salas de aulas de Estudos Amazônicos, do currículo oficial do município de Ananindeua, como podemos observar a seguir:

⁷A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A partir das diretrizes dela, estados e municípios, devem organizar seus currículos prescritivos. Nesse sentido, há um equívoco no entendimento do “Professor A” ao afirmar que o componente curricular Estudos Amazônicos não está presente na BNCC. Na verdade, está, pois, se ele pode ser encontrado no Documento Curricular Para a Educação Infantil e Ensino Fundamental do Estado do Pará e no próprio Organizador Curricular de Ananindeua, logo, a disciplina escolar em questão está presente na BNCC. Não analisamos nessa dissertação o documento curricular do estado do Pará, pois a intenção do trabalho é de apresentar a organização da disciplina Estudos Amazônicos no currículo do município de Ananindeua.

Então, tendo um livro didático padrão para todo o município, eu acho que isso vai facilitar bastante na hora de tentar pelo menos seguir um modelo próximo do que o município propõe, porque muitas vezes o currículo existe, tem lá as habilidades, os objetos de conhecimento, mas o professor por não ser da área, acaba ignorando aquele conteúdo e foca no que ele já sabe. As vezes ele não tem tempo de pesquisar, de estudar conteúdos que não são da área deles, mas tendo um livro para seguir como base, isso pode facilitar bastante, pelo menos tornar um pouco mais padronizado, pelo menos as questões das habilidades e dos objetos de conhecimentos (PROFESSOR A, 2022).

Para o “professor A”, o livro didático é importante para tentar padronizar os conteúdos trabalhados em sala de aula, entretanto, é importante destacar a consciência que ele possui que, mesmo com o livro didático, não se pode garantir o cumprimento total do currículo oficial do município de Ananindeua, daí ele utilizar a expressão “próximo”. Nesse sentido, o currículo é sempre produto de uma seleção (SILVA, 2019). Os objetos de conhecimentos contidos nele, estão ali, pois representam a expressão de poder de um determinado grupo social. Entretanto, dentro do currículo prescrito, que já é uma seleção, ocorre outra seleção, esta realizada pelo professor, que de acordo com uma série de fatores, subjetivos ou não, vai escolher o que será, de fato, ensinado na sua turma. O professor e a professora, então, dentro de uma proposta curricular, realizam a seleção da seleção, do que ensinar para seu aluno.

Outra pergunta foi sobre o fato da Semed de Ananindeua não fornecer livro didático da disciplina Estudos Amazônicos, como isto influenciaria seu trabalho, os professores afirmaram:

Preciso formular meu material através de pesquisas e acervo bibliográfico próprio. Necessito elaborar apostila com os conteúdos, porém, devido a situação financeira dos alunos e para poupar maiores custos, uma parte do tempo da aula é utilizada para copiar o assunto no quadro. (PROFESSOR A, 2021).

Cara, a nossa vida é corrida, tu sabes que o professor pra ele ter um salário razoável, ele tem que dá aula de manhã, de tarde e de noite, né, e aí meu amigo, o cara com uma carga horária dessa, como é que ele ainda vai correr atrás de material, tirar xerox, complicado, né, cara, e muitos professores preferem dar aula de História, que o livro tá ali, pronto, lê a página tal, até as atividades já estão elaboradas no livro, se torna muito mais simples, muito mais fácil pra ele. Diferente de uma disciplina que ele não tem material, que ele vai ter que elaborar material, vai ter que fazer atividade, ele vai correr disso daí, com certeza (PROFESSOR B, 2022).

Dificulta um pouco na organização das aulas, considerando que é apenas uma das inúmeras fontes que poderiam ser nessa construção. Quanto ao ensino, o problema se agrava, pois o aluno deixa de ter o material físico nas mãos, e não são todos que podem pesquisar fora de aula. Ademais, pode incorrer no aumento de custo para o professor nas impressões das apostilas, considerando que a escola tem como uma das premissas o ensino gratuito. Conseqüentemente, isso acaba culminando na prática da escrita no quadro, o que deixa as aulas menos dinâmicas (PROFESSOR C, 2021).

O ponto a ser destacado nos depoimentos dos professores é que ambos apontam que a não oferta do livro didático de Estudos Amazônicos gera dificuldades na organização das aulas, o que leva o docente a desenvolver estratégias de ensino buscando diminuir o prejuízo causado pela falta do manual didático. Tais estratégias são desenvolvidas a partir do saber da experiência, pois:

[...] no exercício cotidiano de sua função os limites aparecem relacionados a situações concretas que não são passíveis de definições acabadas, e que exige uma cota de improvisação e de habilidade pessoal, bem como capacidade de enfrentar situações mais ou menos transitórias e variáveis. Ora, a experiência dessas limitações e dessas situações é formadora: somente ela permite ao docente desenvolver os *habitus* (isto é, disposições adquiridas na e pela prática real), que lhe permitirão justamente enfrentar as limitações e os imponderáveis da profissão. Esses *habitus* podem se fixar num estilo de ensinar, em “macetes” da profissão, ou mesmo em traços da “personalidade profissional”: expressam, então um saber-ser e um saber-fazer pessoais e profissionais validados pelo trabalho cotidiano (TARDIF; LESSARD; LAHAYE, 1991, p. 228)

Nesse caso, elaborar apostilas e fazer anotações na lousa, ajudam a compor o *habitus* desses professores, pois, ao desenvolverem tais estratégias, buscam superar as limitações provocadas pela falta do livro didático. Além do mais, através da apostila e do resumo na lousa, o conteúdo do livro didático chega até o discente. “[...] O essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos – sob formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos” (CHARTIER, 1991, p. 181).

Para o “professor B”, a falta de um livro didático de Estudos Amazônicos na Rede de Ananindeua é tão sentida, que muitos docentes deixam de assumir carga horária da disciplina, para evitar todas aquelas atividades extras: bater cópia, elaborar apostila, fazer resumo no quadro, etc. Em uma realidade que o professor precisa de 20 a 30 turmas para ter condições salariais razoáveis, lecionar um componente curricular, como Estudos Amazônicos, exige um preço, que muitos não estão dispostos a pagar. O que, sem dúvida, contribui para o esvaziamento do ensino da disciplina em questão.

Assim, analisando o ensino do componente curricular Estudos Amazônicos na escola João Paulo II, percebe-se o predomínio de uma condição, a falta ou a dificuldade de acesso ao material didático, entretanto, a maneira como cada professor e professora reage a tal realidade, é que vai determinar o tipo de experiência que irá vivenciar e que tipo de saber ele ou ela desenvolverá para conseguir superar aquele contexto de adversidade. Sobre esta dificuldade de acesso ao livro didático da disciplina, Menezes Neto fez a seguinte reflexão:

[...] isso torna a tarefa de ensinar a disciplina mais difícil, haja vista que o que resta, na maioria das vezes, é o uso do quadro, o que torna a aula mais limitada. Uma alternativa seria o uso de cópias de páginas dos livros, conhecidas popularmente como xerox. Contudo, também nisso há limitações, pois devido à condição socioeconômica de boa parte dos alunos da rede pública, eles não têm condição de comprar as cópias. Com isso, alguns professores acabam pagando eles mesmos, tirando do próprio bolso para distribuir aos estudantes para proporcionar um mínimo de qualidade nas aulas (MENEZES NETO, 2020, p. 383).

A fala de Menezes Neto vem ao encontro dos discursos dos professores. O “professor B”, por exemplo, relata sobre o tempo que perde copiando no quadro, devido à falta de material didático para os alunos: “o fato dos alunos não terem o material didático dificulta no ensino e aprendizagem, atrasando a aula, pois tenho que escrever no quadro e aí os alunos demoram a copiar e conseqüentemente a ler o texto copiado” (PROFESSOR B, 2021). Mais adiante, este mesmo professor nos revela mais algumas informações sobre seu pensamento sobre colocar o resumo da aula no quadro branco, especificamente na aula de Estudos Amazônicos.

O componente curricular Estudos Amazônicos, na Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, possui uma carga horária de 10 horas semanais, nos anos finais do Ensino Fundamental, sendo duas aulas semanais, com 45 minutos de tempo de duração cada. Por isso, muitos professores destacam a limitação de se fazer resumos no quadro⁸, geralmente o tempo se torna muito curto.

Outro ponto mencionado por Menezes Neto, o fator econômico, limita o trabalho do professor e da professora, pois, na maioria das vezes, ele ou ela acaba custeando não só o seu material didático pessoal para organizar sua aula, como também paga pelas despesas dos materiais didáticos elaborados para os alunos e alunas, uma vez que, como bem disse os professores pesquisados, na maioria das vezes, os discentes não possuem condições sociais e econômicas para comprarem livros e apostilas. Nessa discussão, me chamou atenção as seguintes falas dos professores:

Antes eu cobrava do aluno, imprimia numa papelaria próxima de casa e cobrava do aluno material. E na última vez que trabalhei com Estudos Amazônicos, eu acabei rodando, eu mesmo imprimindo material sem cobrar porque já pude adquirir uma impressora. O prejuízo maior, que eu nem considero prejuízo, é comprando livros (PROFESSOR A, 2022).

Tu sabe, tu também trabalha em escola pública. Se a gente não fizer isso, não anda. Como é que eu vou chegar numa sala de aula, aí tira cópia, pô, tem aluno que não tem cinquenta centavos, aí esse aluno que não tem cinquenta centavos vai ficar sem material, vai ficar atrás dos outros, por causa de cinquenta centavos, né. O ideal seria se as escolas tivessem um lugar que eu pudesse colocar um texto lá e a escola imprimisse. É assim que as coisas funcionam. Mas parece que a pública é tipo uma

⁸ Entendemos que o texto anotado pelo professor ou pela professora no quadro branco também pode ser classificado como material didático.

coisa impossível. Aí não tem como, ou tu faz uma coisa para atingir todos ou tu não faz. Agora, sinceramente, Léo, eu me proíbo de tá copiando texto em quadro, cara, pro aluno ficar copiando, isso é me colocar numa posição muito pequena. Porque pra mim o importante é a discussão do texto, é a compreensão do conhecimento e não o aluno ter um conteúdo no caderno, o conteúdo no caderno é o de menos, né, embora muitos pais achem que o filho só tá estudando quando tem alguma coisa escrita no caderno. Mas aí eu não posso me permitir a isso, né, cara. Eu não copio em quadro, pro aluno passar a aula inteira copiando e não ter nenhuma explicação, não ter nenhuma compreensão do texto, nenhum conhecimento, entendeu, aí cara, é ruim. Infelizmente se for pensar assim, vire e mexe, a gente tem que tá tirando do nosso bolso, batendo cópia, e o aluno não tem dinheiro pra pagar e a gente dá de graça pra eles (PROFESSOR B, 2022).

O material didático deve ser ofertado e não existe dispositivo legal que exima o município disso. Se o professor precisa gastar mais do que o planejado com livros didáticos na construção de suas aulas, é um dinheiro que poderia ser revertido em formação continuada, equipamentos tecnológicos. Isso se aplica também aos alunos: se ele gasta com cópias e impressões, com crédito no celular para pesquisar mais sobre algum assunto de Estudos amazônicos, já é dinheiro que poderia ser revertido para alimentação em casa, com material escolar, higiene, etc. (PROFESSOR C, 2021).

O ponto em comum à fala dos três docentes é quanto assumir a responsabilidade dos custos quando é necessário bater cópias de algum tipo de material didático, seja financiando com o próprio dinheiro, seja utilizando os equipamentos de suas residências, como o “professor A”, que passou a utilizar sua própria impressora para garantir o material didático a seus discentes.

É importante destacar também a crítica ao poder público presentes nos discursos do “professor C” e do “professor B”. O primeiro inicia dizendo que garantir o material didático é obrigação do município, como este não cumpri a sua obrigação, docentes e discentes acabam gastando um dinheiro que poderiam ser investidos em outras áreas, como, por exemplo, alimentação e saúde.

O “professor B” é o que tem um discurso mais indignado em relação a ausência do poder público. Isso fica bem claro quando ele denuncia a falta de uma simples impressora para reproduzir os materiais didáticos para alunos e alunas. Outro momento que demonstra tal insatisfação é quando ele dá a entender que evita ao máximo copiar o conteúdo da aula no quadro branco, pois seria uma forma de se conformar às péssimas condições de ensino da disciplina. Segundo palavras dele: “é se colocar numa posição muito pequena”.

Os três professores, portanto, revelam ser profissionais bastante sensíveis às questões sociais⁹ e políticas que interferem em um processo educativo de qualidade. Sobre tal comprometimento político necessário à atuação do professor e da professora, Freire afirmou:

⁹ Dentro de uma escola pública, casos que denunciam a fragilidade social de nosso país estão bastante presentes. Todo esse contexto foi acentuado ainda mais pela pandemia causada pelo vírus sars-cov-2, o que exigiu de nossos professores uma intervenção mais intensa na oferta de uma educação pública de qualidade.

Não posso ser professor sem pôr diante dos alunos, sem revelar com facilidade ou relutância minha maneira de ser, de pensar politicamente. Não posso escapar à apreciação dos alunos. E a maneira como eles me percebem têm importância capital para o meu desempenho. Daí, então, que uma de minhas preocupações centrais deva ser a de procurar a aproximação cada vez maior entre o que digo e o que faço, entre o que pareço ser e o que realmente estou sendo (2021, p. 94).

Segundo Freire, é fundamental para a atividade docente, que professores e professoras tenham consciência da importância de se posicionarem politicamente perante seus pares e entre seus educandos. Nesse sentido, a fala dos professores se mostram bem intensas, ter acesso as suas visões sobre os problemas que afetam o ensino de Estudos Amazônicos, e como eles se posicionam frente a eles, foi bastante enriquecedor para a pesquisa.

Embora os discursos docentes apontem para a falta de um livro didático como o principal problema para o ensino de Estudos Amazônicos no município de Ananindeua, entretanto, todos os professores envolvidos com a pesquisa, deixaram bastante clara a consciência de que o livro didático não é a única fonte de trabalho docente. Nesse sentido, o uso de documentos como material didático se torna uma alternativa para superar a ausência do livro didático, como nos aponta Bittencourt:

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto registro do passado. Nessa condição, convém os alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais diversos e encontram-se por toda parte: em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografias (BITTENCOURT, 2011, p. 331).

Trabalhar com a utilização de documentos é fundamental nas aulas do componente curricular Estudos Amazônicos: letras de músicas, obras de arte, visitas planejadas a pontos históricos da cidade, filmes, documentários, imagens, jornais, a variedade é enorme do que pode ser utilizado como documentos. Assim, estimular a pesquisa é uma metodologia importante para o ensino de Estudos Amazônicos, entretanto, se torna um desafio para a realidade da escola pública, pois a maioria não apresenta estrutura física adequada.

Sobre a estrutura física de trabalho ou a falta dela nas escolas públicas, os professores também se posicionaram:

Torna-se difícil promover atividades de pesquisa para os alunos, pois nem todos possuem acesso regular a internet. Assim, a grande maioria das atividades é construída para serem respondidas na própria sala de aula e com campo limitado para pesquisa pela própria falta de livros didáticos (PROFESSOR A, 2021).

O “professor A”, por exemplo, fala da dificuldade de acesso à internet entre seus alunos e alunas. Problema bastante presente na realidade da escola pública, a falta de um serviço de qualidade de internet acaba impactando ainda mais no ensino da disciplina Estudos Amazônicos, que além de não contar com a distribuição de livros didáticos para professores e alunos na Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, também tem limitada a sua capacidade de pesquisar em outras fontes devido à falta de conectividade à internet.

Aliás, tal problema, foi ainda mais sentido no ano letivo de 2020, quando o mundo foi atingido pela pandemia de COVID-19¹⁰, e a educação pública brasileira sofreu com a falta de acesso à internet de seus alunos e alunas. No município de Ananindeua não foi diferente, o então chamado ensino remoto apenas confirmou a carência deste serviço na região norte, apesar de todo esforço docente de organizar aulas através de aplicativos de mensagens, os resultados não foram dos mais satisfatórios, com a baixa frequência dos alunos e das alunas nos grupos virtuais das turmas.

Se o “professor A” denuncia a falta de acesso à internet de qualidade para os alunos e as alunas realizem suas pesquisas, o “professor B” enfatiza a falta de estrutura física das salas de aulas e como este problema prejudica seu trabalho:

Na organização dos alunos em sala de aula e na obtenção da atenção do aluno, pois os alunos na maioria das vezes ficam amontoados em salas de aula apertadas e com péssima climatização, essa situação, sem dúvida nenhuma influencia pessimamente para a qualidade da aula, sem contar que é desestimulante tanto para o aluno, como também para o professor (PROFESSOR B, 2021).

Os problemas apontados acima são presentes na maioria das escolas públicas do Brasil. Turmas lotadas, com o número superior ao permitido pela LDBEN, salas de aulas quentes, pois, quando têm ventiladores, estão quebrados. Fatores estes que, segundo o “professor B”, acabam desanimando docentes e discentes. A superação de tais obstáculos acaba moldando a identidade do professor e da professora no Brasil:

É essencial levarmos em conta todas essas questões vivenciadas pelos professores em seus ambientes de trabalho, as escolas, porque elas definem também a construção da sua identidade, suas estratégias e seus hábitos que vão fazendo parte do “ser professor” na prática. Esses problemas que surgem nas instituições de ensino com os quais os docentes têm de lidar são incorporados em suas experiências profissionais e os levam a promoverem ações e tomar decisões para que consigam realizar a sua tarefa de lecionar, no caso aqui analisado, a disciplina regional Estudos Amazônicos (MENEZES NETO, 2020, p. 386).

¹⁰ Os efeitos da pandemia no ensino de História e Estudos Amazônicos serão tratados no capítulo 3 dessa dissertação.

Sobre como a superação das dificuldades constroem a identidade docente, o “professor B”, por exemplo, para amenizar o excesso de calor causado pela falta de ventiladores e aparelhos de refrigeração de ar na sala de aula, em certas oportunidades, leva a sua turma para o pátio da escola, que é um lugar mais arejado, e que ele considera reunir melhores condições para desenvolver sua aula. Também é uma forma do professor denunciar os problemas enfrentados por ele no cotidiano de seu trabalho. Tomando esta atitude ele busca chamar a atenção de coordenação pedagógica e direção escolar para o problema que está vivenciando naquele ambiente.

Para outros, a questão estrutural pode funcionar como um catalisador do processo de ensino-aprendizagem, pois “a estrutura é uma das variáveis que interfere na qualidade de uma aula. Portanto, demanda um esforço muito maior dos professores e dos alunos para que os objetivos do processo ensino-aprendizagem sejam atingidos” (PROFESSOR C, 2021).

Ao se posicionarem criticamente a respeito de seus ambientes de trabalho, os professores mostram que ensinar também é lutar pelos direitos de educadores e educandos:

[...] a luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser (FREIRE, 2021, p. 65).

Reivindicar melhores condições de trabalho, não só no aspecto físico da escola, mas também buscando um ambiente harmonioso, sem assédios morais ou perseguições profissionais, é tão importante quanto o aperfeiçoamento técnico que objetiva melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares. Nesse sentido, os professores envolvidos na pesquisa deixam claro o quanto a falta de infraestrutura adequada prejudica o trabalho pedagógico e a qualidade de suas aulas.

Assim, buscou-se analisar neste tópico um pouco da trajetória pessoal e acadêmica de cada professor, bem como as dificuldades enfrentadas por eles na docência do componente curricular Estudos Amazônicos, dentro e fora da escola. A seguir, abordaremos como os professores da escola João Paulo II se apropriam e usam os materiais didáticos nas aulas de Estudos Amazônicos.

2.3. Os materiais didáticos utilizados nas aulas de Estudos Amazônicos

Neste momento, analisamos os materiais didáticos que os docentes usam para trabalhar o componente curricular Estudos Amazônicos em sala de aula. Na impossibilidade de coletar todos os materiais de cada professor ao longo de todo o ano letivo, selecionamos um material didático de cada educador envolvido na pesquisa. Nesse sentido, conforme já dito no início desse capítulo, a ideia de apropriação de chartier (1990) é fundamental para compreender a relação dos docentes e seus materiais didáticos. Sobre esse conceito, Villalta afirmou:

O autor propõe o emprego da noção de apropriação, concebendo-a como o uso dos bens, textos e ideias que circulam numa certa sociedade. Defende, assim, o estudo dos modos plurais pelos quais se usam os mesmos bens, textos e ideias que circulam na sociedade. As diferenças socialmente enraizadas são focalizadas, portanto, não na produção dos elementos culturais, mas em seu uso (2001, p. 6).

Assim, analisamos os diversos usos que os professores pesquisados fazem de seus materiais didáticos nas aulas de Estudos Amazônicos na EMEF João Paulo II. Iniciamos pelo “professor A”:

Quando eu comecei a atuar alguns anos atrás, com a disciplina Estudos Amazônicos, fiquei totalmente perdido, eu tentei puxar principalmente para o lado da História, né, que é a disciplina que eu sou formado, e foi a primeira vez que eu peguei em Estudos Amazônicos mais uma turma para completar a minha carga horária e por não saber o que ensinar e não existia um currículo no município onde atuava aquele ano, eu acabei passando para os alunos vários conteúdos que não eram adequados para aquela série, salvo engano era o 7º ano, eu passei conteúdos que seriam condizentes com 6º ano, 7º ano, com 8º ano, justamente por não ter formação voltada para esta disciplina. Então, no ano seguinte eu tentei evitar. Até que, depois não teve mais como, eu fui trabalhar numa outra escola que eu só iria ensinar Estudos Amazônicos, foi aí que finalmente eu decidi me organizar de fato, né, pra que eu não ficasse ensinando conteúdos errados, quer dizer, ensinando conteúdos nas séries erradas, foi a partir desse momento que comecei a fazer minhas pesquisas de uma maneira mais direcionada e tentando sempre adaptar ao material, porque como eu ia ficar definitivamente com todas as turmas de Estudos Amazônicos na escola em que eu estava, eu disse não, já que vou ter este trabalho, vou ter todo este trabalho apenas uma vez, então ao longo do ano eu ia pesquisando, pesquisando, lendo vários livros de História regional, foram livros que eu citei agora pouco, livros acadêmicos mesmo, monografias, dissertações, fui montando meu próprio material. Desde então, eu tenho aquele material como base, aí sempre que eu pego um livro sobre História regional, que eu encontro algum tipo de conteúdo que eu ache interessante acrescentar no meu material, eu acabo acrescentando também. Só que isso vem de alguns anos, entedeu. Demorou bastante tempo, até eu conseguir montar uma base de material e de conteúdos para ensinar para os alunos (PROFESSOR A, 2022).

A maneira como o professor acima descreve a produção de seu material didático é muito frequente entre docentes que lecionam o componente curricular Estudos Amazônicos na Educação Básica. A falta de um livro didático da disciplina na maioria das Redes de Ensino,

seja estadual ou municipal, levam professores e professoras a pesquisarem e produzirem seu próprio material didático. No caso do “professor A”, essa organização se dá em formato de apostila¹¹, como podemos ver abaixo:

Figura 3 - Página da apostila do Professor A



Fonte: APOSTILA 8º ANO (s/d, p. 2)

Figura 4 - Página da apostila do Professor A



Fonte: APOSTILA 8º ANO (s/d, p. 1)

A apostila (ver figura 3 e figura 4) apresenta como conteúdo o “Ciclo da Borracha na Amazônia no século XIX”, onde ela explica como ocorreu o aumento de produção do látex na

¹¹ Tipo de impresso ou de caderno que contém a coletânea escrita das aulas, da matéria que nelas será lecionada ou que traz o conteúdo teórico do que deve ser estudado para um concurso, exame. Ver *Dicio – Dicionário Online de Português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/apostila/> Acesso em: 21 mai. 2022.

Amazônia para atender o aumento da necessidade de consumo de mercados na Europa e Estados Unidos, e como tal processo transformou o espaço amazônico, principalmente, as principais cidades da região. Através do título do material didático percebe-se que o “professor A” faz uso de uma abordagem da História ligada a ideia de ciclos econômicos, atualmente bastante questionada pela historiografia.

A apostila é constituída pelos seguintes tópicos: “o sistema de aviamento”. Nele é explicado como o seringueiro era endividado e tinha sua liberdade de locomoção cerceada através desse sistema de crédito sem dinheiro. O próximo tópico “Decadência da Borracha” trata da redução da produção do látex amazônico a partir da segunda década do século XX. Dois fatores colaboraram para o agravamento da crise na produção, a concorrência asiática e as dificuldades impostas pelo meio ambiente amazônico, destaque para a exploração sem replantio das seringueiras, árvores que fornecem o látex, que por sua vez, é a matéria-prima para se produzir borracha. O terceiro tópico “A Conquista do Acre” aborda o contexto histórico que levou a anexação do território que corresponde ao Acre pelo Brasil. O material didático é finalizado com o tópico “A Ferrovia do Diabo” que trata do processo de implantação da ferrovia Madeira-Mamoré e do trágico destino de 6 mil trabalhadores que perderam suas vidas na construção da estrada de ferro.

Sobre o uso de imagens, o material didático do “professor A” apresenta cinco imagens, nenhuma informando a fonte de onde foi pesquisada. A primeira imagem, que apresenta o conteúdo da apostila, consiste na extração do látex de uma seringueira. A segunda Imagem, também relacionada ao título, é a imagem de um cartão postal do Teatro Amazonas, que foi utilizado para reforçar o texto sobre os efeitos do apogeu econômico da borracha nos grandes centros urbanos da Amazônia.

A terceira imagem é uma gravura que faz parte do tópico “O Sistema de Aviamento” e representa um seringueiro extraindo látex de uma seringueira. Na gravura, destacam-se a sua vestimenta com seus instrumentos de trabalho. A quarta imagem, também uma gravura, é associada ao tópico “Decadência da Borracha”, e representa a produção gomífera asiática, buscando destacar a produção racional e planejada da borracha naquela região do mundo. Nesse sentido, a imagem busca mostrar ao discente como a produção da Ásia superou a produção amazônica.

A próxima imagem é associada ao tópico “A Conquista do Acre”. É um mapa simples mostrando onde estava localizado o território, que tempos depois seria o Acre, ainda no território boliviano. A intenção é mostrar que a área foi anexada pelo Brasil devido interesse econômico relacionado à quantidade grande de seringueiras que havia na região.

A última imagem, relacionada ao tópico “A Ferrovia do Diabo”, é uma fotografia de homens na estrada de ferro. Cabe o registro de que, embora o texto trate de como a construção da ferrovia Madeira-Mamoré ocorreu sob condições sofríveis para os trabalhadores que ali estavam, porém, na fotografia, os homens que aparecem, aparentam ser de grupos sociais privilegiados economicamente, o que contrasta com a construção textual do tópico.

Quanto à abordagem histórica, o material didático utilizado pelo “professor A” apresenta o predomínio da História Integrada:

Emergindo na segunda metade da década de 1990, ela tinha como objetivo primordial conectar história geral e do Brasil, que por muito tempo foram tratadas separadamente pela perspectiva convencional/seriada que vigorava até então. Para os que defendem esse tipo de abordagem, a ênfase na sincronicidade dos processos históricos locais e globais permitiria desenvolver análises históricas mais refinadas (GUGLIELMO, 2019, p. 128).

Assim, é possível identificar a influência do arcabouço analítico da História Integrada em pontos centrais no texto do “professor A”. Por exemplo, ele relaciona o aumento da coleta e exportação do látex da Amazônia ao processo de Revolução Industrial que ocorria na Europa e Estados Unidos. Além disso, para tratar da queda da produção amazônica na segunda década do século XX, faz uma associação com a concorrência do látex vindo das colônias inglesas na Ásia, produzido de maneira planejada e racional.

A História Integrada é uma tentativa de se explicar a História em uma sociedade que é diretamente afetada pelos efeitos da globalização e do avanço das tecnologias digitais. Sua abordagem gera análises interessantes para o ensino de História e Estudos Amazônicos, desde que alguns cuidados sejam tomados: Não considere os fenômenos globais e a história geral mais importantes que a história nacional e, no nosso caso, regional; empregue visões não eurocêntricas; e, por último, destaque também o impacto da História do Brasil no mundo. Fazendo isso, a História Integrada não será uma mera junção de conteúdos (GUGLIELMO, 2019).

Nesse sentido, o “Professor A” soube utilizar a História Integrada sem que o global e o geral fossem alçados a uma posição hierárquica superior. Outro ponto importante no seu texto foi trabalhar o conteúdo abrangendo o regional, e não apenas a cidade de Belém. O teatro Amazonas, a anexação do território que mais tarde se tornaria o Acre, e a ferrovia Madeira-Mamoré, dão à apostila uma dimensão bastante expressiva de que a economia da borracha influenciou boa parte da Amazônia brasileira.

Entretanto, gostaríamos de fazer duas observações: a primeira é que existe um predomínio de conhecimentos históricos sobre as demais áreas como a Geografia e a Sociologia, o que compromete a interdisciplinaridade do componente curricular analisado. Isso pode ser justificado pela formação acadêmica do docente, que é professor de História. Por afinidade, acaba privilegiando conteúdos de História. Isso é bastante comum quando tratamos do ensino de Estudos Amazônicos. A segunda é sobre a ausência de atividade no texto. Não sei se o exercício ficou para um outro momento da aula, mas em nossa visão, seria importante uma atividade compondo a mesma apostila do conteúdo.

De modo geral, o material didático do “professor A” é bom, principalmente, se levarmos em conta todo o esforço docente de pesquisa bibliográfica, com a compra de vários livros da área, produção textual, e custo de cópias para seus alunos e alunas. Esse cenário só nos confirma o quanto o protagonismo do professor e da professora é importante para o processo de constituição de material didático do componente curricular Estudos Amazônicos.

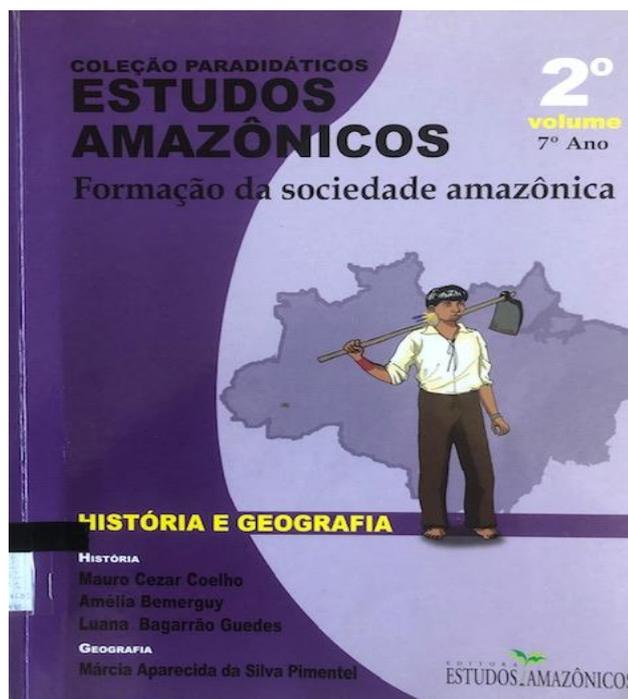
O próximo material didático a ser estudado nessa pesquisa é do “professor B”. Vejamos quais são eles:

Coleção paradidáticos Estudos Amazônicos; Formação da Sociedade Amazônica (Editora Estudos Amazônicos). Eu tive acesso a esse material por indicação de um amigo professor. Inclusive já indiquei na escola que trabalho e nenhuma resposta me foi dada (PROFESSOR B, 2021).

O livro didático citado acima é o 2º volume (7º ano) de uma coleção de uma editora que tem o mesmo nome da disciplina, no caso, Estudos Amazônicos. Assim, a Coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos é composta pelos seguintes títulos: “Conhecendo a Amazônia” (6º Ano); “Formação da sociedade amazônica” (7º Ano); “Amazônia e formação da sociedade amazônica” (8º ano); “Amazônia contemporânea” (9º Ano).

O “professor B” revela outro aspecto importante, o universo das trocas de informações entre professores. Ele revela que os materiais didáticos utilizados foram adquiridos por indicação de um companheiro de trabalho. Também revelou um certo sentimento de indignação com a escola, pois mostrou o material didático para a coordenação pedagógica, para ver como a escola poderia adotá-lo, mas não obteve nenhuma resposta oficial do estabelecimento de ensino. A figura 5 (próxima página) mostra o material didático citado pelo “professor B”:

Figura 5 - Capa do livro Estudos Amazônicos: Formação da sociedade amazônica, 2º volume



Fonte: Acervo pessoal

Conforme observamos na figura acima, o 2º volume, Formação da sociedade amazônica, voltado para o 7º ano, bem como toda a coleção paradidáticos Estudos Amazônicos, é coordenada por Mauro Cezar Coelho¹². A parte que corresponde a História é de autoria das professoras Amélia Bemerguy¹³ e Luana Bagarrão Guedes¹⁴.

Já a parte de Geografia da coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos é de autoria da professora Márcia Aparecida da Silva Pimentel¹⁵. A editora Estudos Amazônicos iniciou suas atividades no ano de 2011, sob a propriedade do editor Paulo Palmieri. A coleção trazia a

¹² Professor adjunto da Universidade Federal do Pará. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2006). Suas principais áreas de pesquisa são: Amazônia colonial, história indígena e do indigenismo, história da ciência, história da educação e ensino de história. Informações disponíveis na Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K479775U3> Acesso em: 18 jun. 2022.

¹³ Possui Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Informação disponível na Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728244H8> Acesso em: 18 jun. 2022.

¹⁴ Possui Doutorado em História Social da Amazônia (2019). Professora titular da Universidade Federal do Oeste do Pará. Tem experiência na área de história, com ênfase em História da África e cultura afro-brasileira, História contemporânea, Historiografia e História do Brasil República. Informações disponíveis na Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4742118T3> Acesso em: 18 jun. 2022.

¹⁵ Doutora em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (2002). É professora da Universidade Federal do Pará. Suas principais áreas de atuação são: geocologia da paisagem, planejamento ambiental, áreas protegidas e comunidades tradicionais. Informações disponíveis na Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4798350Y8> Acesso em: 18 jun. 2022.

novidade de ter um volume para cada ano da etapa final do Ensino Fundamental. Sobre a coleção:

Podemos dizer que esta iniciativa, da editora de Palmieri, foi pioneira, pois os livros didáticos lançados até então para os Estudos Amazônicos não tinham coleção para cada série de ensino voltada para os alunos. A coleção da editora propõe conteúdos para a História e Geografia regional dialogando com as legislações educacionais nacionais então vigentes, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Lei 10.639/03 (ensino da história e cultura afro-brasileira) e a Lei 11.645/08 (ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena), procurando atender a demanda dos professores da disciplina (MENEZES NETO, 2020, p. 238).

Assim, a coleção da editora Estudos Amazônicos, destaca-se por atender a todos os anos finais do Ensino Fundamental. Tratando especificamente do volume 2, citado pelo “professor B”, podemos notar que o livro apresenta uma organização binária, claramente dividida em História e Geografia.

A parte de História é constituída por 03 unidades e 11 capítulos. A primeira unidade denominada “Extrativismo e Agricultura na Amazônia Colonial” possui o capítulo 1: “Para que serviam as colônias? ”; O capítulo 2: “Para administrar a Amazônia: um novo Estado”; Capítulo 3: “Extrativismo na Amazônia”; Capítulo 4: “Agricultura na Amazônia”. A segunda unidade chamada de “A Diversidade do Mundo Amazônico” estava organizada também em quatro capítulos. Capítulo 5: “Nobres, degredados, militares e açorianos: portugueses na Amazônia”; Capítulo 6: “Capuchos, Carmelitas, Mercedários e Jesuítas: as ordens religiosas na Amazônia”; Capítulo 7: “As populações indígenas e a ocupação portuguesa da Amazônia”; Capítulo 8: “Bantos, Minas e Iorubás: africanos na Amazônia”. E a terceira unidade com o título de “Conflitos no Período Colonial Amazônico” organizada em três capítulos: Capítulo 9: “Quem não dependia do trabalho indígena na Amazônia Colonial? ”; Capítulo 10: “O regimento das Missões”; Capítulo 11: “O Diretório dos índios”.

A área que corresponde à Geografia da coleção da editora Estudos Amazônicos possui duas unidades, com dez capítulos: a primeira unidade com 06 e a segunda unidade com 04 capítulos. A unidade I “A diversidade Natural do Mundo Amazônico” é composta pelo capítulo 1: “A história da formação das paisagens amazônicas”; O capítulo 2: “Compreendendo o tempo e o clima da Amazônia”; O capítulo 3: “Geomorfologia da Amazônia: o estudo das formas e da dinâmica do relevo”; O Capítulo 4: “Rios, Igarapés, furos e paranás: elementos da bacia hidrográfica”; O capítulo 5: “A cobertura vegetal da Amazônia”; O capítulo 6: “Reconstituindo a paisagem: o domínio morfoclimático amazônico”.

A segunda unidade de Geografia intitulada “Amazônia: degradação ambiental e conflitos sociais” apresenta o capítulo 7: “Devastação da floresta: novas paisagens da Amazônia”; Capítulo 8: “Fogo na mata: a prática de queimadas na Amazônia”; Capítulo 9: “As consequências do desmatamento”; Capítulo 10: Desmatamento e conflitos de terras na Amazônia”.

Observando a organização da coleção Estudos Amazônicos utilizada como principal material didático do “professor B” e os testemunhos docentes sobre o ensino da disciplina, notamos que, tanto a editora Estudos Amazônicos, como os professores e professoras que atuam com este componente curricular em sala de aula, ainda não compreenderam a essência interdisciplinar¹⁶ de Estudos Amazônicos, o que resulta no ensino binário de História e Geografia regional, como podemos notar a seguir:

Eu vejo Estudos Amazônicos como história da Amazônia. Minha pós-graduação é em história social da Amazônia, então eu me identifico muito com a disciplina. Só acho que ela é tratada com descaso no município, não dão a devida importância, é como se ela fosse separada da história, né, como se a disciplina História tivesse uma importância maior que Estudos Amazônicos, que pra mim é história social da Amazônia, então me identifico muito (PROFESSOR B, 2022).

Observando o discurso acima, notamos que o professor considera Estudos Amazônicos como sendo História da Amazônia. Em parte, essa afirmação poderia ser verdadeira, mas resumi-la a isso, seria um grande equívoco. Sobre o modo como ele vê a disciplina Geografia inserida em Estudos Amazônicos: “seria interessante o profissional da geografia ficar com Estudos Amazônicos no sexto e no sétimo ano e o profissional de História ficar com a disciplina no oitavo e no nono ano” (PROFESSOR B, 2021).

Outro professor envolvido na pesquisa também confirma o “binarismo” que tomou conta do ensino do componente curricular Estudos Amazônicos nas escolas municipais de Ananindeua. Sobre o modo como docentes ensinam essa disciplina, ele afirma:

Então, acho que sim, até porque muitas pessoas não têm experiência e acabam é, ensinando aquilo que já sabem relacionado a região amazônica. Só que uns focam mais na Geografia, outros em História, e quem é formado em Geografia acaba deixando um pouco de lado a parte que é similar a História, e quem é formado em História acaba deixando de lado o conteúdo que é similar a Geografia (PROFESSOR A, 2022).

Como podemos ver, é muito comum entre professores e professoras que lecionam Estudos Amazônicos, a prática de tornar a disciplina uma extensão de sua formação acadêmica

¹⁶ Sobre a interdisciplinaridade em Estudos Amazônicos ver o capítulo 1 dessa dissertação.

inicial. Quem é professor de História aproxima Estudos Amazônicos para a sua área e o professor de Geografia também faz o mesmo. Nesse sentido, a coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos, através de sua organização de conteúdos, reforça esse ensino bipartido.

Para o “professor B”, a falta de um livro didático na Rede gera consequências graves para o ensino da disciplina Estudos Amazônicos, fazendo com que muitos docentes desistam de lecionar o componente curricular analisado:

Eu vejo que estudos amazônicos tá meio jogado, quem é que quer pegar aí Estudos Amazônicos, aí a maioria dos professores não querem, mas porque que não querem, porque não tem material pra trabalhar, aí acham meio dificultoso, vai dar trabalho, e realmente dá. Como já tô há muitos anos dando aula de estudos amazônicos, eu preparei o meu material, né, então eu tenho um pouco mais de facilidade quando chego em sala de aula para dá Estudos Amazônicos (PROFESSOR B, 2022).

Deve-se focar nessa realidade, pois sem a presença de materiais didáticos, e aí incluso o livro, o componente curricular vai se descaracterizando e se tornando, cada vez mais, a extensão de História e Geografia regionais, deixando de cumprir a sua real função pedagógica.

Com relação ao uso da coleção Estudos Amazônicos em sala de aula, o professor chama atenção para algo interessante:

Realmente a base da organização da aula é esse livro didático que você citou, é dele que eu parto. É lógico que na discussão em sala de aula, vão ampliar aquela conversa lá, não vai ficar só naquele texto, naquele livro lá. Nesse livro existem só textos, né, todas as atividades que eu trabalho em sala de aula foram elaboradas por mim, eu que elaborei todas as atividades que eu passo em sala de aula referentes aos textos foram elaboradas por mim. Até porque eu sinto uma necessidade dos alunos lerem, né, então tem que ter um texto pra isso, aí eles leem, mas eu gosto que eles façam uma interpretação desse texto aí, e como o livro, e eu acho que é uma falha do livro, não propõe uma atividade, eu proponho essa atividade, eu elaborei essas atividades para poder trabalhar em sala de aula (PROFESSOR B, 2022).

De acordo com o professor, as discussões presentes no livro são ampliadas dentro de sala de aula com seus alunos e alunas. Mas não entrou em detalhes na forma como complementa tais discussões. Se com textos de outros livros ou debates através da oralidade mesmo. Destaca-se também o ponto em que ele fala da falta de atividade no livro da Coleção Paradidáticos¹⁷ Estudos Amazônicos e o seu protagonismo em suprir essa carência através da elaboração de suas próprias atividades. Nesse sentido, o professor acaba confirmando o que Chartier (1990) refletiu sobre o processo de apropriação:

¹⁷ É importante destacar que o termo “paradidático” empregado na coleção foi uma estratégia de venda da editora. Os livros didáticos não podem ser comprados por estados e municípios, pois são fornecidos pelo PNLD. Então, mesmo que o livro da coleção seja um livro didático, porém, para ter condições de ser comercializado, ganhou a nomenclatura de paradidático (MENEZES NETO, 2020).

[...] As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas. O ato de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los [...] (CHARTIER, 1990, p.136).

Nesse caso, o “professor B” fez uso do livro didático da coleção Estudos Amazônicos de maneira diferente da pretendida pelos seus autores. A ausência de atividades que suprissem as suas necessidades pedagógicas fez o docente utilizar o livro didático de forma diferenciada da recomendada pelos autores e pela linha editorial, elaborando ele mesmo as atividades¹⁸. Assim, para analisar o sentido de uma obra é necessário olhar não apenas para o texto em si, mas para o objeto que serve de suporte e a prática de que dele se apodera (CHARTIER, 1990).

Sobre a abordagem histórica do 2º volume da coleção, “Formação da sociedade amazônica”, há o predomínio da história social da Amazônia conforme podemos ver abaixo:

Neste livro, abordaremos alguns aspectos desse grande esforço de ocupação. Vamos aprender sobre como a Amazônia foi incluída nos planos comerciais da Coroa portuguesa. Trataremos dos desafios por que passaram os colonizadores na difícil tarefa de conquistar a natureza, o vasto território, e as pessoas que nele moravam. Abordaremos o papel de diversos atores sociais: indígenas de diferentes etnias, negros de diversos lugares da África, administradores da Coroa portuguesa, militares de várias patentes, missionários de diversas ordens religiosas, enfim, gente que, com múltiplos interesses, participou da história da conquista portuguesa na Amazônia. (BEMERGUY; GUEDES; PIMENTEL, 2012, p. 7).

A história social surge no século XX como uma reação à história política, centrada nas ações das grandes personalidades da sociedade. Trazendo elementos das Ciências Sociais, buscava construir um melhor entendimento da sociedade (BITTENCOURT, 2011). Nesse sentido, o livro trata da colonização da Amazônia no século XVII com destaque para, a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Durante esse processo, há uma preocupação em analisar os grupos sociais através do coletivo e não de maneira individualizada. Existe a presença de indígenas, de negros e de portugueses, e dentro de cada grupo, busca-se demarcar a sua diversidade. Há o predomínio das análises econômica e cultural sobre a esfera política, embora as autoras trabalhem com legislações interessantes do Estado português na Amazônia, como por exemplo, o Regimento das Missões e o Diretório dos Índios.

Menezes Neto (2020), em sua tese de Doutorado, realizou um singular estudo sobre a Coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos, afirmou sobre o papel da editora:

¹⁸ As atividades do professor foram solicitadas, entretanto, não foram entregues.

[...] Sua função, portanto, dentro de um mercado editorial educacional dominado por editoras de outras regiões, é o de trazer visibilidade à região e ao conhecimento produzido na Amazônia, posicionando-se no mercado como uma editora disposta a “preencher a lacuna” do regional. Não é uma posição visando apenas a questão econômica, de ganhar terreno na disputa comercial de livros, mas com uma certa militância de mostrar a importância de sua existência e de sua atuação (MENEZES NETO, 2020, p. 262).

Segundo o autor, não há uma “lacuna do regional”, pelo contrário, a produção de livros didáticos regionais foi bastante ativa nos séculos XX e XXI. A principal barreira a ser transposta é fazer tal produção chegar às mãos de quem precisa: professores e alunos. Neste caso, o discurso de “preencher a lacuna” do regional, é muito mais uma estratégia editorial de marketing.

A editora Estudos Amazônicos ainda conta com uma coleção de livros paradidáticos¹⁹ organizados em: Estudos Amazônicos – História / Estudos Amazônicos – Geografia. A parte da coleção relacionada à História possui 10 títulos: “Fundação de Belém”; “Economia da Borracha na Amazônia”; “A Independência do Pará”; “Política Indigenista”; “Enfim a Liberdade: a descolonização da África”; “Fazer Sair da Selva: as missões jesuítas na Amazônia”; “A Família na Economia da Borracha”; “Amapá: experiências fronteiriças”; “Guerras na Amazônia do Século XVII: resistência indígena à colonização”; “Povos Indígenas na Amazônia”. Já a parte da coleção ligada à Geografia apresenta apenas 1 título: “O Clima e o Tempo na Amazônia”.

O terceiro material didático analisado é do “professor C”. Entre os três docentes, é o que apresenta uma diversidade maior de materiais didáticos e também é o que mais busca um equilíbrio entre conteúdos de História e Geografia, como podemos ver a seguir:

Utilizo a coleção Estudos Amazônicos; Pontos de História da Amazônia; História do Pará; Amazônia, Amazônias; Amazônia: Estado, homem e natureza; Amazônia Decifrada; O Negro no Pará; e Cidade e empresa na Amazônia. Além de alguns documentários, como soldados da borracha. Conheci a maioria dos materiais durante minha graduação/especialização e acabei adquirindo com recursos próprios após começar a trabalhar (PROFESSOR C, 2021).

O primeiro aspecto a se destacar da lista acima é que apenas um material didático, a coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos, é voltada especificamente para o ensino do componente curricular Estudos Amazônicos. Os demais são materiais de História ou de Geografia. O que mais uma vez fortalece o argumento de que Estudos Amazônicos vem, de

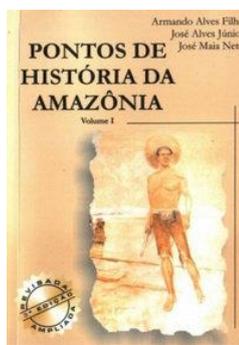
¹⁹ Que ajuda complementando o ensino e, embora não propriamente didático, tem propósitos didáticos, e pode ser usado em conjunto com materiais próprios e formais para ensinar os conteúdos. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/paradidatico/> Acesso em: 23 mai. 2022

maneira equivocada, se transformando em história regional e geografia regional nas salas de aulas das escolas municipais de Ananindeua.

Dos materiais citados pelo “professor C” escolhemos para análise o livro paradidático “Pontos de História da Amazônia”, da editora Paka-Tatu. De autoria dos professores Armando dos Santos Alves Filho²⁰, José Alves de Souza Júnior²¹ e José Maia Bezerra Neto²², esta obra apresenta dois volumes, lançados no ano de 1999, sob o discurso de que havia a necessidade de ter materiais didáticos que abordassem os conteúdos regionais que passariam a fazer parte dos vestibulares das universidades públicas a partir dos anos 2000. O próprio título do livro surgiu a partir dessa relação: “Segundo o depoimento de José Maia, ele foi responsável pelo nome *Pontos de História da Amazônia*. Pontos significava exatamente os pontos da História da Amazônia que eram cobrados no vestibular da UFPA, abordados em cada capítulo do livro” (MENEZES NETO, 2020, p. 186).

O Volume I do Pontos da História da Amazônia (ver figura 6) está descrito da seguinte maneira no site da editora: “Neste livro são abordados temas da história da região relativos aos Períodos Colonial e Imperial (séculos XVI a XIX), tais como a conquista portuguesa da Amazônia, o trabalho indígena, o processo de Independência e a Cabanagem”.

Figura 6 - Capa do livro Pontos de História da Amazônia, Volume I



Fonte: Editora Paka Tatu

²⁰ É graduado em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e especialista em Teoria Antropológica pela mesma instituição. Atuou como professor do Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) e se aposentou no ano de 2000. Além de ser proprietário da editora que produziu o livro, a Paka-Tatu.

²¹ É Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). É Professor Associado 3 da Universidade Federal do Pará (UFPA). Suas pesquisas são voltadas para a História da Amazônia com ênfase nos seguintes temas: companhia de Jesus, período pombalino, ideologia, interpretações, organizações, livro didático e ensino de história. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4544826A1> Acesso em: 17 jun. 2022.

²² Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). É Professor Associado II da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisa os seguintes temas: história e memória, Pará, Amazônia e Brasil, história intelectual, história das instituições, história social da educação, abolicionismo, história e historiografia da escravidão negra e relações sociais. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4723407E9> Acesso em: 17 jun. 2022.

O Volume I está organizado assim: capítulo 1 “A conquista portuguesa da Amazônia”; capítulo 2 “O trabalho forçado na Amazônia Colonial”; capítulo 3 “O projeto pombalino para a Amazônia e a Doutrina do Índio-Cidadão”; capítulo 4 “Adesão do Pará à independência”; capítulo 5 “A cabanagem e a revolução no Pará”; E encerra com o texto “Massacre do Brigue Palhaço”.

Já o Volume II do Pontos da História da Amazônia apresenta a seguinte organização: capítulo 1 “A Revolução de 30 no Pará: a 1º Interventoria de Magalhães Barata (1930 – 1945)”; capítulo 2 “A Economia da Borracha e o Esforço de Guerra: Os soldados da Borracha na Amazônia”; capítulo 3 “A Política dos Governos Militares na Amazônia (1964 – 1985)”; capítulo 4 “A Guerrilha do Araguaia (1972 – 1975)”.

Figura 7 - Capa do livro Pontos de História da Amazônia, Volume II



Fonte: Skoob

Os conteúdos presentes no Volume II fazem parte da história da Amazônia do século XX. Lembrando que os temas presentes no Pontos de História da Amazônia foram organizados para atender aos programas dos processos seletivos de universidades do estado do Pará, que naquele momento ainda contavam com suas próprias provas institucionais como forma de ingresso no Ensino Superior.

Tão importante quanto falar dos conteúdos desses materiais é saber como os professores fazem uso deles. Nesse sentido: “Produzo apostilas, faço apresentações em formato de slides, além de resumo e esquemas no quadro” (PROFESSOR C, 2021). Percebe-se que as práticas de leitura e as formas de utilizações dos materiais didáticos são diversas, comprovando, mais uma vez, que além das orientações de autores e editoras presentes nesses manuais, outros fatores influenciam no momento de usá-los em sala de aula:

[...] Uma história do ler afirmará, contra esse postulado, que as significações dos textos, quaisquer que sejam, são constituídas, diferencialmente, pelas leituras que se apoderam deles. Daí, uma dupla consequência. Antes de mais nada, dar a leitura o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora, e não anulá-la no texto lido, como se o sentido desejado por seu autor devesse inscrever-se com toda a imediatez e transparência, sem resistência nem desvio, no espírito de seus leitores. Em seguida, pensar que os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor que indica a justa compreensão de seu texto, mas também pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objetivo explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos de seu tempo” (CHARTIER, 2011, p. 78).

Desse modo, quando o “professor C” elabora uma diversidade de estratégias²³ para utilizar, por exemplo, o Pontos de História da Amazônia, na verdade, o que ele está fazendo é uma releitura desse material, tornando a sua leitura uma ação criadora e produtora de um conhecimento específico, diferente até do conhecimento produzido pela leitura proposta pelos autores da obra original. Mas, principalmente, observamos que:

Contra uma definição puramente semântica do texto, é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura” (CHARTIER, 1991, p. 178).

Nesse sentido, quando os professores envolvidos na pesquisa relatam que fazem seus materiais didáticos de Estudos amazônicos a partir de apostilas, cópias de livros, ou resumos no quadro, a cada ressignificação desse material, um novo sentido, um novo conhecimento é construído.

Então, neste capítulo analisamos alguns materiais didáticos utilizados pelos professores da escola João Paulo II nas aulas de Estudos Amazônicos, bem como os desafios enfrentados pelos docentes no ensino dessa disciplina escolar. Investigar as maneiras como os materiais didáticos foram apropriados e utilizados pelos professores contribuíram bastante para uma melhor compreensão do porquê que esses materiais encontram dificuldades de acesso às salas de aulas das escolas municipais de Ananindeua.

²³ Foi solicitado ao “professor C” um dos tipos de materiais didáticos que ele afirma utilizar (apostila, slide, resumo no quadro, etc), mas não tivemos acesso.

CAPÍTULO 3. BLOG DE ESTUDOS AMAZÔNICOS

Este capítulo tem como objetivo central apresentar a proposição didática e o produto dessa dissertação de mestrado buscando disponibilizar uma possível mediação para amenizar o problema da falta de acesso aos materiais didáticos da disciplina Estudos Amazônicos na EMEF João Paulo II. Nesse caso, a produção de um blog foi escolhida como possível alternativa para o problema acima apontado.

Assim, serão relatadas como avanço da internet e das redes sociais influenciam o ensino de História, como se chegou a opção pelo blog, como ocorreu seu processo de produção e funcionamento, e os resultados alcançados com a utilização do blog. Em alguns momentos desse capítulo, o verbo será utilizado na primeira pessoa, justamente por expressar experiências subjetivas com a utilização do blog, tanto na vida pessoal, quanto na profissional.

3.1. A internet, o ensino de história e a disciplina Estudos Amazônicos

Com a expansão do serviço de internet para as camadas mais populares do Brasil através dos telefones celulares, chamados de smartphones²⁴, a presença das redes sociais, os aplicativos²⁵ e demais ferramentas ficaram cada vez mais presentes no ambiente escolar, transformando as teorias e as metodologias de ensino. O componente curricular História não passou ileso a esta revolução tecnológica:

Dentro do contexto na atual conjuntura do país o ensino de história está vinculado na formação de cidadãos críticos, reflexivos e participativos. Além disso, a sociedade vigora um desenvolvimento tecnológico e isso repercute na elaboração didática que incluem no uso das tecnologias na sala de aula, já que nossos alunos estão inseridos em uma sociedade digital, em que as informações estão acessíveis através da internet. Assim, os professores devem buscar prática de ensino na inclusão digital no âmbito escolar vinculando a internet como forte aliada no ensino e na aprendizagem (SILVA, 2015, p. 5).

Com a internet fazendo parte da vida de nossos discentes dentro e fora do ambiente escolar, se faz necessário que os professores e as professoras também se insiram na sociedade digital. O uso da internet no ensino de Estudos Amazônicos também pode funcionar como uma

²⁴ Celular com conectividade e funcionalidades semelhante às de um computador pessoal, notadamente com um sistema operacional capaz de correr vários aplicativos. Ver <https://dicionario.priberam.org/smartphone> Acesso em 27 mai. 2022.

²⁵ Programa de informática que visa facilitar a realização de uma tarefa no computador. Ver <https://dicionario.priberam.org/aplicativo> Acessado em 27 mai. 2022.

estratégia para romper com ensino tradicional baseado em uma aula expositiva, em que apenas o professor ou a professora acredita que está transferindo conhecimento para turma, através de longas e cansativas narrativas. Nesse sentido, “Dentro dessa perspectiva tecnológica o papel do professor fica ainda mais fundamental, ele tem que dinamizar as abordagens das suas aulas, e deve procurar mecanismo na tecnologia que favoreça o ensino e a aprendizagem” (SILVA, 2015, p. 10). O uso didático da internet, então, pode ser um atrativo a mais para despertar a curiosidade discente para a construção do conhecimento histórico. É papel do professor e da professora transformar esta curiosidade ingênua em uma curiosidade epistemológica (FREIRE, 2021).

Por isso, é importante que o professor e a professora acompanhem e façam parte desse processo educativo marcado pela presença das tecnologias de informação e comunicação. Caso contrário, corre-se o risco de perder prestígio entre seus próprios pares, e, mais do que isso, pode perder espaço no mercado de trabalho. Ter conhecimento sobre os usos dessas tecnologias no ensino passou a ser obrigação para docentes do século 21, quase que uma condição de sobrevivência:

O professor atual não pode ficar na mesmice e retido em um planejamento didático, baseado em uma organização fechada e rígida de conteúdos empacotados, sem observar que a sociedade atual exige muito mais dele, com toda introdução de aparatos tecnológicos. O professor na sociedade da informação ele é mediador, facilitador, e estimulador do conhecimento [...] (SILVA, 2015, p. 8).

Dentro do processo de massificação do serviço de internet ocorre a difusão do uso das redes sociais: Twitter, Facebook, Youtube, Tinder, Instagram, só para ficar entre as mais recentes e populares. São utilizadas para os mais diversos fins, como por exemplo, encontros amorosos, exposição de vídeos, divulgação de notícias, exposição de fotos pessoais. Se no século 19 os jornais eram os palcos para os debates inflamados sobre política, meio de comunicação impresso onde se tomava conhecimento das informações sobre a economia e sobre os eventos culturais do lugar, hoje, tudo é divulgado através das redes sociais, com uma diferença, todos podem ser “jornalistas” de suas próprias notícias. Esta condição revolucionou o mundo. As redes sociais passaram a ser espaços para tratarem de assuntos diversos, e por pessoas que apresentam pensamentos diferentes. Publicar a sua opinião nunca foi tão acessível, tudo está a um “clique”.

O uso das redes sociais não demorou a chegar para a área da educação e especificamente para a pesquisa e ensino de história. Elas atuam como verdadeiros laboratórios da sociedade, dessa forma:

Para o historiador, as redes sociais na internet são valiosas de várias formas. Em primeiro lugar, elas são fontes de pesquisa histórica totalmente inovadoras. Uma espécie de “documento virtual”. Não é difícil entender isso. Grande parte das manifestações sociais e políticas na atualidade, por exemplo, antes de chegarem às ruas, passam por redes como o Twitter, o facebook, o Youtube ou o Orkut. É nesses espaços, em grande medida, que acontece o engajamento social nos dias de hoje, além de serem essas redes lugares privilegiados para a formação da opinião pública [...] (CARVALHO, 2014, p. 173).

Mas os impactos das redes sociais no ensino de história vão muito além das questões das fontes. Elas transformaram a maneira de ensinar, pesquisar e divulgar a História (CARVALHO, 2014). Hoje você encontra diversas plataformas que tratam de temas sobre História, várias universidades oferecendo cursos on-line, arquivos com fontes totalmente digitalizadas, proporcionando condições plenas para se realizar uma pesquisa histórica sem sair do conforto de sua residência.

A revolução tecnológica provocou o ressurgimento de um campo da História: a História Pública²⁶. A popularização do blog também pode ser inserida nesse debate. Aliás, não apenas da história pública, mas da informação como um todo, uma vez que ele possibilita a qualquer pessoa, um espaço de publicação de suas ideias, retirando dos grandes veículos de comunicação, o monopólio que tradicionalmente tinham sobre o processo de divulgação de informações e conhecimentos. Dessa forma:

Caracterizando-se por ser uma área destinada à formação de opinião, o uso dos blogs inicialmente por profissionais não vinculados diretamente às empresas tradicionalmente constituídas ampliou a discussão sobre a legitimidade dos discursos cristalizados, questionando a hegemonia ideológica de determinados veículos tradicionais. Por outro lado, mesmo iniciativas reconhecidas na área passaram a investir nestas vias de abordagem, procurando manter a relação com seu público alvo. Os blogs surgiram como formas mais diretas, simplificadas na relação com o leitor e o ouvinte (OLIVEIRA; MUCELIN, 2017, p. 227).

Com a consolidação das mídias sociais nas relações humanas, a história pública se reorganizou a partir de novos questionamentos e novas reflexões a respeito da divulgação do conhecimento histórico:

Aliando pesquisa, ensino, extensão, divulgação e engajamentos sócio-políticos na produção de websites, blogs, podcasts, aplicativos para celular, circuitos de visitação

²⁶ A História Pública foi um campo da História que surgiu na Europa, a partir da 2ª metade do século 20, e tratava do uso público da História para fins políticos-ideológicos em busca de justiça social. Os EUA, a partir de um novo uso, confere à História Pública uma outra função: trazer para a sociedade em geral e para as mídias sociais, os conhecimentos históricos e os debates antes restritos aos muros das universidades (ALMEIDA E ROVAI, 2013).

(turismo histórico) a partir de mapas interativos: para além dos filmes, série e documentários disponíveis nessas plataformas digitais (ALMEIDA, 2016, p. 109).

A expansão das redes sociais, como vimos acima, e a consolidação da História Pública, ampliou um importante debate que incomoda bastante os pesquisadores em História: tratar da História, para além dos prédios universitários e escolares, deve ser tarefa apenas de historiadores e professores de história? Esta pergunta não é para ser respondida nesse momento, mas vale como provocação. O fato é que a História está cada vez mais presente na sociedade, seja através de sites, blogs, podcasts, serviços de streaming, filmes, séries, etc, e o modo como nos posicionamos frente a tudo isso definirão os efeitos dessa revolução tecnológica para o ensino de História e Estudos Amazônicos.

Ao professor e a professora cabe elaborar a melhor estratégia para inserir as redes sociais em suas aulas de História e Estudos Amazônicos. É melhor tê-las como aliadas do que como adversárias, pois, para a sociedade do século 21, as mídias sociais são tão necessárias quanto o ar que se respira. Sobre o impacto das redes sociais no trabalho do historiador e da historiadora:

O ofício do historiador não sofreu nenhum abalo estrutural por conta das novas tecnologias. E nem corre o risco de extinguir-se. Nada perto disso. Por outro lado, parece ponto pacífico inferir que, por conta das novas possibilidades oferecidas pelas tecnologias, a atuação do historiador está passando por uma transformação significativa. É preciso entender esse momento. A universidade, nesse sentido, possui mais uma vez papel fundamental. É fundamental que os cursos de história, por exemplo, ofereçam disciplinas, eletivas ou obrigatórias, voltadas para a divulgação científica, história digital ou história pública. Essas disciplinas são hoje essenciais para se pensar, dentro do curso de história, a elaboração de projetos, princípios de administração, noções de design gráfico (principalmente, o chamado o design thinking), mídias sociais, programação, internet e comunicação social de uma forma geral (CARVALHO, 2014, p. 184).

Seria importante que, a formação do professor e da professora de História e Estudos Amazônicos, desde a graduação, contemplasse os requisitos básicos para sua atuação na sociedade tecnológica. Entretanto, sabe-se que isso ainda não ocorre. Os cursos universitários de licenciaturas ainda apresentam grades curriculares bastantes deficientes quando nos referimos às tecnologias de informação e comunicação. Assim, deve-se buscar essa formação digital de maneira independente, a todo custo, caso contrário, os professores e as professoras não terão mais como atuarem no espaço escolar, cada vez mais conectado à internet, às redes sociais e suas ferramentas.

3.2. Das redes sociais, a potência do blog

A seguir, busca-se elencar os principais fatores que levaram a escolha da produção do blog como produto dessa pesquisa de dissertação de Mestrado. Destacam-se quatro razões fundamentais: a facilidade para a sua produção e operacionalização; a sua diversidade de uso na área educacional (edublogs); minha experiência e curiosidade como usuário e administrador de um blog. E, claro, o uso do blog enquanto recurso pedagógico para reduzir a falta de acesso aos materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos.

Desde seu surgimento, finais dos anos 90 e início dos anos 2000, o blog passou por uma série de evoluções nas suas funções, de modo que, estabelecer um conceito fechado passou a ser uma tarefa cada vez mais difícil:

Um blog pode ser para o seu autor um simples arquivo de links úteis enriquecido com comentários ou descrições do seu teor. Pode também constituir um registro digital das reflexões e/ou emoções do seu autor ou apresentar-se com um espaço de troca de ideias e confronto de perspectivas, procurando o escrutínio público e incentivando a participação' dos "bloggers" que o visitam (GOMES, 2005, p. 312).

Dentro do universo das mídias sociais, o blog se destaca pela facilidade com que pode ser produzido e utilizado no meio digital. Mesmo com a popularização de outras redes sociais, o blog não perdeu a capacidade de conquistar novos adeptos e de preservar seus antigos usuários. Com o passar dos anos, os blogs foram ganhando novas configurações, novas características, entretanto, mantiveram sua originalidade:

Os blogs – uma contração em inglês de web (rede) e log (diário de bordo) – são websites com postagens de textos, imagens, áudios, weblinks, etc, que são organizados geralmente de forma cronológica inversa, ou seja, com atualizações mais recentes aparecendo no topo da página. Eles existem desde o final dos anos 1990, mas se tornaram populares no Brasil a partir dos anos 2000. A maior parte dos blogs possui uma caixa de comentários para a interação com os leitores e são vinculados a uma ou várias temáticas (SARAIVA, 2020, p. 254).

Esta originalidade e a simplicidade com que pode ser mobilizado faz do blog uma mídia social que dificilmente deixará de ter seus usuários e seus leitores. Não importa se são de temáticas diversas ou específicas, suas postagens sempre encontrarão internautas interessados em seus textos, em seus vídeos, em suas imagens, uma vez que:

O sucesso dos blogs está muito provavelmente associado ao fato destes constituírem espaços de publicação na web, facilmente utilizáveis por internautas sem conhecimentos de construção de websites, e frequentemente sem custos para seus

criadores existindo sites que disponibilizam sistemas de criação, gestão e alojamento gratuitos de weblogs (GOMES, 2005, p. 312).

A possibilidade de comentar sobre o que foi produzido, aproxima os visitantes do autor do blog. Esta interação faz com que o tema ali discutido produza um conhecimento coletivo e colaborativo como não ocorre em nenhuma outra rede social. Tais características foram fundamentais para a escolha do blog como parte propositiva e produto desse trabalho.

Do ponto de vista educacional, o blog é tanto um recurso quanto uma estratégia de intervenção pedagógica (GOMES, 2005). Isso ajuda a explicar porque os blogs se expandiram rapidamente na blogosfera, espaço virtual dos blogues, chegando a constituírem uma categoria a parte, os “edublogs”. Assim:

Há blogs criados e dinamizados por professores ou alunos individuais, há blogs de autoria coletiva, de professores e alunos, há blogs focalizados em temáticas de disciplinas específicas e outras que procuram alcançar uma dimensão transdisciplinar. Há blogs que se constituem como portfólios digitais do trabalho escolar realizado e blogs que funcionam como espaço de representação e presença na web de escolas, departamentos ou associações de estudantes. O leque de explorações e o número de professores é cada vez mais transversal aos diferentes níveis de ensino, do pré-escolar ao ensino superior (GOMES, 2005, p. 311).

Nesse sentido, as possibilidades diversas de utilização do blog no espaço escolar, atraíram milhares de pessoas para este segmento social da educação, para se tornarem usuários dessa rede. Por isso, “Ao nível mundial o fenômeno dos “blogs educativos” constitui já, não só uma prática de intervenção pedagógica, mas, também, um domínio de estudo de investigação” (GOMES, 2005, p. 311).

Outro fator importante que levou a opção pelo blog foi a experiência de já ter sido um “blogueiro”. Assim passou a ser chamada a pessoa que possuía um blog. Ser um blogueiro é desenvolver uma atividade que mistura o pessoal, o prático e o profissional (OLIVEIRA; MUCELIN, 2017). No ano de 2009 elaboramos o blog “História, Educação e Cultura” com a finalidade de publicar textos autorais e opiniões pessoais sobre determinados temas históricos ou do dia a dia. Passamos alguns anos, de 2009 a 2012, alimentando o blog com conteúdo de história e rapidamente passamos a compor uma rede significativa de informações com outros blogs de história e atraímos centenas de visitantes à página na internet. Enquanto ficou ativo, o blog “História, Educação e Cultura” ultrapassou a marca dos 100 seguidores, além de ter conseguido desenvolver um ambiente virtual de construção coletiva do conhecimento histórico, funcionando também como um espaço de divulgação da pesquisa histórica.

Fazendo uma análise sobre o que representou o blog “História, Educação e Cultura” para seu autor, naquele momento, fica muito clara a ideia de que o blog funcionou como uma resposta à necessidade de produzir conteúdo variado de história, pois o ano de 2009 era o nosso primeiro como graduado em História, ou seja, naquele momento existia um jovem historiador buscando a todo custo um espaço onde pudesse tornar público debates que havia presenciado na universidade, textos sobre conteúdos de História, dicas de livros e filmes, até temas do dia a dia que estavam sendo discutidos na primeira década dos anos 2000.

Foi uma experiência bastante significativa, tanto no lado pessoal, quanto no campo profissional, pois, com o passar do tempo, observou-se o despertar do interesse de várias pessoas, que passaram a visitar o site. A troca de comentários, o contato com outros blogs e a vinda de seguidores, mostrou como esta rede social tem um grande potencial.

Por último, a escolha do blog se deu pela crença de que, o uso dessa mídia social, quando bem definido o seu perfil, contribui para a redução do problema da falta de acesso de docentes da EMEF João Paulo II aos materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos, no município de Ananindeua. Assim, a utilização do blog como recurso pedagógico potencializaria o processo de ensino-aprendizagem da disciplina em questão.

3.3. O perfil do blog

Antes de tudo, é importante dizer que, definir o perfil de um blog não significa moldá-lo rigidamente à ponto de sua existência ficar condicionada apenas naquele formato pré-determinado. Aliás, já destacamos as inúmeras transformações e adequações que o blog vem sofrendo ao longo dos anos, até mesmo como uma estratégia para continuar atraindo usuários. A seguir, traçaremos o perfil de nosso blog, mas sabendo que suas possibilidades de uso podem ser diversificadas conforme os objetivos planejados por seus administradores ou conforme as demandas de seus visitantes.

O blog foi batizado com o nome “Estudos Amazônicos no espaço escolar”, cujo endereço na web é “<https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/>”. O serviço de hospedagem do blog, a Blogger, pertence à Google²⁷:

²⁷ A Google é uma empresa multinacional americana de serviços online e software. Ver <https://www.significados.com.br/?s=google>. Acesso em 11 de set de 2022.

A empresa Blogger foi a pioneira ao automatizar o processo de construção e publicação, pela utilização de uma interface simples, que possibilitava ao usuário comum, de forma criativa, desenvolver seu próprio blog gratuitamente. Por conseguinte, o sistema dos blogs ampliou-se e, especialmente, popularizou-se rapidamente (OLIVEIRA; MUCELIN, 2017, p. 226)

O blog é um serviço gratuito e a única exigência para ter acesso a ele, é possuir uma conta de e-mail no Google. Para criar o blog, é necessária uma URL (Uniform Resource Locator), que nada mais é que o endereço do blog na web, e um nome. Os especialistas indicam criar uma URL com o tema parecido com o nome do blog:

Quanto à força do nome do blog, assim que o cadastramos no serviço blogger, por exemplo, ele já nos mostra se esse nome pode ser registrado, ou se já existe nome idêntico na web. Portanto, na hora de criar a identidade do seu blog, é relevante ter um segundo ou terceiro nome já anotado para não perder tempo na definição do mesmo (ZIMMER, PICONEZ, 2016, p. 5).

Como o próprio nome sugere “Estudos amazônicos no espaço escolar” é um blog estreitamente ligado ao contexto escolar, o que faz dele um “edublog”. Os “edublogs” podem ser utilizados como recurso pedagógico e estratégia pedagógica. O blog enquanto recurso pedagógico “centra-se essencialmente na possibilidade de proporcionar aos alunos formas adicionais de acesso à informação que se pressupõe atualizada e relevante” (GOMES E LOPES, 2007, p. 123). Já a utilização do blog enquanto estratégia pedagógica está mais relacionado às atividades internas da escola, à criação de um portfólio digital, à espaços de debates e colaboração (SILVA, 2012).

O blog “Estudos Amazônicos no espaço escolar” nasceu com a finalidade de funcionar como recurso pedagógico, uma vez que a sua intenção é proporcionar a docentes e discentes informações específicas a respeito do componente curricular Estudos Amazônicos através da possibilidade de acesso à materiais didáticos da disciplina em questão. A seguir, listam-se as principais maneiras de utilização desse blog, tanto como recurso pedagógico quanto estratégia pedagógica:

O blog enquanto recurso pode ser utilizado como espaço de disponibilização de informação. Nessa estratégia de utilização, o professor e a professora se tornam fundamentais para a gestão e funcionamento do blog, pois são eles que definem quais tipos de informações serão postadas, através de quais tipos de materiais essas informações serão transmitidas, como podemos ver a seguir:

Neste tipo de abordagem, é o próprio professor que cria e dinamiza um blog no qual disponibiliza informação que considera de interesse para os seus alunos. O professor

vai mantendo atualizado o blog procurando acompanhar a abordagem de conteúdos nas suas aulas com a disponibilização de materiais – pequenos textos e comentários pessoais, estabelecimento de ligações a sites relevantes devidamente analisados e até comentados sucintamente pelo professor, referências a notícias da atualidade que se relacionem com o conteúdo abordados nas aulas, etc (GOMES, 2005, p. 313).

Também a partir dessa estratégia, o professor e a professora podem despertar em seu público discente a prática da pesquisa: “Uma das vantagens desta prática é não só disponibilizar aos alunos mais uma fonte de recursos a utilizar nos seus estudos, mas fazê-lo procurando incentivar uma prática de consulta (e estudo) continuada, ao invés do estudar antes do teste” (GOMES, 2005, p. 313). Inclusive, uma das formas de estimular a visita desses educandos ao blog, seria garantindo o acesso dessas pessoas à internet, se necessário fosse. Agora, atenção, nessa maneira de utilizar o blog, “se o professor não planejar o conteúdo e desconhecer as possibilidades que a ferramenta oferece o trabalho desenvolvido por ele pode não ser satisfatório” (SILVA, 2012, p.6).

O blog “Estudos Amazônicos no espaço escolar”, ao ser utilizado como recurso pedagógico também pode funcionar como arquivo on-line, aonde “o professor cria um espaço para organizar todo o material que irá utilizar durante o semestre para os alunos e pais acompanharem o desenvolvimento das aulas” (SILVA, 2012, p. 7). Nesse sentido, essa forma de uso do blog é a que supre de forma mais imediata o problema da falta de acesso aos materiais didáticos de Estudos Amazônicos, pois podemos disponibilizar aos visitantes, apostilas de objetos de conhecimentos que o professor ou a professora irão trabalhar ao longo semestre.

Embora não seja o perfil do “Estudos Amazônicos no espaço escolar” funcionar como um blog de intervenção pedagógica²⁸, porém, colocaremos a seguir algumas possibilidades de uso dessa ferramenta quando utilizada a partir dessa estratégia: promover o debate em seu espaço virtual. Estimular nossos alunos e alunas a defenderem suas ideias é pedagogicamente promissor, uma vez que:

Este tipo de atividade tem grande potencial educativo, não só pela necessidade de desenvolver competências de pesquisa de informação e de domínio da comunicação escrita mas também pode contribuir para o desenvolvimento de um espírito de maior tolerância e abertura a pontos de vistas diferentes (GOMES, 2005, p. 315).

²⁸ Quando indicamos as classificações dos perfis de um blog é para demonstrar que estamos em conformidade com a bibliografia aqui apresentada. Mas somos conscientes que os dois perfis acabam se relacionando. No caso de “Estudos Amazônicos no espaço escolar”, um blog com a finalidade para ser utilizado como recurso pedagógico, mas sabemos que, ao pensar esse blog para mediar e amenizar o problema da falta de acesso aos materiais didáticos de Estudos Amazônicos, este fato, já o torna um blog também de intervenção.

Fazer do blog um espaço de debate, ao mesmo tempo que é promissor, é também bastante desafiador. Professores e professoras devem ficar muito atentas no processo de mediação desses comentários produzidos pela turma, para que não ultrapasse o limite do respeito. Nesse sentido, quem administra o blog deve ser bastante cauteloso na filtragem dos comentários que possam surgir, não admitindo qualquer fala depreciativa ao próximo.

Outra estratégia pedagógica de uso do blog é como espaço de integração. Um aluno que, por algum motivo, tenha que se ausentar por um tempo longo de sua escola, pode ter o blog como uma maneira de manter o vínculo com sua turma, o que, do ponto de vista pedagógico, é bastante importante. Esse distanciamento físico da escola foi muito sentido na pandemia de SARS-COV-2 (coronavírus da Síndrome respiratória aguda 2) iniciada em março de 2020:

Esse cenário levou à transposição de atividades físicas para remotas, de forma emergencial e não planejada. O que era para ser efêmero, tornou-se definitivo. Na vacância de uma coordenação nacional, os estados brasileiros estabeleceram diferentes critérios de severidade em relação às normativas de contenção da pandemia, de acordo com as nuances regionais, ideologias políticas e relações de poder (CAIMI, MISTURA, MELLO, 2021, p. 10).

De uma hora para outra, as escolas brasileiras se viram obrigadas a substituir o ensino presencial pelo virtual. Nesse processo, as escolas públicas foram as que mais foram impactadas pelas mudanças geradas pelo contexto pandêmico, gerando perdas como elevados índices de abandono escolar, que demorarão alguns anos para serem reparadas:

Desse contexto pode-se salientar, dentre outros pontos, o desconforto gerado por novas formas e relações de trabalho que intensificaram a precarização e o adoecimento docente; as dificuldades de crianças e jovens que foram privados de socialização, seguramente uma das funções mais importantes da escola; o escancaramento das desigualdades de acesso aos recursos tecnológicos, assim como a exclusão e a ausência do letramento digital de estudantes e professores, em muitos casos (CAIMI, MISTURA, MELLO, 2021, p. 18).

Assim como toda a estrutura da educação escolar brasileira, as aulas dos componentes curriculares História e Estudos Amazônicos, também sentiram o efeito da pandemia de COVID-19. Para docentes que desenvolvem seus trabalhos buscando a formação do pensamento histórico de maneira dialógica, valorizando a vivência de seus discentes no momento de trabalhar com o objeto de conhecimento histórico, a relação professor-aluno, na forma presencial, faz bastante falta, como pode se notar a seguir:

Se, ao contrário, entendemos que a finalidade é pensar historicamente, concebendo a disciplina História como um saber elaborado em torno de hipóteses, perguntas,

debates historiográficos, cujo o papel é dotar os estudantes de instrumentos de análise, compreensão e interpretação para construir sua própria representação do passado e coloca-la a serviço da cidadania democrática, então a interação viva e potente entre os sujeitos parece ser fundamental. Neste caso, se perde muito com a interdição da aula presencial e também com a ausência de interação virtual de qualidade (CAIMI, MISTURA, MELLO, 2021, p. 21).

Diante de todas as dificuldades, aqui apontadas, pelo atual contexto pandêmico na educação, e ainda que pese, como um desses problemas, a desigualdade ao acesso de recursos tecnológicos, o blog ainda é uma alternativa, não apenas para ter acesso aos materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos, mas também pode funcionar como um forte elo de vínculo entre professores, alunos e escolas, que desde o início da pandemia de COVID-19, vem sofrendo bastante com índices cada vez maiores de abandono escolar.

Assim, reafirmamos o perfil do “Estudos Amazônicos no espaço escolar” como um blog a ser utilizado predominantemente como recurso pedagógico. Nossa intenção é fazer desse espaço um lugar onde docentes e discentes possam acessar os materiais didáticos presentes nele, sem grandes complicações. Caso queiram interagir, serão contemplados, entretanto, o objetivo principal é fazer os materiais didáticos serem acessados e contribuïrem para o processo de ensino-aprendizagem do componente curricular Estudos Amazônicos.

3.4. Blog Estudos Amazônicos no espaço escolar: entre postagens e desafios

Neste momento do trabalho, busca-se tornar o leitor mais próximo do dia-a-dia da produção do blog enquanto produto pedagógico dessa pesquisa de mestrado, relatando e analisando como foi o processo de elaboração e publicação de cada postagem do “Estudos Amazônicos no espaço escolar”. Também vamos analisar os números de cada post, utilizando os dados da própria empresa que nos forneceu o domínio do blog, a Blogger.

É importante destacar que, no início do processo de produção, a ideia era vincular o blog a uma turma específica²⁹ de um professor da EMEF João Paulo II, que gentilmente aceitou participar como professor colaborador. Ele, então, informou que constrói seu planejamento anual tendo como referência principal o 2º volume da coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos³⁰, da editora Estudos Amazônicos. O livro conta com a participação de Mauro

²⁹ A partir de março de 2022 expandimos o acesso ao blog para docentes e discentes de outras Redes de ensino divulgando o endereço eletrônico do blog através de grupos do aplicativo whatsapp.

³⁰ Sobre a coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos, seu 2º volume e seus autores e autoras, ver o 2º capítulo dessa dissertação.

Cezar Coelho; Amélia Bemerguy; Luana Bagarrão Guedes, que escrevem a parte de História. Para a parte de Geografia, Márcia Aparecida da Silva Pimentel assina como autora.

Para o 1º bimestre, o professor colaborador informou que trabalha a primeira unidade do 2º volume da coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos, cujo o tema é “Extrativismo e Agricultura na Amazônia Colonial”. A unidade, por sua vez, é dividida em quatro capítulos: 1) Para que servem as colônias?; 2) Para administrar a Amazônia: um novo Estado; 3) Extrativismo na Amazônia; 4) Agricultura na Amazônia.

Dessa forma, o blog “Estudos Amazônicos no espaço escolar” nasceu no dia 22/02/22, com o perfil de recurso pedagógico, cujo o objetivo era funcionar como um espaço virtual, onde tanto docentes quanto discentes, pudessem encontrar os materiais didáticos do componente curricular em questão. Sua primeira postagem tinha como título “Nasce o Estado do Maranhão (1621)”.

A imagem abaixo é a página inicial do blog a poucos dias de completar um mês de existência:

Figura 8 - Imagem da página inicial do blog “Estudos Amazônicos no espaço escolar”

The image shows the homepage of the blog "Estudos Amazônicos no espaço escolar". The page has a yellow header with the title "Estudos Amazônicos no espaço escolar." and a subtitle: "O perfil deste blog é o de ser utilizado enquanto recurso pedagógico, oferecendo um espaço de disponibilização de materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos, tanto para professores (as) quanto para alunos (as)."

The main content area is divided into three posts:

- segunda-feira, 14 de março de 2022**
AGRICULTURA NA AMAZÔNIA COLONIAL
Olá, professores(as) e alunos(as), a nossa apostila sobre **Agricultura na Amazônia Colonial** ficou pronta, basta clicar [Aqui](#) . Ajude a fortalecer nosso blog de Estudos Amazônicos utilizando nossos materiais e deixando seus comentários, etc.
- segunda-feira, 7 de março de 2022**
EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA COLONIAL
Para acessar a apostila basta clicar [Aqui](#)
- segunda-feira, 28 de fevereiro de 2022**
A OBRA DE ARTE DE THEODORO BRAGA

The third post features a video player with the title "A fundação de Belém" and a play button. Below the video, it says: "Olá! Você já conhecia a tela de Theodoro Braga? Observe que, embora ela trate de um cenário relacionado ao período colonial da Amazônia, entretanto, é uma obra de 1908, ou seja, muito tempo depois da cena representada. E você? O que achou da tela? Deixe um pequeno comentário sobre esta obra de arte!!!"

On the right side of the page, there is a sidebar with the following sections:

- Total de visualizações de página**: 1 5 6 5
- LINKS INTERESSANTES**:
 - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
 - ARTIGO ANPUH
 - Café História
 - Editora Estudos Amazônicos
 - Editora Paka-tata
- Pesquisar este blog**: Search bar with "Pesquisar" button.
- Quem sou eu**: Profile picture and name: Prof. Leonardo Oliveira (autor) / Prof. Marcelo André (colaborador). Link: Ver meu perfil completo.
- Denunciar abuso**: Button.
- Arquivo do blog**:
 - 2022 (11)
 - maí 2022 (2)
 - maí 24 (1)
 - POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA
 - maí 09 (1)
 - abr 2022 (3)
 - mar 2022 (4)
 - fev 2022 (2)

Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/>

1º postagem: “nasce o estado do Maranhão”

O post (ver figura 9), de 22/02/2022, era constituído de um pequeno texto sobre o tema, um mapa (que não tinha no capítulo 2 da obra referência utilizada pelo professor), ou seja, era um recurso novo, e uma atividade composta por perguntas simples e diretas a respeito do texto da postagem, buscando interagir com os alunos e alunas da turma.

Figura 9 - Imagem da postagem 1

terça-feira, 22 de fevereiro de 2022

NASCE O ESTADO DO MARANHÃO (1621)

Aprendemos nas aulas anteriores do prof. Marcelo que a **relação metrópole x colônia** era movida pela necessidade da segunda gerar riqueza à primeira. **No caso da Amazônia, essa riqueza era gerada a partir do incentivo da produção de gêneros que pudessem ser comercializados.**

Em virtude da cobiça de outros países europeus sob a Amazônia, Portugal sentiu a necessidade de ocupar a região a partir do século 17. Naquele momento, o território amazônico era chamado de "Marañon" e abrangia o que conhecemos hoje como Amazônia Legal mais o atual Estado do Ceará e Piauí.

Ocupar a região amazônica não seria tarefa das mais fáceis: **a principal dificuldade era que ela ficava bastante distante da cidade de Salvador** (capital administrativa da colônia brasileira). Inclusive, muitos navios naufragavam tentando se deslocar da Amazônia para a capital do Brasil. Como, então, colonizar e ocupar a região amazônica?!

A solução encontrada pela coroa portuguesa foi dividir a Colônia brasileira em dois estados: O Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, este criado oficialmente em 1621, conforme podemos observar no mapa abaixo:

Assim, cada Estado criaria sua estrutura administrativa própria. Caberia a Portugal inserir o Estado do Maranhão na lógica colonial. Como isso vai ocorrer? veremos nas próximas aulas!!! **Não esqueça de esclarecer suas dúvidas ou deixar a sua participação nos comentários, coloque seu nome e a sua turma.** Até o próximo post!!!

Total de visualizações de página: 1651

LINKS INTERESSANTES

- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
- ARTIGO ANPUH
- Café História
- Editora Estudos Amazônicos
- Editora Paka-tata

Pesquisar este blog

• Página inicial

Quem sou eu

Prof. Leonardo Oliveira (autor)
/ Prof. Marcelo André (colaborador)
Ver meu perfil completo

Denunciar abuso

Arquivo do blog

- 2022 (11)
 - maj 2022 (2)
 - abr 2022 (3)
 - mar 2022 (4)
 - fev 2022 (2)
 - fev 28 (1)
 - fev 22 (1)
 - NASCE O ESTADO DO MARANHÃO (1621)

Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/02/nasce-o-estado-do-maranhao-1621.html>

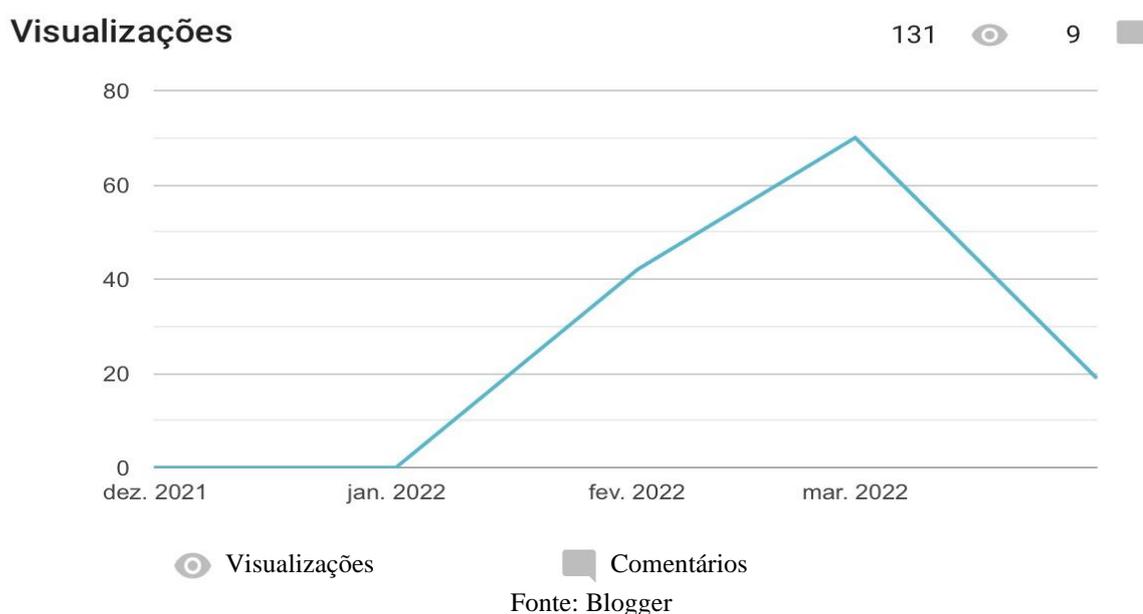
É válido registrar aqui o entusiasmo do professor com o recurso visual do mapa. Segundo ele, trabalhar imagens, iconografias, mapas, tornam as aulas mais interessantes para os alunos e alunas. Ao mesmo tempo, é importante destacar também, que utilizar esses recursos visuais nas aulas presenciais de Estudos Amazônicos é mais difícil por diversos fatores: a cópia do texto que não é de qualidade; a falta de um equipamento de projeção de imagens na escola,

etc. Assim, ter colocado um mapa na postagem, ajudou bastante o professor a explicar um conteúdo importante, no caso a criação do Estado do Maranhão.

Outra informação importante é que, como a escola ainda estava em sistema de revezamento de alunos e alunas em virtude do contexto pandêmico, os grupos de whatsapp das turmas estavam ativos, meio pelo qual os educandos e as educandas tiveram acesso ao blog. O professor repassava o link do blog, e a turma acessava o “Estudos Amazônicos no espaço escolar”.

Até o momento da escrita dessa dissertação, este post alcançou 131 visualizações e 09 comentários, conforme nos mostra o gráfico da Blogger:

Gráfico 1 - Gráfico da 1ª postagem



Observem que o ápice de acesso ocorreu entre as marcas de 60 e 70 visualizações, no mês de março, embora a postagem tenha sido disponibilizada no blog desde fevereiro para o professor colaborador e sua turma de 7º ano. Justificamos esse aumento considerável de visualizações à divulgação do endereço do blog, via grupos de WhatsApp, a outros docentes de Estudos Amazônicos, inclusive, fora da Rede Municipal de Ensino de Ananindeua.

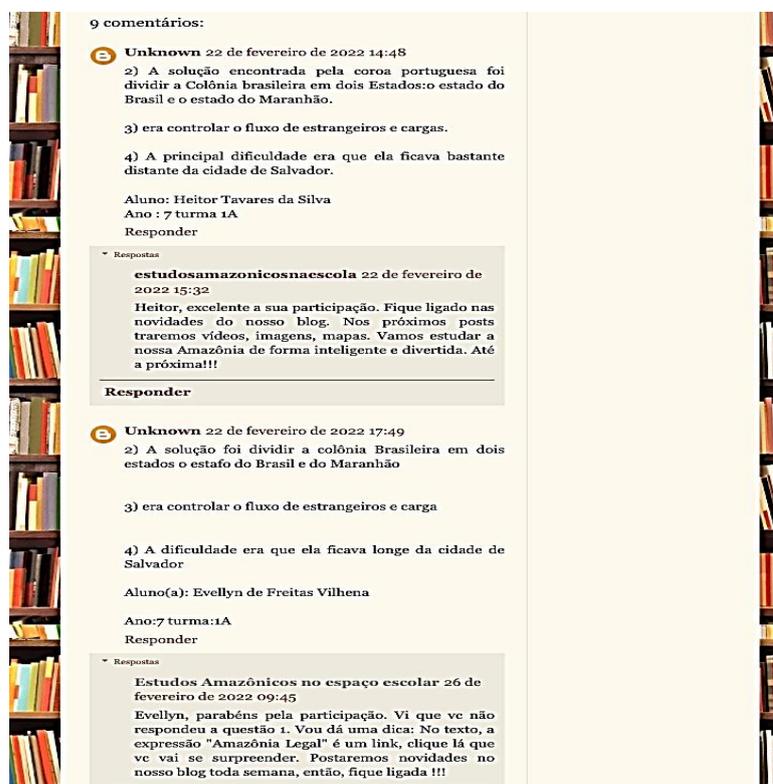
Quando comparamos a quantidade de comentários ao número de visualizações temos a sensação equivocada de ser um número reduzido, mas se levarmos em consideração que o “Estudos Amazônicos no espaço escolar” é um blog com perfil de recurso didático, vamos entender que o seu objetivo principal não é o de promover debates no espaço virtual do blog,

mas sim de possibilitar o acesso à materiais didáticos do componente curricular pesquisado. Mesmo assim, esta publicação foi a que teve mais interação com os visitantes.

Sobre os comentários, como o post possuía uma atividade, a maior parte da interatividade partiu de alunos do professor colaborador, quatro discentes postaram suas respostas e um professor deixou a seguinte mensagem: “Enquanto docente da área de História, saúdo a iniciativa dos colegas de produzirem material voltado aos Estudos Amazônicos, o que é uma antiga e ainda enorme necessidade. Parabéns também pela qualidade do conteúdo”. Infelizmente ele, ou ela, não se identificou. O restante dos comentários foi do próprio blog agradecendo as participações dos visitantes.

Ainda sobre a 1º postagem, serviu de teste, ou seja, sabíamos que não seria perfeita, nem a ideal, mas seria importante para começar a sentir a reação dos visitantes ao blog em si. Por exemplo, através deste 1º post, aprendemos que a atividade pode até vir no próprio texto da postagem, mas as suas respostas devem ser encaminhadas de outra forma. Percebemos isso, pois as respostas dos alunos e alunas do professor colaborador começaram a chegar todas iguais (ver figura 9), ou seja, eles copiavam a resposta do aluno que já havia postado, e enviavam ao blog como sendo suas.

Figura 10 - Comentários da postagem 1



Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/02/nasce-o-estado-do-maranhao-1621.html>

Nesse sentido, a primeira publicação foi importante para começarmos a aprimorar o “Estudos Amazônicos no espaço escolar”, enquanto recurso pedagógico. Os próximos posts tiveram uma variedade de materiais didáticos, como poderemos ver a seguir, e procuramos corrigir as falhas ocorridas na postagem de inauguração.

2º postagem: a obra de arte de Theodoro Braga

Esta postagem (ver figura 11) foi realizada no dia 28 de fevereiro, véspera do longo feriado de carnaval, e consiste na exibição de um curto vídeo do youtube, explicando a obra “A Fundação da Cidade de N. Sra de Belém do Pará (1908)”, de Theodoro Braga. O vídeo é composto por uma narrativa que expõe o contexto histórico da fundação da cidade de Belém, ao mesmo tempo em que nos mostra a intenção do autor, ao produzir a famosa tela.

Figura 11 - Imagem da postagem “A obra de arte de Theodoro Braga”

Estudos Amazônicos no espaço escolar.

O perfil deste blog é o de ser utilizado enquanto recurso pedagógico, oferecendo um espaço de disponibilização de materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos, tanto para professores (as) quanto para alunos (as).

segunda-feira, 28 de fevereiro de 2022

A OBRA DE ARTE DE THEODORO BRAGA

A fundação de Belém

Assistir no YouTube

Olá! Você já conhecia a tela de Theodoro Braga? Observe que, embora ela trate de um cenário relacionado ao período colonial da Amazônia, entretanto, é uma obra de 1908, ou seja, muito tempo depois da cena representada. E você? O que achou da tela? Deixe um pequeno comentário sobre esta obra de arte!!!

at fevereiro 28, 2022

Total de visualizações de página: 1 5 7 6

LINKS INTERESSANTES

- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
- ARTIGO ANPUH
- Café História
- Editora Estudos Amazônicos
- Editora Puka-tatu

Pesquisar este blog

Página inicial

Quem sou eu

Prof. Leonardo Oliveira (autor)
/ Prof. Marcelo André (colaborador)

Ver meu perfil completo

Denunciar abuso

Arquivo do blog

- 2022 (11)
- maí 2022 (2)
- abr 2022 (3)

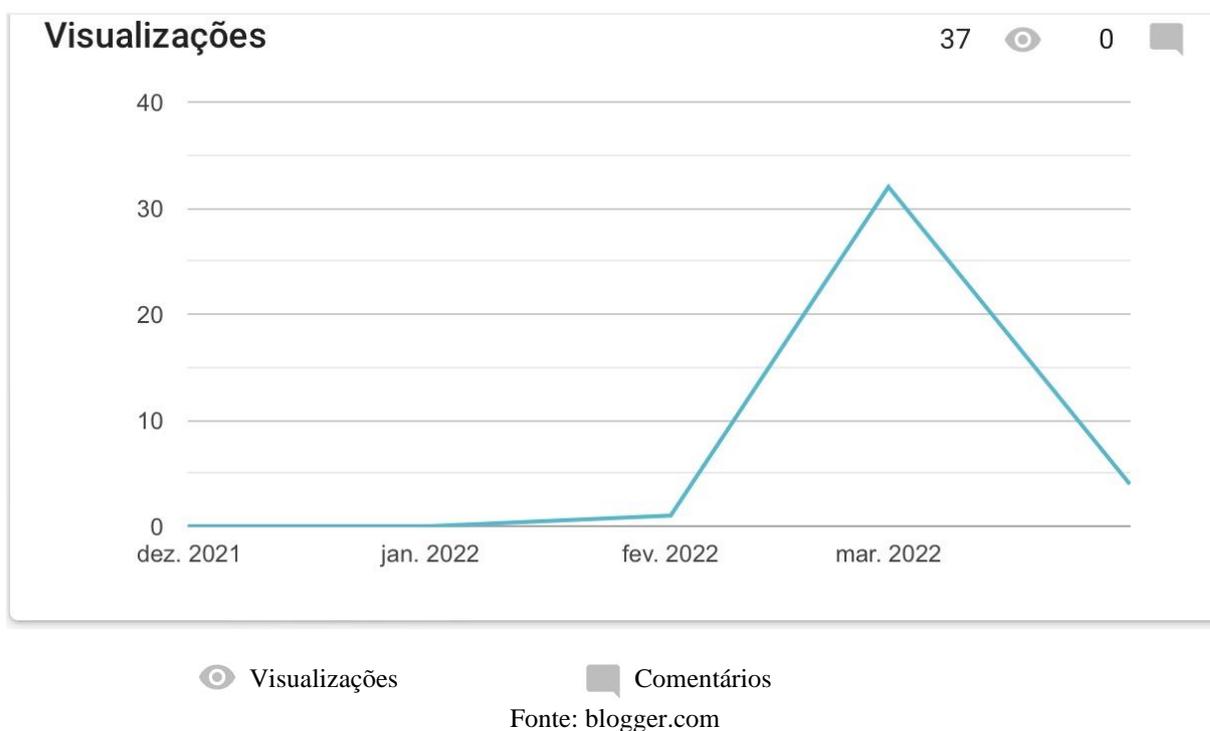
Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/02/regiao-amazonica-e-cidade-de-belem.html>

Se antes, os vídeos eram utilizados nos blogs tão somente para contar fatos ocorridos na vida do blogueiro, hoje o seu uso e de qualquer outra forma de imagem, acabaram incorporando

novas potencialidades, capaz de despertar análises de natureza material, cognitiva, estética e simbólica (BRESCIANO, 2010). Nesse sentido, o uso do vídeo como material didático amplia as possibilidades pedagógicas do professor e da professora, além de proporcionar ao educando e a educanda aulas mais dinâmicas e inovadoras.

Ainda sobre esta postagem, tentamos provocar uma reflexão a respeito do distanciamento temporal entre o contexto histórico da fundação de Belém e o período em que a obra foi produzida. Ficamos curiosos em saber quais seriam os pensamentos dos visitantes, principalmente dos discentes. Entretanto, este post teve uma quantidade de visualizações e comentários reduzidos, quando comparados às outras postagens. Até o momento da escrita do trabalho, ele alcançou 37 visualizações e nenhum comentário. Segundo o gráfico abaixo, o pico de visualizações desta postagem ocorreu no mês seguinte à sua publicação, que ocorreu no final de fevereiro. Acredita-se que a procura reduzida para essa postagem, em comparação com as outras, pode ser explicada pelo feriado prolongado de carnaval, pois, tanto discentes quanto docentes, acabaram viajando para cidades onde o serviço de internet nem sempre está disponível.

Gráfico 2 - Gráfico da 2ª postagem



Outra possibilidade para explicar um acesso menor a esta postagem é que um vídeo, por mais que ele apresente um tempo de duração curto, mesmo assim, consome mais internet, em comparação a qualquer outro tipo de material didático, o que, talvez, faça algumas pessoas que visitam o blog, principalmente àquelas que utilizam dados móveis, a evitarem postagens com vídeos.

Também poderíamos refletir sobre a dificuldade que professores teriam para trabalhar o vídeo através do blog em sala de aula. Isso exigiria acesso à internet na escola, sabemos que tal recurso é muito difícil de ser encontrado em escolas públicas. A caixa de som seria outra barreira a ser superada. Talvez, por isso, a nossa 2ª postagem encontrou algumas limitações, embora, até o momento possua 37 visualizações.

Tentaremos mais vezes produzir postagens com recursos visuais, não apenas vídeos, mas fotografias, gravuras, mapas, etc. Apesar dos desafios físicos e estruturais que tais recursos apresentam, deixar de utilizá-los seria um desperdício para o ensino-aprendizagem do componente curricular Estudos Amazônicos.

3ª postagem: extrativismo na Amazônia Colonial

Esse post foi publicado em 07 de março de 2022 e tinha como objetivo principal fornecer para docentes e discentes um material didático composto por um texto em formato de arquivo PDF³¹, popularmente conhecido como apostila³². Tivemos que aprender todo o processo técnico de salvar o arquivo no Google drive, de copiar o link do arquivo e, finalmente, deixá-lo disponível na página do blog. As etapas técnicas são trabalhosas inicialmente, mas depois que se torna uma prática frequente, tudo acontece de maneira mais rápida e prazerosa.

O material didático disponibilizado era composto pelo resumo do tema “extrativismo na Amazônia Colonial”, priorizando o extrativismo de natureza vegetal. Esta primeira parte (ver figura 12) teve como principal referência bibliográfica o capítulo 3 do 2º volume da coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos³³, coleção esta utilizada pelo professor colaborador, em suas turmas da EMEF João Paulo II.

³¹ A sigla PDF significa Portable Document Format. Tem a função de compartilhar documentos com segurança. Ver <https://www.adobe.com/br/acrobat/about-adobe-pdf.html> Acesso em: 30 mai. 2022.

³² Tipo de impresso ou de caderno que contém a coletânea escrita das aulas, da matéria que nelas será lecionada ou que traz o conteúdo teórico do que deve ser estudado para um concurso, exame. Ver *Dicio – Dicionário Online de Português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/apostila/> Acesso em: 21 mai. 2022.

³³ Para saber mais do 2º volume da coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos, incluindo sua abordagem historiográfica, ver o capítulo 2 dessa dissertação.

Já a segunda parte do material didático é composta por uma atividade. Fizemos questão de incluir exercícios uma vez que, ao longo da pesquisa, o que mais ouvimos como reclamação de professores e professoras de Estudos Amazônicos foi a falta de atividade adequada à realidade da sala de aula, pois a maioria dos livros didáticos e da coleção de paradidáticos que os docentes utilizam, ou não tem atividade, ou elas são questões diretas, ao estilo questionário tradicional.

Assim, buscando atender as observações docentes, organizamos um exercício tanto com questões discursivas, onde discentes teriam que refletir sobre a imagem, quanto questões objetivas, buscando a preparação para as conhecidas provas que “medem”, através de questionáveis meios, os índices de educação de um município, estado ou país.

Figura 12 - Imagem da página 1 da apostila “Extrativismo na Amazônia”

ESCOLA _____
 DISCIPLINA: ESTUDOS AMAZÔNICOS _____
 PROFESSOR (A): _____
 ALUNO (A): _____
 ____ ANO _____

Objeto de Conhecimento: Extrativismo na Amazônia
Habilidade: Analisar as distintas interações das sociedades com a natureza, com base na exploração dos recursos naturais e suas implicações socioeconômicas e ambientais na Amazônia Colonial.

1) EXTRATIVISMO: DEFINIÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO
 No início da colonização da região amazônica, existia uma grande expectativa, por parte dos europeus, do descobrimento de metais preciosos naquele território, o que não ocorreu naquele momento. Para inserir a região na engrenagem do Sistema Colonial, a solução encontrada foram as atividades extrativistas. Mas o que são atividades extrativistas?
 “O extrativismo é a coleta ou a captura de plantas, animais e frutos retirados diretamente da natureza” (BEMERGUY, GUEDES, 2012, p. 17). Se pararmos para pensar, isso ocorre bem antes da chegada de europeus na região. As populações indígenas desenvolveram um estilo de vida bastante específico, mantendo estreitas relações com a extração de recursos naturais.

2) ATIVIDADES EXTRATIVISTAS: COMO OCORRIAM
 Quem pensou que o trabalho era simples, que era apenas entrar na floresta e retirar os produtos, se enganou completamente. Era um trabalho árduo e longo, que durava entre 6 a 8 meses, e dependia intensamente da mão-de-obra indígena, uma vez que eles guiavam as chamadas “canôas do sertão”, subindo o rio Amazonas explorando as margens e as matas próximas. Para explorar os recursos naturais e contar com o trabalho do índio, os colonos deveriam adquirir licença da administração colonial para desenvolver tais atividades. O trabalho indígena, portanto, era fundamental não apenas para executar as tarefas braçais, mas também porque eles tinham o domínio dos conhecimentos necessários a viverem no ecossistema amazônico.

3) MADEIRA E ALIMENTAÇÃO
 Na Amazônia Colonial, a madeira era utilizada em quase tudo, como podemos observar: “As casas, as carroças, e até os fortes militares tinham a madeira como matéria-prima principal.

Essa estrutura era essencial para a fixação dos colonos e para a defesa do território” (BEMERGUY, GUEDES, 2012, p. 17).



Índios extraindo pau-brasil no litoral - séc. 16

Outra atividade extrativista bastante comum eram os produtos voltados para a alimentação: peltex, cacau, andiroba, copaliba, canela, baunilha, salsa, cravo, etc. Alguns desses produtos ficaram conhecidos como drogas do sertão. Lembrando que o termo sertão tinha o sentido de interior do território.

DROGAS DO SERTÃO - produtos extraídos da região Amazônica: cravo, cacau, guaraná, castanha-do-pará, gengibre, urucum, essências para perfumes e medicamentos etc. Eram utilizadas como corantes, aromatizantes ou plantas medicinais → extrativismo.



Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/extratativismo-na-amazonia-colonial.html>

Entre os professores e as professoras, o material didático disponibilizado no blog teve uma grande receptividade, pois permitiu a otimização de sua ocupada rotina de trabalho composta por um número grande de turmas, superlotação de sala de aula, fragmentação de carga

horária em várias escolas, implicando em deslocamentos desgastantes e onerosos. Diante de um contexto sobrecarregado de tarefas e dificuldades vividas pelo professor e pela professora da Educação Básica, ter um espaço, como o blog, para disponibilizar o material didático pronto para ser utilizado em sala de aula, é algo funcional.

Para os discentes, a postagem sobre “extrativismo na Amazônia Colonial” também teve grande aceitação. A simplicidade na forma como ter acesso, bastava “cliquear” na palavra “aqui”, para a apostila aparecer na tela do computador, celular, ou tablet, deram aos alunos um sentimento de autonomia e responsabilidade bastante importantes. O que acabou sendo traduzido em um grande número de visualizações também pela parte discente.

Figura 13 - Imagem da página 2 da apostila “Extrativismo na Amazônia”

VOCÊ SABIA !!!

- Os produtos oriundos das atividades extrativistas atendiam tanto o mercado externo como o interno.
- Produtos como farinha de peixe, manteiga, carne e casco de tartaruga e farinha de mandioca eram bastante consumidos pelos viajantes aqui da Amazônia já que demoravam a estragar.

ATIVIDADE

1 – Observe a imagem abaixo:



Extrativismo na Amazônia de Hoje

A) Descreva a cena.

B) Aprendemos que a extração madeireira é uma atividade presente na Amazônia desde antes da chegada do europeu, se intensificando com a colonização da região, e continuando a existir até os dias de hoje, conforme a imagem nos mostra. Aponte um problema gerado pela forma como ocorre a exploração deste recurso natural hoje.

C) Produza um pequeno texto nos contando uma possível solução para que a exploração madeireira na Amazônia ocorra de maneira sustentável, ou seja, respeitando o meio ambiente. Atenção, seu texto deve conter o mínimo de 05 linhas.

PARTE OBJETIVA

2) As atividades extrativistas na Amazônia Colonial tiveram como força de trabalho principal:

A) a mão-de-obra negra.
B) a mão-de-obra indígena.
C) a mão de obra assalariada.
D) a mão-de-obra dos colonos portugueses.

3) Como vimos, o extrativismo está presente na Amazônia desde antes da chegada dos europeus, chegando até os dias de hoje. Durante a colonização da região amazônica existiam produtos com finalidades medicinais, aromáticas, e até culinárias. Estamos falando das:

A) drogas dos Sertões.
B) cana-de-açúcar.
C) seringueiras.
D) drogas da floresta.

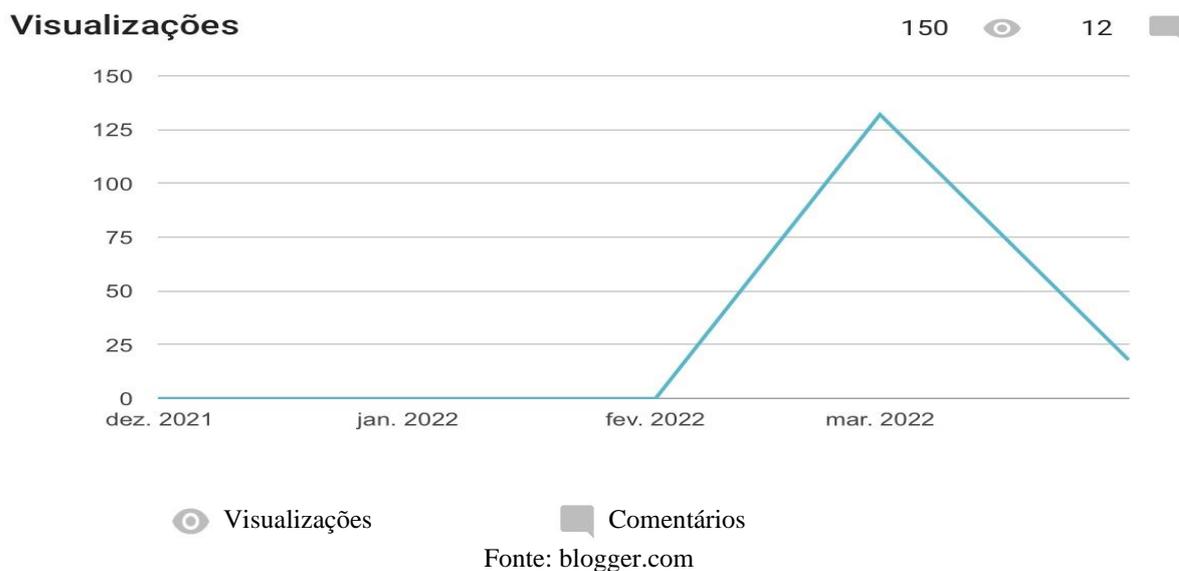
4) Este produto era utilizado na construção de quase tudo na Amazônia Colonial: casas, fortes militares, carroças, etc. Estamos falando de qual produto:

A) drogas dos sertões.
B) drogas da floresta.
C) madeira.
D) ouro.

Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/extrativismo-na-amazonia-colonial.html>

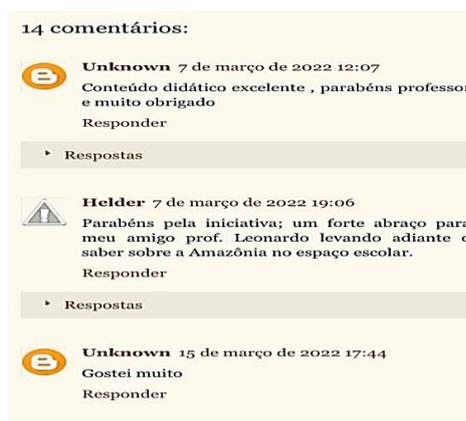
Até o momento da escrita desse texto, essa foi a postagem mais acessada e comentada no blog, com 12 comentários e 150 visualizações, sendo que o auge dos acessos ficou entre as marcas de 125 a 150 visualizações, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Gráfico da 3ª postagem



Quando analisamos o gráfico também notamos que a quantidade de acesso chega ao seu pico de modo mais vertical do que nas anteriores, sugerindo que a publicação foi acessada mais vezes em um espaço menor de tempo. Isso pode ser explicado através de uma divulgação maior do endereço blog, não só pelo seu administrador, mas por visitantes que já passaram por ele e o indicaram para terceiros. Assim, veremos abaixo, exemplos de interação dos visitantes com este post (ver figura 14).

Figura 14 - Imagem dos comentários da postagem 3



Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/extratativismo-na-amazonia-colonial.html>

Dos comentários da figura 14, tivemos duas pessoas anônimas e apenas uma que se identificou, sendo as três mensagens de incentivo a iniciativa do blog, sendo que o primeiro

elogia o material didático de forma mais incisiva. Vamos para apresentação de mais alguns comentários do 3º post (ver figura 15):

Figura 15 - Imagem de comentários da postagem 3

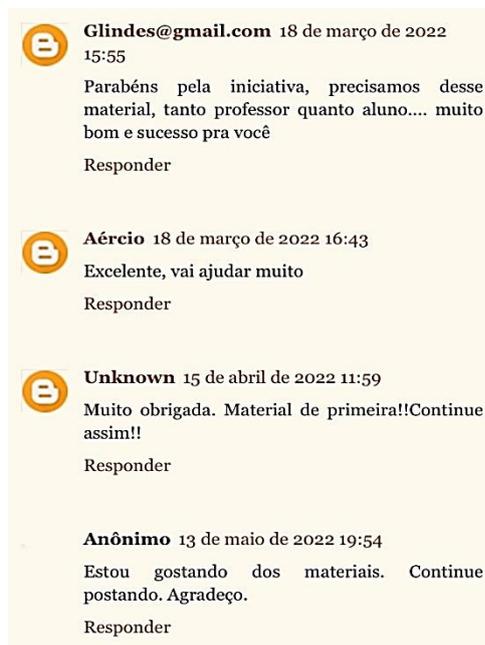


Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/extrativismo-na-amazonia-colonial.html>

Na figura acima, destacamos três comentários: um anônimo e dois que se identificaram. O Maurel, diz que o material está ajudando-o em sala de aula, o que provavelmente indica que ele é professor. Já a Hellen Vitória, além de se identificar, indica também a sua turma, 7º A, o que aponta ser aluna do professor colaborador. Os dois comentários anônimos participaram com mensagens positivas pela iniciativa do blog.

Os próximos comentários (ver figura 16) foram mais diretos no que diz respeito aos elogios ao material didático sobre extrativismo na Amazônia Colonial. Dos quatro registros, dois se identificaram e dois ficaram anônimos: a Glindes alerta para a necessidade de material didático do componente curricular Estudos Amazônicos tanto para docentes quanto para discentes. O Aécio e os outros dois comentários que não se identificaram fizeram elogios ao material didático postado.

Figura 16 - Imagem de comentários da postagem 3



Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/extratativismo-na-amazonia-colonial.html>

Assim, o terceiro post do “Estudos Amazônicos no espaço escolar” atingiu uma marca expressiva de visualização. Foi a primeira vez que organizamos um material didático com um formato pronto para ser utilizado em sala de aula, não no sentido de ter alcançado a perfeição na maneira como os conteúdos foram organizados, mas no aspecto funcional e prático. Essas características estão certamente entre as principais razões para o aumento dos visitantes no blog.

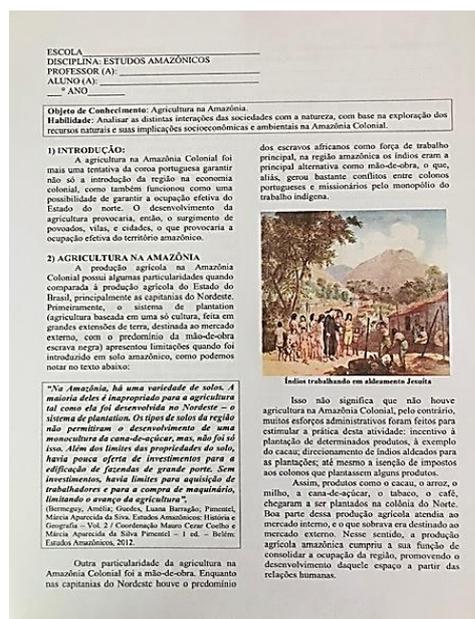
4º postagem: agricultura na Amazônia

Foi publicada no blog em 14/03/2022 e teve como título “Agricultura na Amazônia”. Assim como no post anterior, esta quarta publicação correspondeu à um material didático organizado em texto, aonde o visitante “clica” na palavra “aqui”, em formato de link, e surgia um material, em extensão PDF, pronto para ser impresso e utilizado na aula de Estudos Amazônicos.

Mais uma vez utilizamos como referências bibliográficas duas obras citadas pelos professores envolvidos na pesquisa: o 2º volume da coleção Paradidáticos Estudos Amazônicos e o paradidático Estudos Amazônicos: ensino fundamental, da editora Paka-Tatu. Assim, dividimos o texto em uma parte teórica e uma com atividade. A parte teórica da apostila trabalhou a diferença existente entre a agricultura praticada no Estado do Brasil, principalmente,

as capitanias do Nordeste, através da plantation, e a agricultura praticada no Estado do Maranhão, que pelas particularidades do solo e do clima, foi desenvolvida com outras características³⁴. Destacou-se também os produtos plantados na região amazônica, bem como a importância da mão-de-obra indígena para a produção agrícola na Amazônia.

Figura 17 - Imagem da página 1 da apostila “Agricultura na Amazônia”



Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/agricultura-na-amazonia-colonial.html>

O segundo momento, a atividade, escolhemos a estratégia de trabalhar com a interpretação de texto, já buscando a interdisciplinaridade com elementos da língua portuguesa. O texto selecionado tem o título “A mandioca” e está dentro da obra de Tiese Rodrigues Teixeira Júnior³⁵, intitulada “Estudos Amazônicos: ensino fundamental³⁶”, e trata da importância desse alimento para a culinária paraense. A partir do texto, elaboramos cinco

³⁴ Não que na Amazônia colonial não tivesse ocorrido Plantation, mas aqui este sistema apresentou as suas especificidades. Rafael Chambouleyron, por exemplo, em seu artigo “O plantio do cacau na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)” aponta a existência de sesmarias voltadas para a produção de uma variedade de gêneros, entre eles o cacau, contrariando, dessa forma, a historiografia tradicional, que analisava a exploração do cacau a partir apenas da atividade extrativista.

³⁵ Professor na Faculdade de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESPA). Doutor em Ciências, área interdisciplinar, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA/UFFPA. Ver <https://www.escavador.com/sobre/9348735/tiese-rodrigues-teixeira-jr> Acesso em 30 mai. 2022.

³⁶ Estudos Amazônicos: ensino fundamental é um livro paradidático voltado para os anos finais (6º ao 9º ano). Quanto à sua abordagem historiográfica, no 6º e 7º ano, há o predomínio de uma história social da Amazônia com destaque para os conteúdos de História. A partir do 8º e 9º ano a perspectiva passa a ser da história temática, com os conteúdos da história dialogando mais interdisciplinarmente, principalmente, com a geografia.

perguntas discursivas, das quais três exigiam a habilidade de interpretação de texto e duas estimulavam a pesquisa e, conseqüentemente, a autonomia dos alunos e das alunas.

Figura 18 - Imagem da página 2 da apostila “Agricultura na Amazônia”

ATIVIDADE
Leia o texto abaixo para responder as questões:

A mandioca
A mandioca é um dos mais importantes alimentos dos povos da Amazônia. Ela foi domesticada pelos índios da região e hoje é consumida em vários países. Na mitologia dos povos da região, há um lugar especial para a história de Mani, moça bela de uma tribo indígena que morreu e renasceu em forma de alimento para seu povo.

Nos dias atuais, a mandioca continua representando uma fonte importante de alimento para grande parte da população amazônica. Ao longo de sua história, a mandioca foi produzida em grandes e pequenas plantações. Na culinária paraense, um dos pratos mais conhecidos é a maniçoba, que traz em sua essência a folha da mandioca, o tucupi (líquido extraído do fruto que, após um tratamento adequado, é utilizado também como molho para pratos especiais) e molho de pimenta. A mandioca ainda é consumida cozida e frita.

Mas, o principal alimento feito com ela é a farinha. As variações mais conhecidas de mandiocas no estado do Pará são: a mandioca branca; a mandioca amarela e a macaxeira.

Da tapioca extraída da mandioca, é possível fazer o beiju, farinha de tapioca, doces, sorvetes, bolos, etc. Os métodos de produção domésticos ainda são feitos nos retiros de farinha, em fornos de cobre ou em chapas, de forma bem artesanal. As indústrias produzem-na em grande escala, em geral para o mercado externo.

O método tradicional de fazer a farinha na Amazônia é: coloca-se a mandioca de molho em um tanque, que pode ser de madeira, e após três dias tirase da água, destaca-se e coloca na massira, mistura-se com a mandioca ralada, que não ficou de molho, coloca-se no fitil para tirar o excesso de água, coze-se e levase ao forno. Após passar pelo processo de cozimento, mexe-se com um rodo de madeira até a farinha secar, sendo o devido cuidado com a temperatura do forno, para não queimar o produto.

[LINSING, Tere Rodrigues Teixeira. Estudos amazônicos: revista fundamental. Belém: Paka-Tatu, 2019.]

1 – Qual é o tema principal do texto?

2 – Cite três alimentos da culinária paraense feitos à base de mandioca.

3 – Pesquise na internet sobre a mitologia indígena de MANI e depois nos conte o que você descobriu.

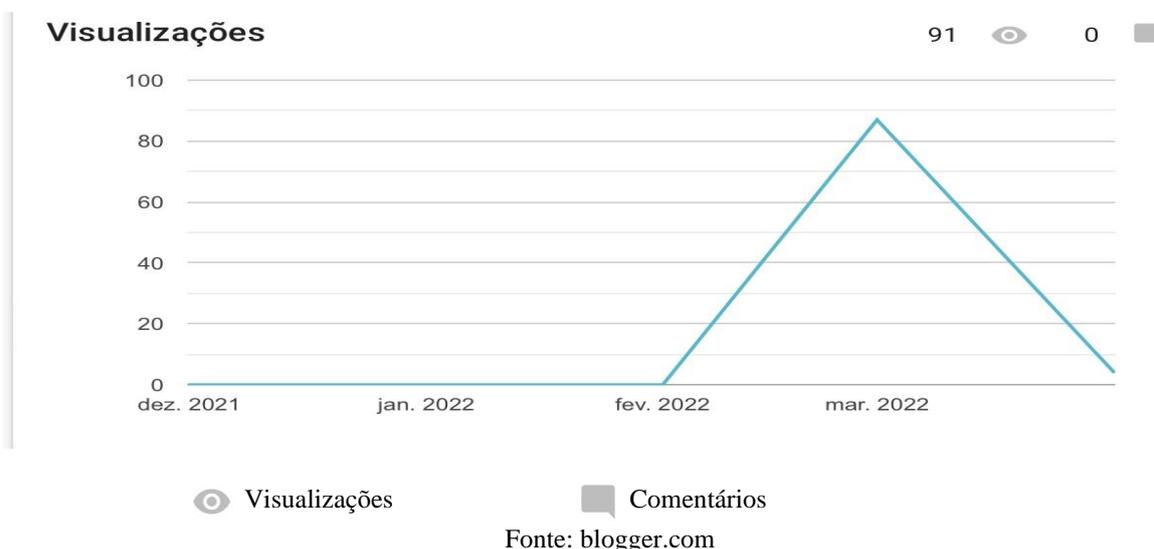
4 – Procure no dicionário o significado da palavra TUPITI.

5 – Segundo o texto, qual é o principal alimento consumido na Amazônia produzido à base de mandioca? Descreva como este alimento é produzido.

Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/agricultura-na-amazonia-colonial.html>

Assim, até a escrita dessa dissertação, a postagem sobre agricultura na Amazônia apresentou o expressivo número de 91 visualizações, com seu pique de acesso entre 80 e 90 visualizações, sendo a terceira publicação mais visitada do blog, alcançando seu ápice de acesso no mês de março. Entretanto, a interação dos visitantes através de comentários foi nenhuma, como podemos ver abaixo:

Gráfico 4 - Gráfico da 4ª postagem



O fato de não existir comentário nesse post não compromete o seu objetivo. Saber que 91 pessoas, entre docentes e discentes tiveram acesso ao material didático postado, aponta que o blog está desempenhando o papel a que se propôs, de ofertar materiais do componente curricular Estudos Amazônicos de modo prático.

5º postagem: trabalhando com a letra da música “índios”

Publicamos este post em 21 de março de 2022 (ver figura 19) e a sua produção foi uma sugestão do professor colaborador, que comunicou a sua vontade de trabalhar uma atividade com a letra da música “índios”, da banda Legião Urbana, associando-a ao objeto de conhecimento “extrativismo na Amazônia Colonial”, que já teve um material didático publicado no blog “Estudos Amazônicos no espaço escolar”, sendo inclusive a postagem mais acessada até o momento.

Figura 19 - Post: Trabalhando com a letra da música “índios”

Estudos Amazônicos no espaço escolar.

O perfil deste blog é o de ser utilizado enquanto recurso pedagógico, oferecendo um espaço de disponibilização de materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos, tanto para professores (as) quanto para alunos (as).

segunda-feira, 21 de março de 2022

TRABALHANDO COM A LETRA DA MÚSICA "ÍNDIOS"

Esta atividade foi sugestão do professor Marcelo André, que atua como professor do componente curricular Estudos Amazônicos, na EMEF João Paulo II, município de Ananindeua-Pa. A postagem é composta por um vídeo, com a letra da música, e uma apostila com uma atividade específica associando a letra da música ao objeto de conhecimento "Extrativismo na Amazônia".

Índios Legião Urbana - Letra (lyrics)

Quem me disse, do mundo
É aplicar o 12,
Lembra o 12, o 12, o 12,
Que a tua vida é um jogo,
É o futuro não é mais como
era antigamente.

ATENÇÃO: para ter acesso a apostila com a atividade basta clicar [AQUI](#)

Total de visualizações de página
1610

LINKS INTERESSANTES

- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
- ARTIGO ANPUH
- Café História
- Editora Estudos Amazônicos
- Editora Paka-tatu

Pesquisar este blog

• Página inicial

Quem sou eu

Prof. Leonardo Oliveira (autor)
/ **Prof. Marcelo André (colaborador)**

Ver meu perfil completo

Denunciar abuso

Arquivo do blog

- ▼ 2022 (11)
- ▶ mai 2022 (2)
- ▶ abr 2022 (3)

A primeira parte da publicação é constituída de um vídeo da plataforma YouTube contendo a letra de uma música e sendo exposta à medida que o áudio da música iria sendo executado. A intenção de se usar o vídeo é de fazer o visitante do blog conhecer a letra e a música em questão antes de acessar a atividade. Para além disso, o vídeo como recurso didático é um atrativo a mais para tornar o processo pedagógico mais criativo e prazeroso.

A segunda parte da postagem é composta por uma apostila como material didático. Para acessá-la, basta “apertar” o link da palavra “aqui”, e ela está pronta para ser impressa e utilizada. Este é o terceiro post que optamos por elaborar este tipo de material, não só por se adequar mais à realidade de docentes e discentes, mas porque também reforça cada vez mais a preocupação do “Estudos Amazônicos no espaço escolar” em gerar possibilidades que ajudem professores e professoras a superarem os diversos desafios³⁷ quando estão lecionando o componente curricular em questão.

O material didático (ver figura 20) apresenta três questões que buscam aprimorar a habilidade de interpretação da letra da música, aliada ao objeto de conhecimento “extrativismo na Amazônia Colonial”, trabalhado pelo professor colaborador, na sua turma de 7º ano, da escola EMEF João Paulo II. A novidade dessa atividade, em comparação com as outras postagens, é que pela primeira vez foi trabalhada a letra da música como fonte histórica. Espera-se, com isso, não somente atrair o interesse do público jovem a participarem das aulas, mas também praticar a interdisciplinaridade, fundamental para o ensino-aprendizagem da disciplina escolar Estudos Amazônicos.

Figura 20 - Imagem da apostila “Extrativismo na Amazônia – Atividade II”

ESCOLA _____
 COMPONENTE CURRICULAR: ESTUDOS AMAZÔNICOS
 PROFESSOR (A): _____
 ALUNO (A): _____
 ____ ANO _____

EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA – ATIVIDADE II

Leia as estrofes em destaque da letra da música ÍNDIOS, da banda Legião Urbana, para responder as questões:

1ª estrofe
*Quem me dera ao menos uma vez
 Ter de volta todo o ouro que entreguei a quem
 Conseguiu me convencer que era prova de amizade
 Se alguém tivesse embora assim o que eu não tinha*

1 - Lendo a 1ª estrofe identificamos qual tipo de extrativismo: animal, vegetal ou mineral? Justifique a sua resposta.

2 - Na 4ª estrofe diz:
*Quem me dera ao menos uma vez
 Provar que quem tem mais dá que precisa ter
 Quem sempre se contenta que não tem o bastante
 Fala demais por não ter nada a dizer*

Na estrofe acima identificamos uma crítica social. Qual crítica é essa?

3 - Observe a 5ª estrofe da música:
*Quem me dera ao menos uma vez
 Que o mais simples fosse visto
 Como o mais importante
 Mas nos deram espelhos e vimos um mundo doente*

A última frase dessa estrofe, fala a respeito da troca de mão-de-obra indígena por produtos da cultura europeia predominante no início do período colonial.

A) qual era o nome desta troca?

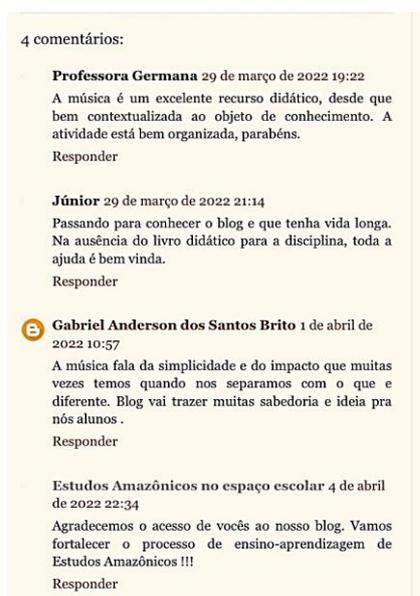
B) "... e vimos um mundo doente". Qual foi a intenção dos autores da letra da música com esse trecho em destaque?

Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/trabalhando-com-letra-da-musica-indios.html>

³⁷ Sobre os desafios de lecionar Estudos Amazônicos, ver o capítulo 2 desta dissertação.

Sobre as interações (ver figura 21), duas abordaram a potencialidade da música: a professora Germana reflete sobre esta possibilidade enquanto recurso didático. O Gabriel Brito, que visitou o blog como aluno, faz uma interessante interpretação da letra ao afirmar que ela trata de uma reação de uma pessoa quando se depara com o diferente. Outro comentário, do Júnior, provavelmente professor, diz que o blog vai ajudar na ausência do livro didático de Estudos Amazônicos.

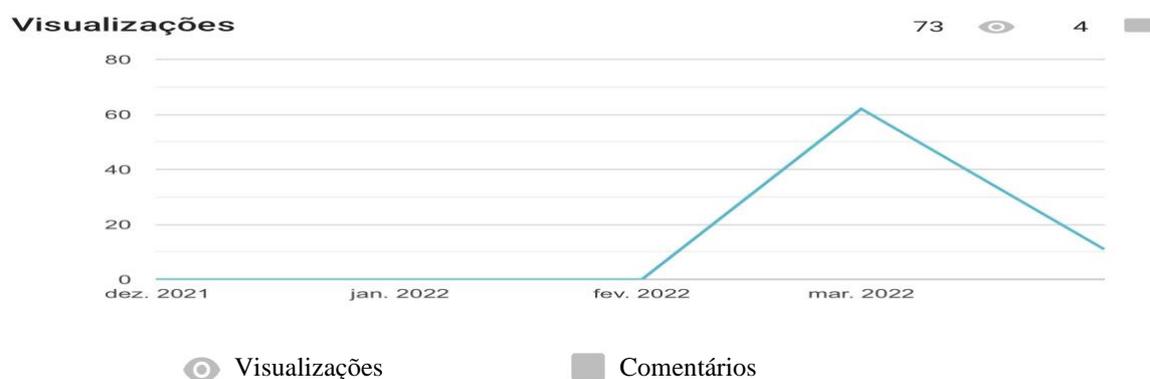
Figura 21 - Comentários da postagem 5



Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/trabalhando-com-letra-da-musica-indios.html>

Até o momento da escrita do trabalho, a publicação alcançou 73 visualizações e 04 comentários, tendo seu auge de acesso entre 40 e 60 visualizações (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Gráfico da 5ª postagem



Fonte: blogger.com

Nesse sentido, os dados mostram que o blog está sendo bem visitado e proporcionando o acesso a materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos a um número significativo de professores e alunos.

6º postagem: Borracha na Amazônia: as relações socioespaciais nos seringais na virada do século 19 para o 20.

Esta publicação apresenta como objeto de conhecimento a economia da borracha na Amazônia e foi disponibilizada no blog em 29 de março de 2022. Escolhemos o tema por acreditarmos ser um dos mais frequentes nas aulas de Estudos Amazônicos, logo, um dos conteúdos que professores e alunos mais necessitam da disponibilidade de materiais didáticos.

O post é constituído de duas possibilidades de materiais didáticos: a primeira em formato de texto (ver figuras 22, 23 e 24) com o resumo teórico e uma atividade objetiva. Buscamos organizá-lo de acordo com o aspecto interdisciplinar que o componente curricular Estudos Amazônicos exige, contextualizando historicamente a valorização do produto borracha no cenário internacional, compreendendo as relações sociais no interior dos seringais, observando as características do espaço de um seringal, além de relacionar a forma de exploração não sustentável com a crise da economia da borracha.

Figura 22 - “As Relações Socioespaciais nos Seringais”

ESCOLA _____
 COMPONENTE CURRICULAR: ESTUDOS AMAZÔNICOS
 PROFESSOR (A): _____
 ALUNO (A): _____
 * ANO _____

AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS NOS SERINGAIS

1 – CONTEÚDO HISTÓRICO DA VALORIZAÇÃO DA BORRACHA NO CENÁRIO MUNDIAL:
 A transição do séc. XIX para o XX é marcada pela expansão capitalista em todos os continentes. A aceleração das indústrias Europeia e Norte-Americana deu o ritmo dessa expansão que não poderia acontecer sem a conquista de novas fontes de matéria-prima e sem consumidores para os produtos industrializados e serviços fornecidos pelos grandes centros industriais. Nesse contexto, ao longo do séc. XIX, a borracha foi ganhando importância cada vez maior atingindo rapidamente grande expressão no cenário mundial. Ainda na 1ª metade do séc. XIX, a borracha já era utilizada pela indústria para a fabricação de vários utensílios como seringas, capas de chuva, calçados, tubos e correias para máquinas, etc. Entretanto, foi com a descoberta do processo de vulcanização (cozimento do látex em estufa) que a borracha tornou-se mais procurada pela indústria ganhando maior aplicabilidade no setor de fabricação de automóveis, principalmente na fabricação de pneus (Fábrica da Goodyear). Diante dessa expressão escalada da borracha no mercado internacional, a Amazônia passou a ser a região importante no circuito de exploração Capitalista, principalmente no período de 1870 a 1912.

2 – OS SERINGAIS COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO:
 No início da exploração, os seringais eram adquiridos por homens dispostos a enfrentar a hostilidade da floresta, que procuravam maior concentração de seringueiras produtivas, principalmente às margens do rio, locais ideais para estabelecer o seringal. Quando encontrados, organizavam uma precária estrutura contendo o barracão (local de armazenamento de produtos pelo seringalista), algumas barracas de tapalir feitas de material da floresta que eram destinadas aos seringueiros. Inicialmente, paralelamente, a abertura de estradas de varação, onde passavam a extrair a goma elástica. À medida que se intensificava a valorização do látex no mercado internacional, tornava-se cada vez mais difícil adquirir-se um seringal, por isso cada vez mais se buscavam novas áreas ricas em seringueiras no interior da floresta e em rios mais distantes dos centros urbanos. O valor da propriedade fundiária passou a ser estabelecido pelo número de seringais produtivos e não pelo tamanho da propriedade em si.

Os seringais foram espaços onde predominou a mão-de-obra masculina, porém houve presença feminina, haja vista que inúmeros nordestinos vieram para a Amazônia com suas famílias, com mulheres, e crianças trabalhando no interior dos seringais. Eram pessoas que viam na economia da borracha uma chance de construir riqueza ou pelo menos sair da miséria, e que se deslocaram na Amazônia em busca de melhores condições de vida. Mesmo que a extração do látex fosse a principal razão da permanência desses homens nos seringais, não deixavam de exercer atividades complementares (caça, pesca, agricultura, coleta de frutos, salga de alimentos, etc) que certamente eram importantes à sua sobrevivência. Esses seringais possuíam vendas e locais destinados ao fornecimento dos gêneros alimentícios e ferramentas de trabalho aos seringueiros. Havia um barracão central, que recebia, periodicamente, a produção dos seringueiros e de onde a borracha saía com destino às casas aviadoras de Belém e Manaus, para posteriormente ser exportada para Estados Unidos e Europa.

2.1 – PRINCIPAIS ATORES SOCIAIS PRESENTES NOS SERINGAIS:
 Seringalista (Coronel de barão, Barão da Borracha, Fardo). Era o proprietário do seringal que disciplinava o ritmo da produção, controlando a atuação dos seringueiros. Em muitos casos, inicialmente, foi um explorador da selva que se impôs por dispor de qualidades necessárias à função, capaz de fazer prevalecer sua vontade na imposição da disciplina de seus homens, levando-o a adquirir a confiança dos aviadores. Disciplinador por excelência, mostrando-se, muitas vezes, violento. Em seu ambiente de trabalho sua vontade era lei.
 Seringueiro: Responsável pela extração do látex trabalhava no interior da floresta, onde também estabelecia residência. Era “empregado” e “dependente” do seringalista a quem devia respeito e com quem estava inserido em um sistema arraigado por fortes relações comerciais.
 Gerente: Imediatamente submetido ao seringalista, assumia as atividades do patrão quando este se ausentava.
 Guarda-livros: Tinha a responsabilidade de manter o controle dos produtos “avitados” aos trabalhadores que entravam no seringal, tal como suas movimentações de trabalho na extração do látex. Sua função era de extrema importância dentro

Figura 23 - “As Relações Socioespaciais nos Seringais”

da organização das atividades, daí a necessidade do guarda-livros ser alfabetizado e ter conhecimentos básicos da matemática.

Mateiros: Responsáveis pelo reconhecimento preliminar das estradas de extração da borracha bem como das próprias seringueiras, uma vez que eram hábeis conhecedores da floresta.

Toqueiros: Responsável pelo desmatamento da área para a abertura das estradas da extração da borracha.

3 – SISTEMA DE AVIAMENTO: Segundo o economista Roberto Santos, o aviamento era um sistema de crédito, um crédito sem dinheiro. Na Amazônia, a expressão “aviar” significa fornecer mercadorias a crédito. No interior da mata o seringueiro estabelecia relação de troca no chamado **Barracão**, local onde ele trocava a borracha colada (subavaliada) por mercadorias (supervalorizadas) monopolizadas pelos proprietários dos barracões. A relação de Aviamento é marcante na Amazônia desde o período Colonial, mas é clara que em cada relação de produção adquire características específicas. No caso da exploração do látex, esta relação era marcada pelo comprometimento do seringueiro frente ao dono da casa aviadora que era responsável pelo abastecimento dos seringais com vários produtos importantes à sobrevivência dos trabalhadores. Na realidade, antes mesmo de chegar ao seringal, o seringueiro contraía dívidas diante do aviador, pois além do transporte, adquiria ferramentas de trabalho bem como gêneros alimentícios. Por isso, muitos seringueiros passavam grande parte de suas vidas “presos” aos seringais. Mas não significa dizer que os seringueiros se restringissem ao negócio com o patrão, pois na primeira oportunidade negociavam parte de sua produção com terceiros.

4 – O SERINGUEIRO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS: O seringal era muito mais que simples espaço de trabalho e exploração, era também lugar onde se estabeleciam redes de solidariedade entre os trabalhadores, através das quais compactuavam sentimentos de tristeza, saudade, e resistência, desmotivadas devido à ausência da família e por conta das precárias condições de vida e trabalho a que eram submetidos no interior da floresta. Por isso, não se pode pensar o seringueiro, simplesmente, como um trabalhador explorado e oprimido, passivo a maus tratos e exploração. Os seringueiros eram agentes sociais que demonstravam suas indignações e suas revoltas e galgavam melhores condições de vida, criando o ciclo das dinâmicas internas do seringal.

Os **regatões** são exemplos disso, comerciantes sultões que aderiram ao rio para comprar ou trocar a borracha por chapéus, tecidos, dentre outros produtos, muitas vezes provenientes do exterior. Uma atitude simples, mas que colocava em xeque o domínio e o poderio dos seringalistas e dava aos seringueiros a oportunidade de obterem melhores lucros que lhes possibilitasse pagar suas dívidas e sair dos seringais. A comercialização com os regatões foi uma prática constante no período da economia da borracha, todavia, conseguir recursos por meio da comercialização, com estes, para se libertar dos domínios dos seringalistas, consistiu muito mais em exceção.

Portanto, os seringueiros não podem ser vistos como massa de manobra, submetidos simplesmente aos interesses dos seringalistas, pois foram agentes ativos, reivindicadores de seus direitos, que busaram as leis do seringal e buscaram melhores condições de vida.

5 – DECADÊNCIA DA ECONOMIA GOMÍFERA: De 1910 a 1912, a economia gomífera amazônica atinge o apogeu com sua exploração concentrada principalmente no Pará, Amazonas e Acre. Alguns anos antes, mais exatamente em 1876, Henry Wickham, capitalista inglês contrabandearia milhares de sementes **HEVEAS BRASILEIRAS** e passa a aclimatar a planta no Jardim Botânico de Kew. Pouco depois o governo britânico e o capital estrangeiro de uma maneira geral, começam a experimentação na Ásia (Célebes, Malásia, Indochina, dentre outras regiões coloniais). De três toneladas em 1910, a oferta asiática passa para 8.753 toneladas em 1912, 107 mil em 1915 e 382.668 toneladas em 1919. Com uma exploração mais racional, a Ásia destrona a Amazônia, visto que as árvores eram plantadas em terrenos limpos e a alguns metros umas das outras, barateando os custos e aumentando a produção, enquanto aqui o produto era coletado no meio do mato.

Outro fator que colaborou para a perda de hegemonia amazônica na economia gomífera foram as pragas que atacaram as seringueiras nativas. A aparição de fungos nas árvores plantadas na Amazônia, assim como nas plantações das Guianas – era o “mal das folhas”. No Brasil os pesquisadores não se interessaram muito pelo combate do fungo, somente o botânico Jacques Huber, diretor do Museu Emilio Goeldi, pesquisou sobre a questão. Desta forma, após o botânico falecer, a problema do fungo, inexistente na Ásia, permaneceu na região amazônica.

A extração gomífera na Amazônia sempre foi um negócio de alto risco, que exigia grande cautela. Mas, no caso da superação da produção asiática, as antigas medidas (ou a falta delas) não seriam suficientes para a resolução do problema. Assim, chegava-se ao fim o apogeu da borracha na região.

Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/borracha-na-amazonia-as-relacoes.html>

Figura 24 - “As Relações Socioespaciais nos Seringais”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:
FARIAS, William Gaia. *Amazônia Republicana: Processos seletivos e outros temas* / William Gaia Farias. – Belém: William Gaia Farias, 2007.
FIGUEIREDO, Aldin Moura de. *Nos tempos dos seringais – vida nas florestas e nos centros urbanos*. Col. A vida no tempo da fábrica, atual editora.

ATIVIDADE

1 – Leia o texto abaixo:
 “Na realidade, antes mesmo de chegar ao seringal, o seringueiro contraía dívidas diante do aviador, pois além do transporte, adquiria ferramentas de trabalho bem como gêneros alimentícios. Por isso, muitos seringueiros passavam grande parte de suas vidas “presos” aos seringais. Mas não significa dizer que os seringueiros se restringissem ao negócio com o patrão, pois na primeira oportunidade negociavam parte de sua produção com terceiros”.
 Esse seringueiro, na maioria das vezes, se deslocava de sua região de origem fugindo da seca e com esperança de encontrar na Amazônia. De qual região ele vinha:
 A) Sul.
 B) Sudeste.
 C) Nordeste.
 D) Norte.

2 - Na economia da borracha, o seringalista era:
 A) O dono do seringal.
 B) O que extrai o látex da seringueira dentro da floresta.
 C) O trabalhador nordestino.
 D) O dono do banco da borracha.

3 - Leia o texto abaixo:
 “No interior da mata o seringueiro estabelecia relação de troca no chamado Barracão, local onde ele trocava a borracha colada (subavaliada) por mercadorias (supervalorizadas) monopolizadas pelos proprietários dos barracões”.
 Essa forma de exploração a que o seringueiro era submetido pelo, era chamado de:
 A) Sistema de dívidas.
 B) Sistema de exploração.
 C) Sistema de aviamento.
 D) Sistema de aviação.

4 - Observe a imagem abaixo:



Da árvore acima se extrai a matéria-prima para a fabricação da borracha. Qual o nome desta matéria-prima:
 A) Eucalipto.
 B) Goma.
 C) Látex.
 D) Leite.

Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/borracha-na-amazonia-as-relacoes.html>

O outro formato de material didático presente na postagem compartilha da mesma estrutura teórica do anterior, entretanto, apresenta como diferencial algumas imagens relacionadas a economia da borracha na virada do século XIX para o XX. As imagens são de: uma fábrica de pneus na Inglaterra; um seringal às margens do rio; bolas de borracha armazenadas no interior do barracão; seringueiro extraindo látex da seringueira; folha de seringueira sendo atacada por pragas; o seringueiro fazendo as bolas de borrachas e suas ferramentas de trabalho.

Destacamos também a referência bibliográfica utilizada para a construção desses materiais didáticos: “Amazônia Republicana: Processos Seletivos e outros temas³⁸”, de William Gaia Farias³⁹. E “No tempo dos seringais – vida nas florestas e nos centros urbanos⁴⁰”, de Aldrin Figueiredo⁴¹. Duas obras de professores da UFPA. Destacamos esta informação para demonstrar a importância de professores da Educação Básica permanecerem em contato com as produções acadêmicas⁴².

Até o momento da produção desse texto, esta postagem obteve 76 visualizações e dois comentários, tendo seu pico de acesso entre 40 e 50 visualizações, conforme mostra o gráfico da 6ª postagem:

³⁸ “Amazônia Republicana: Processos Seletivos e outros temas” é um livro paradigmático sobre história republicana da Amazônia direcionado ao 3º ano do Ensino Médio, o que exigiu uma forma específica de apropriação para que a obra fosse utilizada para o Ensino Fundamental. Ela apresenta 8 capítulos: Abolicionismo e República no Pará; O Pará na Guerra de Canudos; A Borracha na Amazônia: sistema de aviação, condições de vida e trabalho nos seringais; Transformações Urbanas na Amazônia da Borracha: urbanismo, culturas e contradições na virada do século XIX ao XX; A revolução de 30 e o Baratismo no Pará de 1930 – 1935; A Borracha na Amazônia no tempo da Segunda Guerra Mundial; A Guerrilha do Araguaia: luta armada e tortura na Amazônia; Amazônia e a Política dos Governos Militares. Há o predomínio da História Social da Amazônia, mas acompanhado dos grandes acontecimentos políticos da região.

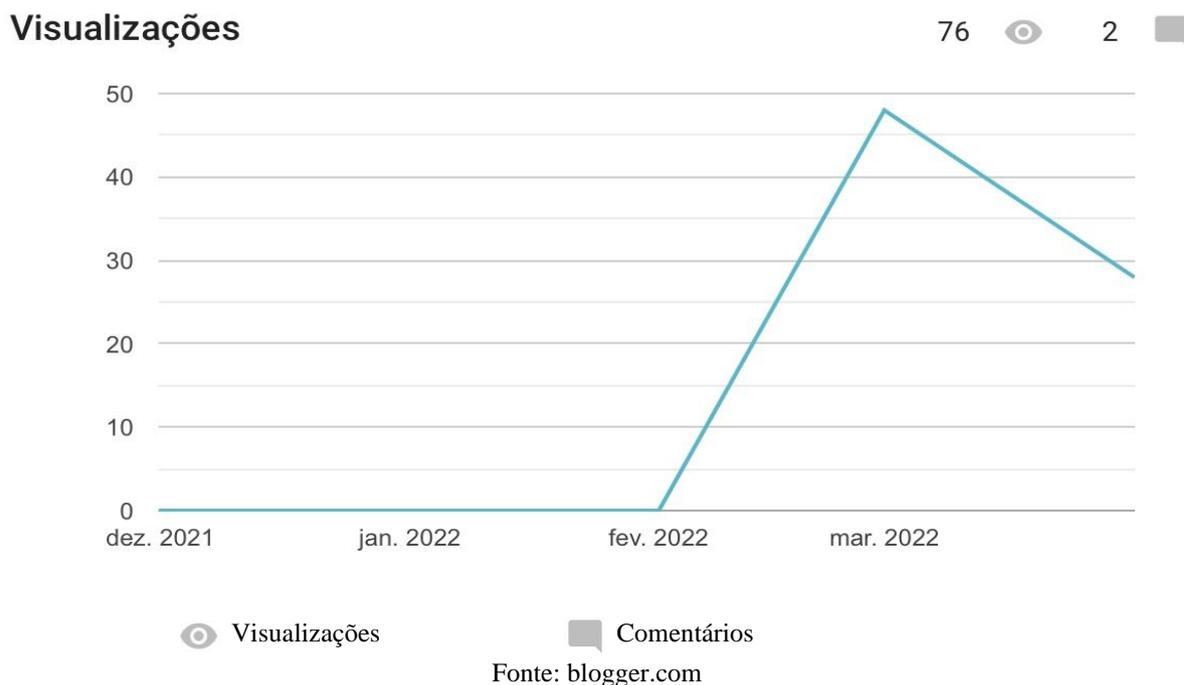
³⁹ Professor titular da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2005).

⁴⁰ “No tempo dos seringais – vida nas florestas e nos centros urbanos” é um livro paradigmático que retrata a vida do seringueiro não apenas como sujeito explorado, mas como personagem capaz de passar por experiências diversas ao longo de sua vida. Este contar a vida do seringueiro com riqueza de detalhes caracteriza o livro a partir de uma perspectiva da história social da Amazônia.

⁴¹ Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Doutor em História pela UNICAMP (2001).

⁴² A partir das entrevistas com os professores envolvidos na pesquisa notamos que o diálogo entre história regional acadêmica e história regional escolar apresenta algumas lacunas. Por exemplo: a falta de cursos de formação continuada voltados especificamente para o ensino do componente curricular Estudos Amazônicos; a escrita da produção de história regional acadêmica, que na maioria das vezes, não é adequada à Educação Básica; A própria estrutura curricular do curso de História e Geografia da UFPA mais direcionada à pesquisa do que ao ensino. Para saber mais sobre a lacuna que há entre a história regional acadêmica e a história regional escolar, ver os capítulos 1 e 2 dessa dissertação.

Gráfico 6 - Gráfico da 6ª postagem



Sobre a interatividade nesse post, tivemos dois comentários de visitantes e uma devolutiva do blog agradecendo as participações. O primeiro comentário, do Gabriel Brito, enfatiza a importância de se aprender sobre a Amazônia, especialmente o momento da economia da borracha em nossa região. O outro comentário foi da Milene Lobo, que elogiou o trabalho, acredito que seja do blog, e a importância de se compartilhar tais conhecimentos. Abaixo, os comentários postados:

Figura 25 - Comentários sobre a postagem 6

3 comentários:

 **Gabriel Anderson dos Santos Brito** 1 de abril de 2022 10:36

Bom dia! E muito bom agente aprende mais sobre a nossa amazônia a beleza que ela nos trás . Isso foi um momento da história econômica e social do Brasil, relacionado com a extração de látex pela seringueira e comercialização da borracha isso e o meu ponto de vista o que acho sobre nossa amazônia.

Responder

Estudos Amazônicos no espaço escolar 4 de abril de 2022 22:29

Valeu, Gabriel. Obrigado por expressar seu entendimento deste momento histórico tão singular para a região amazônica, principalmente, para o estado do Pará.

Responder

 **Milene Lôbo** 13 de abril de 2022 11:03

Parabéns pelo belo trabalho,são conteúdos ricos. Obrigada por compartilhar tais conhecimentos.

Responder

Fonte: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/2022/03/borracha-na-amazonia-as-relacoes.html>

Assim, a postagem “Borracha na Amazônia: as relações socioespaciais nos seringais na virada do século 19 para o 20”, obteve boa aceitação entre os visitantes, que tiveram a possibilidade de ter acesso aos materiais didáticos disponibilizados e feito uso de acordo com a especificidade da realidade de cada sala de aula.

Foram analisadas, então, seis postagens no “Estudos Amazônicos no espaço escolar”, em um período de um pouco mais de um mês de funcionamento do blog, de 22 de fevereiro a 29 de março. Durante esse tempo, percebemos que os materiais didáticos mais acessados eram aqueles de usos mais práticos em sala de aula, por exemplo, a popular apostila. Já os materiais que exigiam um pouco mais de estrutura física para serem utilizados em sala de aula, por sua vez, tiveram menos acesso.

Outro ponto importante foi o aumento substancial de acessos que o blog apresentou após seu endereço ter sido divulgado nos grupos de professores do aplicativo de mensagens whatsapp. Aí vale uma observação interessante, pois dentro desses grupos as trocas de materiais didáticos digitalizados, principalmente livros didáticos completos, é intensa, entretanto, o que notamos é, que não basta apenas esses materiais estarem disponíveis, mas os formatos como eles se apresentam ao professor também se tornam importantes. A quantidade de páginas, a presença de atividades, a linguagem, são alguns dos fatores que são levados em consideração pelos professores e pelas professoras no momento de buscarem seus materiais didáticos de Estudos Amazônicos. Por isso, muitos membros desses grupos de whatsapp passaram a frequentar o blog.

Para fins de pesquisa, o blog “Estudos Amazônicos no espaço escolar” superou a expectativa de ser utilizado como recurso pedagógico, uma vez que o blog funcionou como um verdadeiro acervo de fontes históricas (OLIVEIRA; MUCELIN, 2017) já que em suas postagens ficaram disponíveis letras de músicas, vídeos, imagens, para livre acesso de seus visitantes. Além disso, suas contribuições didáticas extrapolaram os muros da escola João Paulo II, chegando a áreas inclusive de outros estados, promovendo a divulgação de materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos a partir de uma perspectiva de uma Amazônia conectada através da expansão da grande Rede Mundial de Computadores.

Assim, nessa sociedade marcada pelo avanço da internet e de novas tecnologias, surgem outras formas de expressão e comunicação que devem ser utilizadas na área da educação. Nesse sentido, o blog, enquanto produto emergente dessa pesquisa, apresentou-se como uma possibilidade efetiva de proporcionar aos professores de Estudos Amazônicos acesso aos materiais didáticos do componente curricular em questão. Em uma abordagem mais ampla, o uso responsável e crítico, não só do blog, mas de outras redes sociais, pode contribuir para o

desenvolvimento de uma consciência e de uma responsabilidade social fundamentais para que a própria sociedade não entre em colapso frente ao progresso tecnológico provocado pela expansão da internet (BARROS, 2022). Por isso, mais do que apenas inserirem suas práticas nesse universo das mídias digitais, professores e professoras devem saber utilizá-las para benefício não apenas do ensino, mas para o desenvolvimento pleno da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou as formas de acesso aos materiais didáticos utilizados pelos professores da EMEF João Paulo II nas aulas de Estudos Amazônicos, anos finais do Ensino Fundamental. Para isto, buscou-se compreender como o componente curricular Estudos Amazônicos se apresenta no estado do Pará e no município de Ananindeua, destacando o contexto histórico e as especificidades da disciplina em questão. Refletiu-se também a respeito dos desafios que compõem o cotidiano desses professores no ensino dessa disciplina e dos materiais didáticos utilizados em sala de aula. Além disso, apresentou-se o blog “Estudos Amazônicos no espaço escolar” como um espaço virtual com potencial de interagir pedagogicamente por meio da disponibilização de materiais didáticos de Estudos Amazônicos a docentes e discentes, contribuindo, dessa forma, não só para amenizar o problema do acesso aos materiais, mas também para qualificar o conteúdo abordado por meio do diálogo e aproximação com a história regional acadêmica incorporando as apreensões e resultados das pesquisas sobre a história da Amazônia.

A construção dessa dissertação de mestrado teve como questão central o acesso aos materiais didáticos de Estudos Amazônicos. Apesar da existência de uma diversidade deles, percebe-se que o livro didático ainda é o mais utilizado pelos professores e pelas professoras que atuam com a disciplina em questão, mesmo que não ocorra uma distribuição regular desses livros, nem pela Rede estadual de ensino, tão pouco pela Rede Municipal de Ananindeua. Nesse sentido, percebeu-se que a análise dos materiais didáticos não deveria ocorrer restrita aos conteúdos, mas à maneira como eles eram apropriados e utilizados.

Os livros didáticos de Estudos Amazônicos, por exemplo, dificilmente são usados de maneira integral por professores e professoras. Na maioria das vezes se bate cópias de capítulos, ou dele se retira o texto para o quadro branco, ou se faz um resumo do próprio livro para se organizar a apostila, etc. Tudo depende da realidade de cada escola e de cada sala de aula, o que torna o estudo dos materiais didáticos para este componente curricular algo tão singular.

Buscar as formas como os professores se apropriavam e utilizavam seus materiais didáticos nas aulas de Estudos Amazônicos possibilitou também à pesquisa acessar os saberes que eles utilizavam para ministrarem as suas aulas. Ficou claro, então, que tais saberes não estão apenas relacionados com a formação acadêmica e profissional, mas também à influência de outros espaços e círculos sociais, como a família, por exemplo.

A partir da relação entre materiais didáticos e docentes, esta dissertação também discutiu a respeito da contribuição da internet e das mídias sociais, destaque para o blog, para a produção

e acesso de materiais didáticos do componente curricular Estudos Amazônicos. Destacou-se que a inclusão do professor e da professora nesse meio digital passou a ser uma questão fundamental para a sua permanência na área do ensino.

Redes sociais como Facebook, Instagram, You Tube e o blog passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, não só como entretenimento, mas em setores importantes de suas vidas, como a educação. Assim, o ensino de História e Estudos Amazônicos também sentiriam os efeitos de tais mídias. Os debates teóricos, que antes eram restritos aos círculos acadêmicos, acabaram se popularizando. Os canais de publicação de conhecimentos se diversificaram. E até mesmo a exclusividade como portador do saber, que até então, historicamente, era do professor e da professora, passou a ser questionado.

Mas, se o avanço da internet gerou uma série de mudanças no ensino de História e Estudos Amazônicos, algumas até merecedoras de debates mais amplos, é certo também que tal avanço poderia ter efeito sobre os materiais didáticos. Neste trabalho, acreditamos, por exemplo, que o blog possui um grande potencial para ser utilizado como espaço virtual que disponibiliza materiais didáticos de Estudos Amazônicos, facilitando, assim, a rotina tanto de professores quanto de alunos.

O que está claro é que, para o professor e para a professora, o que vai determinar os efeitos da internet na sua vida profissional, é a postura e o acesso que cada um terá frente ao avanço das mídias sociais. O caminho mais recomendado é você se capacitar, através de cursos de formações continuadas e inserir suas práticas nesse mundo digital. Caso contrário, você corre o risco de ser excluído da área de atuação de sua própria profissão. Em outras palavras, é melhor ter as redes sociais aliadas ao professor e a professora, como no caso do blog analisado nessa dissertação, do que como adversárias.

Outro ponto importante é apontar possíveis novos caminhos de pesquisas para disciplina Estudos Amazônicos. Por exemplo, seria bastante enriquecedor investigar a relação dos alunos com esses materiais no processo de ensino-aprendizagem do componente curricular em questão. Como alunos e alunas se apropriam e fazem uso desses materiais? O fato da disciplina Estudos Amazônicos não ter material didático disponibilizado pela Rede Municipal de Ensino de Ananindeua afeta de que maneira a aprendizagem dos educandos? O pagamento de taxas para as cópias tem algum impacto na relação do aluno e da aluna com este componente curricular? Essas são apenas algumas provocações para o estímulo de novas análises.

Outra possibilidade de pesquisa na área do componente curricular Estudos Amazônicos é verificar a abordagem historiográfica dos materiais didáticos produzidos pelos professores e pelas professoras nas aulas da disciplina escolar em questão. Qual abordagem historiográfica é

utilizada? Os professores e as professoras são capazes de identificar com clareza as abordagens historiográficas presentes nos materiais didáticos mobilizados em sala de aula? Estas abordagens historiográficas encontradas nos materiais didáticos de Estudos Amazônicos são atualizadas pelas pesquisas sobre a Amazônia produzidas nos espaços das universidades?

Portanto, há uma variedade de possibilidades de pesquisa sobre os materiais didáticos de Estudos Amazônicos, partindo da interação tanto com docentes quanto com discentes. Os caminhos a serem desbravados são desafiadores, porém, com recompensas enriquecedoras para que a função pedagógica do componente curricular em questão seja melhor compreendida e apreendida pela comunidade escolar, principalmente, entre docentes e discentes.

FONTES UTILIZADAS

Apostilas fornecidas pelos professores

PROFESSOR A. **Ciclo da borracha na Amazônia no século XIX.** (Apostila 8º ano).

Entrevistas

MENEZES NETO Geraldo Magella de. Entrevista concedida a Leonardo da Costa Oliveira. Belém, 08 jul. 2021. Transcrição da entrevista: Leonardo da Costa Oliveira. Revisão: Leonardo da Costa Oliveira.

PROFESSOR A. Entrevista concedida a Leonardo da Costa Oliveira. Ananindeua, 06 mai. 2022. Transcrição da entrevista: Leonardo da Costa Oliveira. Revisão: Leonardo da Costa Oliveira.

PROFESSOR B. Entrevista concedida a Leonardo da Costa Oliveira. Belém, 23 abr. 2022. Transcrição da Entrevista: Leonardo da Costa Oliveira. Revisão: Leonardo da Costa Oliveira.

Livros didáticos e paradidáticos

ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. **Pontos de História da Amazônia, volume I.** 3 ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. **Pontos de História da Amazônia, volume II.** 2 ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2000.

BERMEGUY, Amélia; GUEDES, Luana Barragão; PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. **Estudos Amazônicos: História e Geografia – Vol. 2: Formação da sociedade amazônica.** Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

FARIAS, William Gaia. **Amazônia Republicana: processos seletivos e outros temas.** Belém: William Gaia Farias, 2007.

FIGUEIREDO, Aldrin de Moura. **No tempo dos seringais.** 3 ed. São Paulo: Atual, 1997.

TIESE JÚNIOR. **Estudos Amazônicos: ensino fundamental.** Belém: Paka-Tatu, 2010.

Questionários

PROFESSOR A. Questionário respondido a Leonardo da Costa Oliveira em 13 abr. 2021.

PROFESSOR A. Questionário respondido a Leonardo da Costa Oliveira em 03 jun. 2021.

PROFESSOR B. Questionário respondido a Leonardo da Costa Oliveira em 05 abr. 2021.

PROFESSOR B. Questionário respondido a Leonardo da Costa Oliveira em 08 set. 2021.

PROFESSOR C. Questionário respondido a Leonardo da Costa Oliveira em 03 abr. 2021.

PROFESSOR C. Questionário respondido a Leonardo da Costa Oliveira em 05 set. 2021.

Sites

BLOG ESTUDOS AMAZÔNICOS NO ESPAÇO ESCOLAR. Disponível em: <https://estudosamazonicosnaescola.blogspot.com/> Acesso em: 15 jun. 2022

EDITORA ESTUDOS AMAZÔNICOS. Disponível em http://www.editoraestudosamazonicos.com.br/livro_ensinof.php#7anovol2 Acesso em: 23 mai. 2022.

EDITORA PAKA-TATU. Disponível em: <https://www.editorapakatatu.com.br/product-page/pontos-de-hist%C3%B3ria-da-amaz%C3%B4nia-v1-3-ed> Acesso em: 18 jun. 2022

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALEM, Nathalia Helena. Apropriações. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Coord). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 30-33.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. **XVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal: ANPUH, 2013.

ALVES, Davison Hugo Rocha. **Contando a História do Pará: A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e os livros didáticos (1990 – 2000)**. São Gonçalo – RJ: Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2016.

ALVES, Davison Hugo Rocha. A disciplina estudos amazônicos: Questões e Perspectivas a partir dos Editais para Concurso Docente (2009-2016). In: JÚNIOR, Tiese Teixeira; SARRAF-PACHECO, Agenor. (Orgs.). **Amazônia(s)**, volume 1: Diálogos Socioculturais e Socioeducativos. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral. **Projeto História**, São Paulo, (15), p. 145-155, abr. 1997.

ANANINDEUA. Secretaria Municipal de Educação. **Organizador Curricular 2020: ensino fundamental/Secretaria Municipal de Educação: SEMED: 2020**.

BARROS, Gabriel Renan Neves. **A disciplina Estudos Amazônicos e a formação de professores do ensino fundamental: uma experiência no município de Marabá – PA**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Educação, Arte, e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016.

BARROS, Gabriel Renan Neves; LANCHETA, Ana Beatriz Lopez. A Formação do Professor de Estudos Amazônicos: Interdisciplinaridade em Questão. **Ambiente Educação**, São Paulo, v.9, n.1, p.78-91, jan/jun, 2016.

BARROS, José D’ Assunção. **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. José D’ Assunção Barros (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan/fev/mar/abr, 2002.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 20 jul. 2020

BRASIL, Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de abril 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: meio ambiente. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CABRAL NETO, Antonio.; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina. **O público e o privado**, Fortaleza, n.5, jan./jun., 2005.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Dias de. **História**: Ensino Fundamental (Coleção Explorando o Ensino). Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2010, p. 49-82.

CAIMI, Flávia Eloisa; MISTURA, Letícia; MELLO, Pedro Alcides Trindade de. Aprendizagem histórica em contexto de pandemia: o que pode ser e conter uma aula de História? **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, n. 37, p. 9-23, jul.-dez. 2021.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. **Revista História Hoje**, v.3, n° 5, p. 165-188, 2014.

CONCEIÇÃO, Maria Teluira da. Livro didático regional. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Coord). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 149-154.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como Representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n° 11, p. 173 – 191, 1991.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, p. 549-566, set./dez. 2004.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: Didática e Prática de Ensino. **Interdisciplinaridade**, São Paulo, v.1, n.6, - abr. 2015.

FONSECA, Selva Guimarães. O estudo da História Local e a Construção de Identidades. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2013, p. 153-161.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREITAS, Itamar. (org.). **História Regional para a escolarização básica no Brasil**: o livro didático em questão (2006/2009). São Cristóvão, EFS, 2009.

FREITAS, Itamar. Livro didático. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Coord). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 143-148.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Maria João. **Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica**. In: Atas do VII Simpósio Internacional de Informática Educativa, SIIE, 2005, p. 305-311.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa, e futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35, maio/ago. 2007, p. 241-252.

MENEZES NETO, Geraldo Magella. **Da “História do Pará aos Estudos Amazônicos: os livros didáticos regionais entre produções e usos (séculos XX – XXI)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MOURÃO, Leila; AIROZA, Luiz Otávio Viana; SANTANA, Stela Rodrigues. A Disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e o ensino fundamental em escolas públicas paraenses. **Anais do 3º Workshop Internacional de História do Ambiente: História do Ambiente e Educação Ambiental**. Florianópolis, 26 a 29 de novembro de 2013.

OLIVEIRA, Márcia Ramos de; MUCELIN, Patrícia. Os blogs sob o olhar do historiador. In: RODRIGUES, Rogério Rosa R. (eds). **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, (15), p. 13-33, abr. 1997.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, n.45, set./dez. 2010.

SARAIVA, João Gilberto Neves. Por que ainda criar um blog em tempos de instagram? Revendo possibilidades numa experiência de ensino de história na “galáxia dos celulares”. In: BUENO, André; NETO, José Maria (org.). **Ensino de história: Mídias e tecnologias**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020.

SILVA, Andréa Rita dos Santos. **O uso do blog no ensino de história**. Artigo - Especialização Estratégia didática com o uso das TIC na educação básica. Universidade Federal de Alagoas, 2016.

SILVA, J. M.; FURLANETTO, E. C. **A presença da interdisciplinaridade em documentos oficiais produzidos pelos órgãos normativos e gestores dos sistemas escolares**. Rev. E-curriculum, São Paulo, v. 7, n. 2. 2011.

SILVA, Luana Fabrícia Correia. Tecnologias Digitais e Ensino: o uso pedagógico do blog para o ensino e aprendizagem de língua materna. **Anais do SIELP**, volume 2, número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3º Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber: Esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**, n. 4, p. 215-233, 1991.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n.73, p. 209-244, dez/2000.

THEODORIDIS, Nicolas. História Pública: Origens e Disseminação no Brasil. In: XIX encontro de História da ANPUH-Rio. História do futuro, 2020, Rio de Janeiro. **Anais do XIX Encontro de História da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020, v. 01, p. 01-08.

TEIXEIRA JÚNIOR, Tiese. Ditos e Escritos Sobre os Estudos Amazônicos, no Ensino Básico, do Estado do Pará. **Biltros**, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 13-24, jul.- dez. 2016.

ZAVALA, Ana. Pensar 'teoricamente' la práctica de la enseñanza de la História. **Revista História Hoje**, v. 4, n°8, p. 174-196 – 2015.

ZIMMER, Josete Maria; PICONEZ, Stela Conceição. Como criar um Blog no Blogspot. **Revista Tecnologia na Educação**, v. 15, p. 24-34, 2016.

APÊNDICE A – PRIMEIRO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Identificação

Nome:

Gênero: M () F ()

Data de Nascimento:

Contatos: E-mail:

Celular:

Formação Profissional

1 – Qual é o seu curso de formação inicial?

() Licenciatura em História; () Licenciatura em Geografia; () Outra licenciatura;

Se for outra licenciatura, qual? _____

2 – Possui curso de Pós-Graduação? () Sim; () Não;

Se sim, qual curso? _____

3 – Seu curso de graduação ou pós-graduação lhe forneceu bases teóricas e metodológicas para sua atuação como professor ou professora de Estudos Amazônicos? () Sim; () Não;

Caso sua resposta seja “sim”, cite um exemplo:

4 – Caso a rede municipal de ensino de Ananindeua ofertasse um curso de formação continuada específico para a disciplina Estudos Amazônicos, você aceitaria fazer? () Sim () Não

Sobre sua relação com a disciplina Estudos Amazônicos

5 – Qual é a sua carga horária de Estudos Amazônicos na escola?

6 – Por que decidiu ministrar aula de Estudos Amazônicos?

() Identificação com a proposta curricular da disciplina; () Precisava complementar minha carga horária; () Era a única opção de carga horária na escola;

7 – Caso você tivesse a possibilidade de trabalhar apenas com a disciplina escolar correspondente a sua formação inicial, você deixaria de lecionar Estudos Amazônicos? Justifique sua resposta.

8 – Já ministrou aula de Estudos Amazônicos de modo interdisciplinar? () Sim () Não

Se “sim”, com qual área de conhecimento?

APÊNDICE B – SEGUNDO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Nome:

Área de Formação Inicial:

Instituição Formadora:

Idade:

Tempo de Experiência no magistério:

MATERIAIS DIDÁTICOS

1 – Como a não oferta de livro didático de Estudos Amazônicos, na Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, influencia na organização das aulas e no ensino desta disciplina?

2 – Quais materiais didáticos (pode ser coleção de livros didáticos, coleção de paradidáticos, ou qualquer outro material adaptado para fins didáticos) você utiliza nas aulas de Estudos Amazônicos? E como você se apropriou deste material?

3 – Como você faz uso desse livro didático nas aulas de Estudos Amazônicos? Você elabora apostilas? Você faz o resumo no quadro branco? Você bate cópia?

4 – Como a questão da falta de uma estrutura adequada da escola interfere na sua aula de Estudos Amazônicos?

5 – Na Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, o fato de não ser ofertado livro didático da disciplina em questão, exige que o fator econômico seja utilizado com frequência para que os materiais didáticos cheguem até as salas de aulas. Na maioria das vezes este fator econômico é transferido para a responsabilidade do professor e da professora. Como esta realidade influencia o seu trabalho docente no ensino da disciplina escolar Estudos Amazônicos?

APÊNDICE C – MATERIAL DIDÁTICO DA 3ª POSTAGEM DO BLOG

ESCOLA _____
 DISCIPLINA: ESTUDOS AMAZÔNICOS
 PROFESSOR (A): _____
 ALUNO (A): _____
 ____º ANO _____

Objeto de Conhecimento: Extrativismo na Amazônia

Habilidade: Analisar as distintas interações das sociedades com a natureza, com base na exploração dos recursos naturais e suas implicações socioeconômicas e ambientais na Amazônia Colonial.

1) EXTRATIVISMO: DEFINIÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO

No início da colonização da região amazônica, existia uma grande expectativa, por parte dos europeus, do descobrimento de metais preciosos naquele território, o que não ocorreu naquele momento. Para inserir a região na engrenagem do Sistema Colonial, a solução encontrada foram as **atividades extrativistas**. Mas o que são **atividades extrativistas**?

“O extrativismo é a coleta ou a captura de plantas, animais e frutos retirados diretamente da natureza” (BEMERGUY, GUEDES, 2012, p. 17). Se paramos para pensar, isso ocorre bem antes da chegada de europeus na região. As populações indígenas desenvolveram um estilo de vida bastante específico, mantendo estreitas relações com a extração de recursos naturais.

2) ATIVIDADES EXTRATIVISTAS: COMO OCORRIAM

Quem pensou que o trabalho era simples, que era apenas entrar na floresta e retirar os produtos, se enganou completamente. **Era um trabalho árduo e longo, que durava entre 6 a 8 meses, e dependia intensamente da mão-de-obra indígena, uma vez que eles guiavam as chamadas “canoas do sertão”, subindo o rio Amazonas explorando as margens e as matas próximas.** Para explorar os recursos naturais e contar com o trabalho do índio, os colonos deveriam adquirir licença da administração colonial para desenvolver tais atividades. **O trabalho indígena, portanto, era fundamental não apenas para executar as tarefas braçais, mas também porque eles tinham o domínio dos conhecimentos necessários a viverem no ecossistema amazônico.**

3) MADEIRA E ALIMENTAÇÃO

Na Amazônia Colonial, a madeira era utilizada em quase tudo, como podemos observar: “As casas, as carroças, e até os fortes militares tinham a madeira como matéria-prima principal.

Essa estrutura era essencial para a fixação dos colonos e para a defesa do território” (BEMERGUY, GUEDES, 2012, p. 17).



Índios extraíndo pau-brasil no litoral - séc. 16

Outra atividade extrativista bastante comum eram os produtos voltados para a alimentação: **peixes, cacau, andiroba, copaíba, canela, baunilha, salsa, cravo**, etc. Alguns desses produtos ficaram conhecidos como **drogas do sertão**. Lembrando que o termo sertão tinha o sentido de interior do território.

DROGAS DO SERTÃO - produtos extraídos da região Amazônica: cravo, cacau, guaraná, castanha-do-pará, gergelim, urucum, essências para perfumes e medicamentos etc. Eram utilizadas como corantes, aromatizantes ou plantas medicinais → extrativismo.



APÊNDICE D – MATERIAL DIDÁTICO DA 4ª POSTAGEM DO BLOG

ESCOLA _____
 DISCIPLINA: ESTUDOS AMAZÔNICOS
 PROFESSOR (A): _____
 ALUNO (A): _____
 ____º ANO _____

Objeto de Conhecimento: Agricultura na Amazônia.

Habilidade: Analisar as distintas interações das sociedades com a natureza, com base na exploração dos recursos naturais e suas implicações socioeconômicas e ambientais na Amazônia Colonial.

1) INTRODUÇÃO:

A agricultura na Amazônia Colonial foi mais uma tentativa da coroa portuguesa garantir não só a introdução da região na economia colonial, como também funcionou como uma possibilidade de garantir a ocupação efetiva do Estado do norte. O desenvolvimento da agricultura provocaria, então, o surgimento de povoados, vilas, e cidades, o que provocaria a ocupação efetiva do território amazônico.

2) AGRICULTURA NA AMAZÔNIA

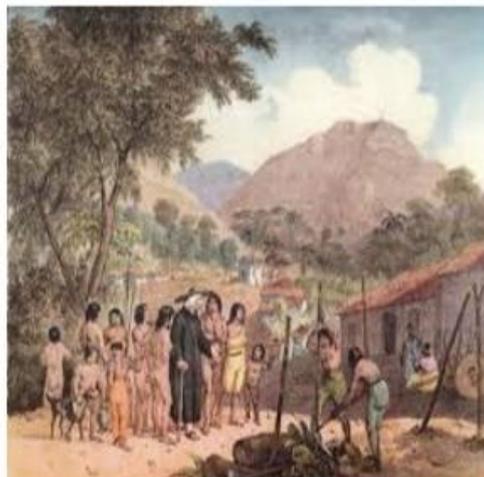
A produção agrícola na Amazônia Colonial possui algumas particularidades quando comparada à produção agrícola do Estado do Brasil, principalmente as capitanias do Nordeste. Primeiramente, o sistema de plantation (agricultura baseada em uma só cultura, feita em grandes extensões de terra, destinada ao mercado externo, com o predomínio da mão-de-obra escrava negra) apresentou limitações quando foi introduzido em solo amazônico, como podemos notar no texto abaixo:

“Na Amazônia, há uma variedade de solos. A maioria deles é inapropriado para a agricultura tal como ela foi desenvolvida no Nordeste – o sistema de plantation. Os tipos de solos da região não permitiram o desenvolvimento de uma monocultura da cana-de-açúcar, mas, não foi só isso. Além dos limites das propriedades do solo, havia pouca oferta de investimentos para a edificação de fazendas de grande porte. Sem investimentos, havia limites para aquisição de trabalhadores e para a compra de maquinário, limitando o avanço da agricultura”.

(Bermeguy, Amélia; Guedes, Luana Barragão; Pimentel, Márcia Aparecida da Siva. Estudos Amazônicos: História e Geografia – Vol. 2 / Coordenação Mauro Cezar Coelho e Márcia Aparecida da Silva Pimentel – 1 ed. – Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

Outra particularidade da agricultura na Amazônia Colonial foi a mão-de-obra. Enquanto nas capitanias do Nordeste houve o predomínio

dos escravos africanos como força de trabalho principal, na região amazônica os índios eram a principal alternativa como mão-de-obra, o que, aliás, gerou bastante conflitos entre colonos portugueses e missionários pelo monopólio do trabalho indígena.



Índios trabalhando em aldeamento Jesuíta

Isso não significa que não houve agricultura na Amazônia Colonial, pelo contrário, muitos esforços administrativos foram feitos para estimular a prática desta atividade: incentivo à plantação de determinados produtos, à exemplo do cacau; direcionamento de índios aldeados para as plantações; até mesmo a isenção de impostos aos colonos que plantassem alguns produtos.

Assim, produtos como o cacau, o arroz, o milho, a cana-de-açúcar, o tabaco, o café, chegaram a ser plantados na colônia do Norte. Boa parte dessa produção agrícola atendia ao mercado interno, e o que sobrava era destinado ao mercado externo. Nesse sentido, a produção agrícola amazônica cumpriu a sua função de consolidar a ocupação da região, promovendo o desenvolvimento daquele espaço a partir das relações humanas.

ATIVIDADE

Leia o texto abaixo para responder as questões:

A mandioca

*A mandioca é um dos mais importantes alimentos dos povos da Amazônia. Ela foi domesticada pelos índios da região e hoje é consumida em vários países. Na mitologia dos povos da região, há um lugar especial para a história de **Mani**, moça bela de uma tribo indígena que morreu e renasceu em forma de alimento para seu povo.*

Nos dias atuais, a mandioca continua representando uma fonte importante de alimento para grande parte da população amazônica. Ao longo de sua história, a mandioca foi produzida em grandes e pequenas plantações. Na culinária paraense, um dos pratos mais conhecidos é a maniçoba, que traz em sua essência a folha da mandioca, o tucupi (líquido extraído do fruto que, após um tratamento adequado, é utilizado também como molho para pratos especiais) e molho de pimenta. A mandioca ainda é consumida cozida e frita.

Mas, o principal alimento feito com ela é a farinha. As variações mais conhecidas de mandiocas no estado do Pará são: a mandioca branca, a mandioca amarela e a macaxeira.

Da tapioca extraída da mandioca, é possível fazer o beiju, farinha de tapioca, doces, sorvetes, bolos, etc. Os métodos de produção domésticos ainda são feitos nos retiros de farinha, em fornos de cobre ou em chapas, de forma bem artesanal. As indústrias produzem-na em grande escala, em geral para o mercado externo.

*O método tradicional de fazer a farinha na Amazônia é: coloca-se a mandioca de molho em um tanque, que pode ser de madeira, e após três dias tira-se da água, destaca-se e coloca na masseira, mistura-se com a mandioca ralada, que não ficou de molho, coloca-se no **tipiti** para tirar o excesso de água, coa-se e leva-se ao forno. Após passar pelo processo de cozimento, mexe-se com um rodo de madeira até a farinha secar, tendo o devido cuidado com a temperatura do forno, para não queimar o produto.*

(JÚNIOR, Tiese Rodrigues Teixeira. **Estudos amazônicos: ensino fundamental**. Belém: Paka-Tatu, 2010)

1 – Qual é o tema principal do texto?

2 – Cite três alimentos da culinária paraense feitos à base de mandioca.

3 – Pesquise na internet sobre a mitologia indígena de MANI e depois nos conte o que você descobriu.

4 – Procure no dicionário o significado da palavra TIPITI.

5 – Segundo o texto, qual é o principal alimento consumido na Amazônia produzido à base de mandioca? Descreva como este alimento é produzido.

APÊNDICE E – MATERIAL DIDÁTICO DA 5º POSTAGEM DO BLOG

ESCOLA _____
 COMPONENTE CURRICULAR: ESTUDOS AMAZÔNICOS
 PROFESSOR (A): _____
 ALUNO (A): _____
 ____º ANO _____

EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA – ATIVIDADE II

Leia as estrofes em destaque da letra da música ÍNDIOS, da banda Legião Urbana, para responder as questões:

1º estrofe

*Quem me dera ao menos uma vez
 Ter de volta todo o ouro que entreguei a quem
 Conseguiu me convencer que era prova de amizade
 Se alguém levasse embora até o que eu não tinha*

1 - Lendo a 1º estrofe identificamos qual tipo de extrativismo: animal, vegetal ou mineral? Justifique a sua resposta.

2 - Na 4º estrofe diz:

*Quem me dera ao menos uma vez
 Provar que quem tem mais do que precisa ter
 Quase sempre se convence que não tem o bastante
 Fala demais por não ter nada a dizer*

Na estrofe acima identificamos uma crítica social. Qual crítica é essa?

 3 - Observe a 5º estrofe da música:

*Quem me dera ao menos uma vez
 Que o mais simples fosse visto
 Como o mais importante
 Mas nos deram espelhos e vimos um mundo doente*

A última frase dessa estrofe, fala a respeito da troca de mão-de-obra indígena por produtos da cultura europeia predominante no início do período colonial.

A) qual era o nome desta troca?

B) “... e vimos um mundo doente”. Qual foi a intenção dos autores da letra da música com este trecho em destaque?

APÊNDICE F – MATERIAL DIDÁTICO DA 6ª POSTAGEM DO BLOG

ESCOLA _____
 COMPONENTE CURRICULAR: ESTUDOS AMAZÔNICOS
 PROFESSOR (A): _____
 ALUNO (A): _____
 _____º ANO

AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS NOS SERINGAIS

1 – CONTEXTO HISTÓRICO DA VALORIZAÇÃO DA BORRACHA NO CENÁRIO MUNDIAL:

A transição do séc. XIX para o XX é marcada pela expansão capitalista em todos os continentes. A aceleração das indústrias Europeia e Norte-Americanas ditou o ritmo dessa expansão que não poderia acontecer sem a conquista de novas fontes de matéria-prima e sem consumidores para os produtos industrializados e serviços fornecidos pelos grandes centros industriais. Nesse contexto, ao longo do séc. XIX, a borracha foi ganhando importância cada vez maior atingindo rapidamente grande expressão no cenário mundial. Ainda na 1ª metade do séc. XIX, a borracha já era utilizada pela indústria para a fabricação de vários utensílios como seringas, capas de chuva, calçados, tubos e correias para máquinas, etc. Entretanto, foi com a descoberta do processo de vulcanização (cozimento do látex em enxofre) que a borracha tornou-se mais procurada pela indústria ganhando maior aplicabilidade no setor de fabricação de automóveis, principalmente na fabricação de pneus (Fábrica da Goodyear). Diante dessa expressiva escalada da borracha no mercado internacional, a Amazônia passou a ser a região importante no circuito de exploração Capitalista, principalmente no período de 1870 a 1912.

2 – OS SERINGAIS COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO:

No início da exploração, os seringais eram adquiridos por homens dispostos a enfrentar a hostilidade da floresta, que procuravam maior concentração de seringueiras produtivas, principalmente às margens do rio, locais ideais para estabelecer o seringal. Quando encontravam, organizavam uma precária estrutura contendo o barracão (local de armazenamento de produtos pelo seringalista), algumas barracas de tapiri feitas de material da floresta que eram destinados aos seringueiros, iniciando, paralelamente, a abertura de estradas de varação, onde passavam a extrair a goma elástica. À medida que se intensificava a valorização do látex no mercado internacional, tornava-se cada vez mais difícil adquirir-se um seringal, por isso cada vez mais se buscavam novas áreas ricas em seringueiras no interior da floresta e em rios mais distantes dos centros urbanos. O valor da propriedade fundiária passou a ser estabelecido pelo número de seringais produtivos e não pelo tamanho da propriedade em si.

Os seringais foram espaços onde **predominou a mão-de-obra masculina**, porém houve presença feminina, haja vista que **inúmeros nordestinos vieram para a Amazônia com suas famílias, com mulheres, e crianças trabalhando no interior dos seringais. Eram pessoas que viam na economia da borracha uma chance de construir riqueza ou pelo menos sair da miséria, e que se deslocaram na Amazônia em busca de melhores condições de vida.**

Mesmo que a extração do látex fosse a principal razão da permanência desses homens nos seringais, **não deixavam de exercer atividades complementares (caça, pesca, agricultura, coleta de frutos, salga de alimentos, etc) que certamente eram importantes a sua sobrevivência.**

Esses seringais possuíam vendas e locais destinados ao fornecimento dos gêneros alimentícios e ferramentas de trabalho aos seringueiros. Havia um barracão central, que recebia, periodicamente, a produção dos seringueiros e de onde a borracha saía com destino às casas aviadoras de Belém e Manaus, para posteriormente ser exportada para Estados Unidos e Europa.

2.1 – PRINCIPAIS ATORES SOCIAIS PRESENTES NOS SERINGAIS:

Seringalista (Coronel de barranco, Barão da Borracha, Patrão): **Era o proprietário do seringal que disciplinava o ritmo da produção, controlando a atuação dos seringueiros.** Em muitos casos, inicialmente, foi um explorador da selva que se impôs por dispor de qualidades necessárias à função, capaz de fazer prevalecer sua vontade na imposição da disciplina de seus homens, levando-o a adquirir a confiança dos aviadores. **Disciplinador por excelência, mostrando-se, muitas vezes, violento. Em seu ambiente de trabalho sua vontade era lei.**

Seringueiro: Responsável pela extração do látex trabalhava no interior da floresta, onde também estabelecia residência. Era “empregado” e “dependente” do seringalista a quem devia respeito e com quem estava inserido em um sistema arraigado por fortes relações comerciais.

Gerente: Imediatamente submetido ao seringalista, assumia as atividades do patrão quando este se ausentava.

Guarda-livros: Tinha a responsabilidade de manter o controle dos produtos “aviados” aos trabalhadores que entravam no seringal, tal como suas movimentações de trabalho na extração do látex. Sua função era de extrema importância dentro

da organização das atividades, daí a **necessidade do guarda-livros ser alfabetizado e ter conhecimentos básicos da matemática.**

Mateiros: Responsáveis pelo reconhecimento preliminar das estradas de extração da borracha bem como das próprias seringueiras, **uma vez que eram hábeis conhecedores da floresta.**

Toqueiros: Responsável pelo desmatamento da área para a abertura das estradas da extração da borracha.

3 – SISTEMA DE AVIAMENTO:

Segundo o economista Roberto Santos, o **aviamento era um sistema de crédito, um crédito sem dinheiro.** Na Amazônia, a expressão “aviar” significa fornecer mercadorias a crédito. **No interior da mata o seringueiro estabelecia relação de troca no chamado Barracão, local onde ele trocava a borracha coletada (subavaliada) por mercadorias (supervalorizadas) monopolizadas pelos proprietários dos barracões.** A relação de Aviamento é marcante na Amazônia desde o período Colonial, mas é claro que em cada relação de produção adquire características específicas. No caso da exploração do látex, esta relação era marcada pelo comprometimento do seringueiro frente ao dono da casa aviadora que era responsável pelo abastecimento dos seringais com vários produtos importantes à sobrevivência dos trabalhadores. **Na realidade, antes mesmo de chegar ao seringal, o seringueiro contraía dívidas diante do aviador, pois além do transporte, adquiria ferramentas de trabalho bem como gêneros alimentícios. Por isso, muitos seringueiros passavam grande parte de suas vidas “presos” aos seringais. Mas não significa dizer que os seringueiros se restringissem ao negócio com o patrão, pois na primeira oportunidade negociavam parte de sua produção com terceiros.**

4 – O SERINGUEIRO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS:

O seringal era muito mais que simples espaço de trabalho e exploração, era também lugar onde se estabeleciam redes de solidariedade entre os trabalhadores, através das quais compactuavam sentimentos de tristeza, saudade, e resistência, desencadeadas devido à ausência da família e por conta das precárias condições de vida e trabalho a que eram submetidos no interior da floresta. **Por isso, não se pode pensar o seringueiro, simplesmente, como um trabalhador explorado e oprimido, passivo a maus tratos e exploração. Os seringueiros eram agentes sociais que demonstravam suas indignações e suas revoltas e galgavam melhores condições de vida, burlando o ciclo das dinâmicas internas do seringal.**

Os regatões são exemplos disso, comerciantes autônomos que adentravam os rios para comprar ou trocar a borracha por chapéus,

tecidos, dentre outros produtos, muitas vezes provenientes do exterior. Uma atitude simples, mas que colocava em xeque o domínio e o poderio dos seringalistas e dava aos seringueiros a oportunidade de obterem melhores lucros que lhes possibilitasse pagar suas dívidas e sair dos seringais. **A comercialização com os regatões foi uma prática constante no período da economia da borracha, todavia, conseguir recursos por meio da comercialização, com estes, para se libertar dos domínios dos seringalistas, consistiu muito mais em exceção.**

Portanto, os seringueiros não podem ser vistos como massa de manobra, submetidos simplesmente aos interesses dos seringalistas, pois foram agentes ativos, reivindicadores de seus direitos, que burlaram as leis do seringal e buscaram melhores condições de vida.

5 – DECADÊNCIA DA ECONOMIA GOMÍFERA:

De 1910 a 1912, a economia gomífera amazônica atingira o apogeu com sua exploração concentrada principalmente no Pará, Amazonas e Acre. **Alguns anos antes, mais exatamente em 1876, Henry Wickham, capitalista inglês contrabandeia milhares de semente HEVEAS BRASILEIRAS e passa a aclimatar a planta no Jardim Botânico de Kew. Pouco depois o governo britânico e o capital estrangeiro de uma maneira geral, começam a experimentação na Ásia (Ceilão, Malásia, Indochina, dentre outras regiões coloniais).** De três toneladas em 1910, a oferta asiática passa para 8.753 toneladas em 1912, 107 mil em 1915 e 382.860 toneladas em 1919. **Com uma exploração mais racional, a Ásia destrona a Amazônia, visto que as árvores eram plantadas em terrenos limpos e a alguns metros umas das outras, barateando os custos e aumentando a produção, enquanto aqui o produto era coletado no meio do mato.**

Outro fator que colaborou para a perda de hegemonia amazônica na economia gomífera foram as pragas que atacaram as seringueiras nativas. A aparição de fungos nas árvores plantadas na Amazônia, assim como nas plantações das Guianas – era o “mal das folhas”. No Brasil os pesquisadores não se interessaram muito pelo combate do fungo, somente o botânico Jacques Huber, diretor do Museu Emilio Goeldi, pesquisou sobre a questão. Desta forma, após o botânico falecer, a problema do fungo, inexistente na Ásia, permaneceu na região amazônica.

A extração gomífera na Amazônia sempre foi um negócio de alto risco, que exigia grande cautela. Mas, no caso da superação da produção asiática, as antigas medidas (ou a falta delas) não seriam suficientes para a resolução do problema. Assim, chegava-se ao fim o apogeu da borracha na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FARIAS, William Gaia. *Amazônia Republicana: Processos seletivos e outros temas* / William Gaia Farias. – Belém: William Gaia Farias, 2007.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Nos tempos dos seringais – vida nas florestas e nos centros urbanos*, Col. A vida no tempo da fábrica, atual editora.

ATIVIDADE

1 – Leia o texto abaixo:

“Na realidade, antes mesmo de chegar ao seringal, o seringueiro contraía dívidas diante do aviador, pois além do transporte, adquiria ferramentas de trabalho bem como gêneros alimentícios. Por isso, muitos seringueiros passavam grande parte de suas vidas “presos” aos seringais. Mas não significa dizer que os seringueiros se restringissem ao negócio com o patrão, pois na primeira oportunidade negociavam parte de sua produção com terceiros”.

Esse seringueiro, na maioria das vezes, se deslocava de sua região de origem fugindo da seca e com esperança de enriquecer na Amazônia. De qual região ele vinha:

- A) Sul.
- B) Sudeste.
- C) Nordeste.
- D) Norte.

2 - Na economia da borracha, o seringalista era:

- A) O dono do seringal.
- B) O que extrai o látex da seringueira dentro da floresta.
- C) O trabalhador nordestino.
- D) O dono do banco da borracha.

3 - Leia o texto abaixo:

“No interior da mata o seringueiro estabelecia relação de troca no chamado Barracão, local onde ele trocava a borracha coletada (subavaliadas) por mercadorias (supervalorizadas) monopolizadas pelos proprietários dos barracões”.

Essa forma de exploração a que o seringueiro era submetido pelo, era chamado de:

- A) Sistema de dívidas.
- B) Sistema de exploração.
- C) Sistema de aviamento.
- D) Sistema de aviação.

4 - Observe a imagem abaixo:



Da árvore acima se extrai a matéria-prima para a fabricação da borracha. Qual o nome desta matéria-prima:

- A) Enxofre.
- B) Goma.
- C) Látex.
- D) Leite.